



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

LIDIANE DA CONCEIÇÃO BARBOZA BOMFIM

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A LEI MARIA DA PENHA COMO AÇÃO AFIRMATIVA
NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO DO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO**

Maceió/AL

2020

LIDIANE DA CONCEIÇÃO BARBOZA BOMFIM

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A LEI MARIA DA PENHA COMO AÇÃO AFIRMATIVA
NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO DO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas – Campus Benedito Bentes como requisito para o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Géssika Cecília Carvalho da Silva

Maceió/AL

2020



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

B965v

Bomfim, Lidiane da Conceição Barboza.

Violência de gênero: a Lei Maria da Penha como ação afirmativa no combate à violência contra a mulher no contexto do ensino médio integrado / Lidiane da conceição Barboza Bomfim. – 2020.

139 f. : il.

1 CD-ROM: il.

Orientação: Prof. Dra. Géssika Cecilia Carvalho da Silva.

Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica)
Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2020.

1. Violência - Mulher. Ensino Médio Integrado. 3. Ensino. 5. Produto Educacional. I. Título.

CDD:301.151

Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA -
PROFEPT**



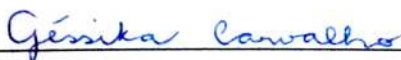
LIDIANE DA CONCEIÇÃO BARBOZA BOMFIM

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A LEI MARIA DA PENHA COMO AÇÃO AFIRMATIVA
NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO DO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO**

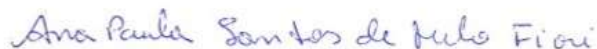
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 30 de junho de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Gessika Cecília Carvalho da Silva
Orientadora – ProfEPT IFAL



Profa. Dra. Ana Paula Santos de Melo Fiori
ProfEPT IFAL



Prof. Dr. Cristiano das Neves Bodart
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Edson Peixoto de Vasconcelos Neto
Universidade Estadual da Paraíba



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA –
PROFEPT**



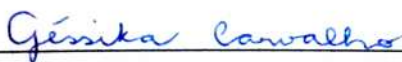
LIDIANE DA CONCEIÇÃO BARBOZA BOMFIM

**SEQUÊNCIA DIDÁTICA: DISCUTINDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO
CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

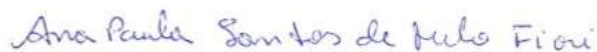
Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 30 de junho de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Géssika Cecília Carvalho da Silva
Orientadora – ProfEPT IFAL



Profa. Dra. Ana Paula Santos de Melo Fiori
ProfEPT IFAL



Prof. Dr. Cristiano das Neves Bodart
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Edson Peixoto de Vasconcellos Neto
Universidade Estadual da Paraíba

Agradeço ao meu esposo Rogério, que além de cuidar da manutenção do lar e dos nossos filhos enquanto eu permanecia ocupada com este projeto, foi capaz de me incentivar todos os dias. Grata por me ajudar a realizar este sonho.

AGRADECIMENTOS

Sem dúvidas, agradeço inicialmente a Deus que permitiu e permite todos os acontecimentos em minha vida, inclusive a realização deste projeto. Sem o consentimento Dele, jamais teria chegado até aqui!

Nessa caminhada, posso afirmar que o percurso foi árduo, porém necessário para o meu crescimento, tanto pessoal quanto profissional, e que sem a parceria de alguns, certamente todo este processo seria mais dificultoso. Por isso, agradeço a cada um que de alguma forma contribuiu para a sua realização.

Aos meus pais Manoel Messias e Maria José, que sempre me incentivaram a “crescer na vida”, por meio do estudo e do trabalho obstinados.

Ao meu esposo, Rogério, que sempre me encorajou a lançar voos cada vez maiores, quando nem eu mesma acreditava no meu potencial. Obrigada por essa parceria de quase duas décadas.

A minha colega de trabalho, Rosemeire Roberta, que me apresentou ao mundo das especializações stricto sensu. Grata por sua ajuda incomparável.

A minha chefia imediata, nas pessoas da Profa. Dra. Adriana Alvarenga Marques e do Prof. Dr. Gustavo Madeiro da Silva, ambos servidores da UFAL, que sempre estimularam a qualificação da categoria técnico-administrativo, sem distinções.

A minha orientadora, Profa. Dra. Géssika Cecília, que sempre acreditou no meu trabalho e possibilitou a materialização de cada ideia surgida, sempre com muita paciência, dedicação e esmero, próprios de um grande profissional. Obrigada pela leveza e humanidade transmitidas ao longo das orientações.

Aos professores do ProfEPT, que possibilitaram uma experiência valiosíssima de transmissão de conhecimentos e vivências ao longo de todos os encontros. A todos, o meu respeito e admiração.

Por fim, a minha turma querida, que sempre se ajudou e encorajou uns aos outros a chegar até o final dessa jornada. Agradeço a Deus por ter conhecido pessoas tão especiais e que pra sempre levarei em meu coração.

“Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Paulo Freire

RESUMO

A questão da violência contra a mulher é um problema grave e bastante frequente em nossa sociedade. Quase que diariamente somos levados ao conhecimento desses casos de violência, opressão e discriminação em face da figura feminina, que nos levam a perceber o quão salutar é o debate e a discussão em torno da temática. Pensar em estratégias, não só de enfrentamento, mas de prevenção, é uma tarefa de todos, inclusive da comunidade escolar. Pensando em contribuir com essa missão, o presente trabalho trata da construção de uma sequência didática - SD que aborda a questão da violência contra a mulher no contexto do ensino médio integrado, nos cursos de Agroecologia e de Agroindústria do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, campus Murici. A pesquisa investigou o modo como essa temática é trabalhada na disciplina de Sociologia, quais metodologias de ensino são utilizadas e se são suficientes para o aprofundamento do conhecimento e se a Lei Maria da Penha faz parte do objeto de estudo. Elegemos a Pesquisa-ação como instrumento metodológico e, para o levantamento dos dados, foi utilizado o questionário, aplicado a docentes e discentes de ambos os cursos e que serviu de base para o desenvolvimento da SD como produto educacional. Concluiu-se que a temática é trabalhada, porém as metodologias existentes não são suficientes para o aprofundamento da mesma, tendo em vista o exíguo tempo semanal que a disciplina dispõe. No entanto, estamos certos de que a presente pesquisa contribui para uma formação discente mais humanizada e mais comprometida com os problemas sociais que afligem certos grupos historicamente excluídos, como é o caso das mulheres, pois não basta que a educação profissional e tecnológica desenvolvida pelos Institutos Federais forme apenas para o mercado de trabalho, como sugere a própria nomenclatura. É preciso ter em mente, sempre, a ideia de omnilateralidade que um ensino integral proporciona, na medida em que viabiliza o desenvolvimento das potencialidades humanas, facilita a apreensão e difusão do conhecimento e, por consequência, forma cidadãos mais ativos e participativos no processo de tomada de decisões em sua comunidade.

Palavras-Chave: Violência contra a mulher. Ensino Médio Integrado. Ensino. Produto Educacional.

ABSTRACT

The issue of violence against women is a serious and quite frequent problem in our society. Almost daily, we are brought to the attention of these cases of violence, oppression and discrimination in the face of the female figure, which lead us to realize how healthy the debate and discussion around the theme is. Thinking about strategies, not only for coping, but for prevention, is a task for everyone, including the school community. Thinking of contributing to this mission, the present work deals with the construction of a didactic sequence - SD that addresses the issue of violence against women in the context of integrated high school, in the Agroecology and Agroindustry courses at the Federal Institute of Alagoas - IFAL, Murici campus. The research investigated how this theme is worked in the discipline of Sociology, which teaching methodologies are used and whether they are sufficient to deepen knowledge and whether the Maria da Penha Law is part of the object of study. We chose Action Research as a methodological tool and for data collection, the questionnaire was used, applied to teachers and students of both courses and which served as a basis for the development of DS as an educational product. It was concluded that the theme is worked on, however, the existing methodologies are not sufficient to deepen it, in view of the limited weekly time that the discipline has. However, we are certain that the present research contributes to a more humanized student formation and more committed to the social problems that afflict certain historically excluded groups, as is the case of women, as it is not enough that the professional and technological education developed by Federal Institutes only form for the job market, as the nomenclature suggests. It is necessary to keep in mind, always, the idea of omnilaterality that integral education provides, as it enables the development of human potentialities, facilitates the apprehension and diffusion of knowledge and, consequently, trains more active and participative citizens in the process of making decisions in your community.

Keywords: Violence against women. Integrated High School. Teaching. Educational Product.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Indicador de medidas protetivas entre 2016-2019.....	15
Figura 2 – Família brasileira do início do século XIX.....	19
Figura 3 – Movimento feminista no Brasil.....	29
Figura 4 – Violência contra a mulher nas escolas.....	37
Figura 5 – Fluxograma das etapas da pesquisa.....	45
Figura 6 – Entrada do Campus Murici – IFAL.....	46
Figura 7 – Vítima de violência física 1.....	61
Figura 8 – Vítima de violência física 2.....	62
Figura 9 – Vítima de violência física 3.....	62
Figura 10 – Vítima de violência física 4.....	62
Figura 11 – Vítima de violência física 5.....	63
Figura 12 – Clipe da música Coração pede socorro.....	65
Figura 13 – Ilustração do documentário “Mas porque ela não denuncia?”.....	67
Figura 14 – Ilustração do vídeo da LMP em cordel.....	69
Figura 15 – Recorte do PPP de Agroindústria – 2011.....	72
Figura 16 – Recorte do PPP de Agroindústria – 2019.....	73
Figura 17 – Imagem da aplicação da SD.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de participantes em cada etapa.....	47
Tabela 2 – Quantitativo de alunos participantes.....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– SD inicial/Disposição das aulas.....	59
Quadro 2– Descrição da aula 1.....	61
Quadro 3– Descrição da aula 2.....	64
Quadro 4– Descrição da aula 3.....	66
Quadro 5– Descrição da aula 4.....	68
Quadro 6– Sequência Didática condensada.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CEJIL – Centro pela Justiça e o Direito Internacional
- CLADEM – Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça
- CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil
- EMI – Ensino Médio Integrado
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- IFAL – Instituto Federal de Alagoas
- IFS – Institutos Federais
- LMP – Lei Maria da Penha
- OAB/AL – Ordem dos Advogados do Brasil/ Seccional Alagoas
- OEA – Organização dos Estados Americanos
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PE – Produto Educacional
- PPC – Projeto Político Pedagógico do Curso
- PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
- QA – Questionário avaliativo
- QD – Questionário diagnóstico
- SD – Sequência Didática
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 A violência contra a mulher e a questão de gênero.....	19
2.1.1 Retrospectiva sócio-histórica da violência contra a mulher no Brasil.....	19
2.1.2 O capitalismo e a relação de desigualdade entre os gêneros.....	24
2.1.3 A questão da violência e do gênero.....	26
2.2 A violência contra a mulher no contexto jurídico.....	29
2.2.1 O percurso jurídico da legislação nacional e internacional.....	29
2.2.2 A Lei Maria da Penha (Lei 11. 340/2006).....	34
2.3 A violência contra a mulher e a educação.....	37
2.3.1 O estudo da violência de gênero no contexto do ensino médio integrado.....	37
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	42
3.1 Concepções teórico-metodológicas da pesquisa.....	42
3.1.1 A pesquisa qualitativa.....	42
3.1.2 A pesquisa-ação como estratégia metodológica.....	43
3.2 Estruturação da pesquisa.....	44
3.3 Lócus da pesquisa.....	45
3.4 Sujeitos da pesquisa.....	46
3.5 Instrumentos de coleta e análise de dados.....	48
4 ANÁLISE DOS DADOS – PESQUISA DIAGNÓSTICA.....	50
4.1 Análise do questionário diagnóstico – QD aplicado entre os discentes.....	50
4.2 Análise do questionário diagnóstico – QD aplicado entre os docentes.....	55
5 O PRODUTO EDUCACIONAL.....	58
5.1 Da sequência didática.....	58
5.2 Estruturação inicial da Sequência didática.....	59
5.3 Das mudanças no produto educacional.....	71
5.4 Percepções sobre a aplicação do produto educacional.....	74
6 ANÁLISE DOS DADOS – PESQUISA AVALIATIVA.....	77
6.1 Análise do questionário avaliativo – QA aplicado entre os discentes.....	77
6.2 Análise do questionário avaliativo – QA aplicado entre os docentes.....	82
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	87
ANEXOS.....	95
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	96
ANEXO B – Parecer do Cep.....	98
APÊNDICES.....	103
APÊNDICE A – Questionário Diagnóstico – Discentes.....	104
APÊNDICE B – Questionário Diagnóstico – Docentes.....	106
APÊNDICE C – Questionário Avaliativo – Discentes.....	108
APÊNDICE D – Questionário Avaliativo – Docente.....	110
APÊNDICE E – Produto Educacional: Sequência Didática.....	112

1 INTRODUÇÃO

O tema violência contra a mulher no Brasil é seguramente um problema que se apresenta em grandes proporções diante do contexto social e econômico do país, visto que o número de mulheres vítimas da violência doméstica tem crescido flagrantemente e vem sendo apontado quase que diariamente nos meios de comunicação de massa (OLIVEIRA; FERIGATO, 2019).

Atualmente, a violência de gênero é vista como um problema de saúde pública, segundo dados divulgados em 2017 pela Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde, sendo a principal causa do adoecimento e morte de milhares de mulheres vítimas dessa triste realidade (ONUBR, 2017). Por esse motivo, o tema passa a ser debatido cada vez mais em diferentes espaços sociais, bem como em setores especializados da sociedade, como o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, além de outras entidades da sociedade civil.

Entretanto, apesar de todo empenho e avanço já conquistados por estes setores, inclusive com a contribuição dos marcos legais internacionais e nacionais de enfrentamento à violência contra as mulheres, como por exemplo, a Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, os números demonstram que esse problema social continua crescente em nosso país (AMARANTE, 2019).

Dados nacionais extraídos do Portal de Monitoramento da Política Judiciária Nacional, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, demonstram esse crescimento quando avaliam o indicador “medidas protetivas” entre os anos de 2016 e 2019 (CNJ, 2019):

Figura 1 – Indicador de medidas protetivas entre 2016-2019



Fonte: Conselho Nacional de Justiça – CNJ (2019).

Conforme se observa na figura, entre 2016 e 2019 os casos de violência contra a mulher, que exigiram a imposição de medidas protetivas, subiu de 249.406 mil casos para 403.646 mil casos, demonstrando o significativo aumento da violência.

Outra importante fonte de dados são as pesquisas realizadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que através da “Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” realizada em 2017, concluiu-se que, em comparação com o ano de 2019, os “índices de violência permanecem inalterados. Para cada 10 mulheres, quase 3 ainda sofrem violência” (FBSP, 2019).

No caso de Alagoas, local onde a pesquisa se desenvolveu, segundo dados divulgados pela OAB/AL ao Jornal Extra, em 2019, 42 mulheres haviam sido brutalmente assassinadas, ao passo que em 2018 foram registrados apenas 19 casos, o que revela um aumento de 121% nesse tipo de violência de um ano para o outro (JORNAL EXTRA, 2019).

Esses dados sugerem que a violência contra a mulher no Brasil e no estado de Alagoas é algo corriqueiro. Porém, muitas vezes, esses casos violentos não são levados ao conhecimento dos órgãos de segurança pública (por medo, vergonha ou dependência econômica do agressor, entre outros fatores), não aparecendo nas estatísticas oficiais, mas que reforçam a necessidade de atuação da sociedade como um todo.

Diante dessa constatação, surgiu a necessidade de investigar as origens desse tipo de violência, o ambiente no qual ela está inserida, mas, principalmente, de que forma essa temática vem sendo trabalhada no Instituto Federal de Alagoas –

IFAL e quais as metodologias de ensino estão sendo adotadas no processo de ensino-aprendizagem desse conteúdo, que faz parte do componente curricular da disciplina de Sociologia.

Com efeito, sendo a educação um mecanismo de emancipação de sujeitos (SAVIANI, 2017) e de formação de cidadãos mais conscientizados e politicamente mais críticos, juntamente com a escola, que desempenha um importante papel no desenvolvimento das relações sociais, a presente pesquisa foi pensada para que pudesse ser avaliado como a temática vem sendo trabalhada pelos docentes, de que maneira a violência de gênero é percebida na concepção de alunos e professores e de que forma as metodologias de ensino já existentes podem ser ampliadas ou melhoradas, no intuito de transformar esses alunos em vetores de promoção humana com vistas à desconstrução da cultura de violência contra a mulher.

Isso porque, numa perspectiva de formação integral, não basta que o sujeito tenha apenas uma formação voltada à lógica do capital, onde as estratégias educacionais profissionalizantes são suficientes, uma vez que atende satisfatoriamente aos seus anseios. Muito pelo contrário, numa educação inserida na lógica da formação integral, os sujeitos são levados a obter, simultaneamente, uma formação básica comum associada à profissionalização complementar, sempre fundamentada na “concepção de formação humana integral, tendo como eixos estruturantes o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura” (MOURA, 2013, p. 1), como modelo ideal de formação.

Nessa ótica educativa e social, o objetivo geral dessa pesquisa é investigar as práticas de ensino que vêm sendo aplicadas em aulas de Sociologia no Instituto Federal de Alagoas – IFAL, campus Murici, na abordagem da temática violência de gênero, de modo a contribuir com o aprimoramento e/ou inovações dessas práticas educativas, visando a conscientização social, a formação proativa dos discentes e, conseqüentemente, uma mudança positiva no sentido da diminuição dos casos de violência contra a mulher.

De maneira específica, o trabalho objetiva analisar como o conteúdo vem sendo trabalhado no IFAL, campus Murici, lócus da pesquisa, bem como a forma que ele deveria ser abordado em sala, na perspectiva de docentes e discentes. Promove, ainda, o estudo da Lei Maria da Penha, reiterando sua importância como um dos mecanismos de enfrentamento à violência contra a mulher e possibilitando

uma aproximação do conteúdo da norma jurídica com a realidade escolar, além de analisar como alunos e professores avaliam a sequência didática (SD) desenvolvida.

De modo a facilitar a compreensão de todo o processo de investigação e análise dos resultados, a dissertação estrutura-se em sete seções, a saber: a primeira traz um panorama de todo o trabalho, apresentando o problema de pesquisa, os objetivos e a sua justificativa.

A segunda seção contém toda a fundamentação teórica que dá suporte à pesquisa e que está dividida em três subseções. Na primeira subseção apresentamos a evolução sócio-histórica da violência contra a mulher no Brasil, analisando a influência do patriarcado e do determinismo biológico no estabelecimento das relações entre homens e mulheres. Discutimos a relação existente entre o modo de produção capitalista e a desigualdade entre os gêneros, numa perspectiva socioeconômica e, por fim, trabalhamos os conceitos de violência e gênero no âmbito das relações sociais desenvolvidas na atualidade.

A segunda subseção traz uma visão geral das legislações nacionais e internacionais que surgiram em torno da violência contra as mulheres, enfatizando a importância da Lei Maria da Penha no contexto das políticas públicas de enfrentamento à violência, bem como da necessidade de se trabalhar essa legislação no ambiente escolar.

A terceira subseção trabalha a questão do Ensino Médio Integrado - EMI e sua relevância nos cursos desenvolvidos pelos IFs, com vistas a uma formação mais global e assentada na omnilateralidade (FRIGOTTO, 2012), e não apenas voltada ao ensino puramente propedêutico ou profissional, defendidas pelo modelo fragmentário de educação imposta pelo modo de produção capitalista.

Ao contrário, pelo viés da integração, buscamos valorizar o estudo da violência de gênero sem dissociar o conteúdo do contexto profissionalizante nem da educação básica. A ideia é redimensionar a temática de modo a possibilitar a sua adequação aos mais diferentes espaços, passando por todos os níveis e etapas que compõem o EMI.

A terceira seção detalha todo o percurso metodológico, cujo método utilizado assentou-se na pesquisa-ação, com uma abordagem qualitativa, em que os sujeitos investigados, juntamente com seu pesquisador, interagem na busca pela resolução de um problema coletivo de maneira cooperativa ou participativa (THIOLLENT, 1986), aliando teoria e prática numa mesma atividade.

Após a abordagem metodológica passamos para a quarta seção, onde é feita a análise dos dados da pesquisa diagnóstica, realizada antes da criação do produto educacional (PE) e que serviram de base para a criação do mesmo. Os dados foram coletados a partir de questionários aplicados a docentes e discentes.

Na quinta seção tratamos especificamente do produto educacional, que é a sequência didática. Aborda como a sequência foi estruturada, as mudanças realizadas e as percepções sobre seu desenvolvimento em sala de aula.

A sexta seção apresenta a análise dos dados da pesquisa avaliativa, que foi realizada após a aplicação do PE, para que pudéssemos analisar sua aceitação entre os sujeitos investigados.

Por fim, apresentamos as considerações finais, embasadas tanto no suporte teórico quanto nas experiências advindas de todo o processo de elaboração e desenvolvimento do PE, e que resultaram numa ferramenta de ensino comprometida em fomentar o debate em torno da violência contra a mulher.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A violência contra a mulher e a questão de gênero

Nesta seção discutimos a evolução sócio-histórica da violência contra a mulher no Brasil, bem como a influência do patriarcado e do determinismo biológico no estabelecimento das relações entre homens e mulheres. Analisamos, ainda, a relação existente entre o modo de produção capitalista e a desigualdade entre os gêneros, numa perspectiva socioeconômica, e trabalhamos a questão dos conceitos de violência e gênero no âmbito das relações sociais desenvolvidas na atualidade.

2.1.1 Retrospectiva sócio-histórica da violência contra a mulher no Brasil

Figura 2 – Família brasileira do início do século XIX



Fonte: Portal Geledés (2013).

A partir de uma breve análise histórica da formação da sociedade brasileira, desde os séculos XVI e XVII, época do descobrimento, já é possível traçarmos um panorama das relações familiares que se estabeleceriam na atualidade e sua influência na formatação dos papéis desempenhados por homens e mulheres, bem como dos estereótipos culturais de cada um.

As consequências sociais dessas relações familiares que surgiram, provenientes do patriarcalismo, do processo de colonização europeia e da miscigenação das culturas indígena, europeia e africana, foram decisivas para o

estabelecimento da cultura discriminatória em face da figura feminina e de “relações assimétricas de gênero.” (MIRANDA; VIANA, 2017, p. 2).

Isso porque “a família sempre foi pensada na História do Brasil como a instituição que moldou os padrões da colonização e ditou as normas de conduta e de relações sociais desde o período colonial.” (SAMARA, 2002, p. 2). E com a chegada desses povos em terras brasileiras, mesclados à cultura indígena e, posteriormente, aos escravos africanos, uma série de acontecimentos sociais, econômicos e religiosos, aliados ao sistema patriarcal que ditou as regras da época, foi determinante para a constituição da cultura pátria e para estruturação dos núcleos familiares, repercutindo, inclusive, na posição ocupada pela mulher na sociedade atual.

Para Arantes (2010, p. 17),

[...] esta organização familiar é caracterizada primordialmente pelo estabelecimento de relações desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres, baseadas na lógica do patriarcado, ou seja, dominação masculina e submissão feminina com base em uma rígida divisão sexual e de gênero com limites ostensivos entre as esferas pública e privada. A dupla moral sexual, isto é, moral sexual distinta para homens e mulheres, e o controle da sexualidade da mulher também são componentes importantes para a sustentabilidade desta dinâmica, atuando como forma de regulação e repressão basilar para dominação dos homens em relação às mulheres.

Nesse sentido, “o patriarcalismo sempre foi algo presente em nossa sociedade, perpassando todas as estruturas sociais, formando padrões de comportamento e enraizando a cultura machista nas relações sociais.” (SILVA; MORAES; ROCHA, 2017, p. 4). Desse modo, o panorama da primazia masculina sobre o universo feminino foi uma construção cultural que se solidificou no tempo, sendo responsável pela transmissão da cultura de violência e desigualdade entre homens e mulheres no mundo moderno.

E para tentarmos compreender como se estruturou esse modelo de família, inicialmente, retornamos à história da colonização brasileira que nos apresenta a figura do índio como primeiro habitante de nossas terras. Esses povos nativos, que receberam os europeus e que mantiveram o contato inicial com a sua cultura, foram os primeiros a sofrer com a intensa exploração imposta por esses “brancos” dominadores.

A literatura tradicional descreve que o indígena, nesse período da colonização, era intensamente explorado e dominado economicamente. E com as mulheres, essa dominação não foi menos intensa, pois “entre os seus era a mulher índia o principal valor econômico e técnico. Um pouco besta de carga e um pouco escrava do homem. Mas superior a ele na capacidade de utilizar as coisas e de produzir o necessário à vida e ao conforto comuns.” (FREYRE, 2003, p. 92).

A mulher indígena teve imensa importância na formação da sociedade que se consolidava naquela época. Para Freyre (2003, p. 39) “o aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho mas como elemento de formação da família”, nos revela que as mulheres indígenas já eram consideradas membros importantes na condução das atividades econômicas e domésticas, mas, principalmente, na formação da família e no estabelecimento de papéis pré-definidos para homens e mulheres.

Essas mulheres, portanto, desempenharam um relevante papel social na medida em que trabalhavam na agricultura, no cuidado com os filhos e em outros afazeres relacionados à subsistência familiar e comunitária. Por outro lado, seu trabalho na comunidade, desde a chegada dos europeus, evidencia o caráter peculiar da exploração feminina que se propagou pelos séculos vindouros.

Nesse sentido,

O processo de adestramento pelo qual as mulheres passaram no período colonial foi marcado por repressão a sexualidade e suas vontades próprias. As mulheres, como nas demais sociedades patriarcais, viviam sob o controle direto dos homens que as exploravam de diversas maneiras, independente da etnia ou classe social. (SILVA; CASTILHO, 2014, p. 21).

Assim como a mulher indígena, com a mulher negra a situação exploratória não foi diferente. Com o crescimento da colônia, entre os séculos XVI e XIX, passou-se a substituir a cultura do pau-brasil pela cana-de-açúcar, e essa nova forma de produção agrícola acabou substituindo a mão de obra indígena pelo trabalho escravo (BORIN, 2007).

Isso aconteceu, pois, a partir do desenvolvimento de atividades econômicas geradoras de lucro, fruto do modo de produção capitalista, o trabalho do indígena já não era tão eficaz ao ponto de produzir em larga escala como desejavam os europeus (FAUSTO, 1996). Nesse momento da história, a exploração do índio

estava cedendo lugar à exploração escravocrata baseada na submissão por motivos econômicos e, também, pela discriminação e pelo preconceito racial.

No que tange ao papel desempenhado pela mulher negra neste período, podemos afirmar que “as funções da escrava eram de produzir bens e prestar serviços e, além disso, ela era obrigada a desempenhar um papel de cunho sexual, pois ela era o instrumento de prazer de seu senhor e reprodutora da mão-de-obra escrava.” (BORIN, 2007, p. 26).

A mulher negra, naquela época, sofria todo tipo de castigos e humilhações por parte de seu “dono”. Eram vendidas e/ou compradas para servirem nas casas grandes, principalmente nas atividades domésticas, no cuidado com os filhos das esposas dos senhores de engenho e no trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar. Além disso, eram exploradas sexualmente pelos seus senhores, que as colocavam em posição de total inferioridade e submissão (FREYRE, 2003).

Como se percebe, a mulher escrava e negra continuou sendo explorada pelo modelo econômico instalado durante o Brasil colônia, mas, principalmente, pela dominação masculina que a subjugava e a mantinha sob violenta repressão. Não bastasse a exploração direta que essas mulheres sofriam por parte de seu “dono” e de sua família,

A história registra também casos em que proprietários de escravas enriqueceram às suas custas. Consideradas território do prazer, as escravas eram obrigadas a prostituírem-se para arrecadar dinheiro aos cofres do senhor. Essa prática foi muito combatida pela Igreja, embora sem o resultado esperado. (SILVA; CASTILHO, 2014, p. 13).

Outro aspecto a ser observado nessa construção da família brasileira é o papel desempenhado pelas mulheres “brancas” que vieram ao Brasil para acompanhar o colonizador europeu e que, com o tempo, se tornaram as “sinhá-donas” (FREYRE, 2003, p. 16) das casas grandes, onde se desenvolveu toda a história da escravidão brasileira e a lógica da divisão social entre os gêneros.

Naquela época, as mulheres brancas também sofriam com a distinção sexual entre os indivíduos, fruto das relações de mando e autoridade do patriarcalismo. A elas eram dadas simplesmente a possibilidade de cuidar da casa, dos filhos e servir aos seus maridos, não desempenhando uma função social relevante, tal qual a do homem. De acordo com Baseggio e Silva (2015, p. 6),

As mulheres muitas vezes tinham uma vida restrita a cuidar dos seus filhos, junto com suas amas escravas. A educação era precária e os costumes eram os que restavam depois de terem deixado a Europa. Aqui encontravam necessidades e dificuldades tanto na vida excluída da sociedade como também na higiene e na alimentação.

Essas mulheres brancas, apesar de se apresentarem em condições superiores em relação à mulher negra, por fazerem parte de famílias elitizadas, continuavam sendo colocadas em segundo plano, tanto por seus maridos, quanto pela própria sociedade da época. Sua função não ultrapassava os limites da reprodução/maternidade, do casamento, das atividades domésticas e da submissão ao seu marido, enquanto que ao homem cabiam as atividades políticas, econômicas e intelectuais relevantes (HASSE, 2016).

Essas “funções”, associadas à figura feminina, acabaram naturalizando um perfil de fragilidade e passividade que perpassou o tempo e se assentou culturalmente. A partir dessa lógica da “divisão sexual do trabalho” (ARANTES, 2010), ou de tarefas, muitas vezes explicada por um critério biológico ligado às funções reprodutivas da mulher, como a gestação, o ato de parir e amamentar, a própria sociedade lhe impôs uma hierarquização frente ao homem, como se fosse algo legítimo.

O fato é que não importa a classe, cor ou etnia; a mulher, ao longo da história demonstrou ter tido sua condição social sempre preterida em relação ao homem. À figura masculina, pelo contrário, foram atribuídas todas as capacidades de gerir e participar da vida socioeconômica do país, reforçando ainda mais o discurso da inferioridade feminina que acabou sendo culturalmente absorvido.

Em grande medida, por fim, podemos afirmar que esse modelo de estruturação da sociedade brasileira, fundada no colonialismo e na cultura do patriarcado, acabou por determinar a divisão sexual e social entre homens e mulheres. Em todas as suas etapas, a estruturação da família brasileira se mostrou dicotômica, contribuindo e fortalecendo a reprodução de condutas preconceituosas e discriminatórias em relação à mulher e corroborando com a prática da violência contra elas.

2.1.2 O capitalismo e a relação de desigualdade entre os gêneros

Historicamente, verificou-se que a formação da sociedade brasileira e de suas famílias foi fortemente marcada pela virilidade masculina na constituição dos núcleos sociais, econômicos e familiares que resultaram, segundo Chauí (1985, apud SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 149) numa “ideologia de dominação masculina” sobre a figura da mulher em diversos aspectos da vida.

A função feminina na constituição familiar, por si só, sempre demonstrou a diferenciação cultural que se estabeleceu entre homens e mulheres. Inicialmente, a mulher era considerada, apenas, como o ser nascido e preparado para a maternidade e para os cuidados da casa, dos filhos e da família, não desempenhando nenhuma outra atividade senão a doméstica.

A mulher, a partir do estabelecimento desse modelo cultural de família, foi sendo relegada a uma condição de inferioridade em relação ao homem, que se perpetrou no tempo, possibilitando o surgimento de relações violentas, muitas vezes naturalizada pela sociedade moderna e responsável, atualmente e em grande medida, pelo crescimento desse tipo de violência.

Nesse sentido, segundo Silva, Moraes e Rocha (2017, p. 3),

O fenômeno da violência, na modalidade ora estudada, pode ser explicada como uma questão cultural que se situa no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força de dominação e potência contra as mulheres, sendo essas dotadas de uma virilidade sensível.

O homem, ao contrário, figurava como o indivíduo mais forte da família, provedor da casa e do sustento de todos, era capaz de trabalhar e ainda fazer parte de relações externas ao núcleo doméstico. Sobrava, então, para a mulher a opressão e exploração operada sob a lógica do modo de produção capitalista.

Sabendo que o capitalismo, numa visão marxista que se fundamenta no materialismo histórico de observação da realidade, manifesta seu poderio através da luta de classes e da estruturação da sociedade através da produção de bens (MARX; ENGELS, 1998), as relações estabelecidas nas famílias também foram contagiadas por esse modo de produção econômico. Mas, é o papel da mulher nesse processo que nos interessa de fato.

Conforme Saffioti (1976, p. 18),

No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, a medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção.

Este fato aconteceu, pois, no início do estabelecimento do capitalismo na sociedade ocidental, as mulheres continuaram desenvolvendo o trabalho doméstico e este “não era produtivo, por não ser assalariado – uma forma de trabalho base de sustentação do capitalismo.” (MIRANDA; VIANA, 2017, p. 4). Não sendo assalariado, o trabalho doméstico desenvolvido pelas mulheres, essa atividade era desconsiderada em relação ao universo produtivo, entretanto, “tal situação leva as mulheres não só à opressão como também à exploração, pois esta está para além da extração da mais-valia.” (HOLMSTROM, 2014, p. 349, apud MIRANDA; VIANA, 2017, p. 4).

Nesse sentido, a força do capitalismo é tão significativa que reflete na destinação de papéis na esfera doméstica e familiar e impede a desconstrução desses modelos de subordinação criados com vistas a sua manutenção. Pensando nessa ligação umbilical entre o capital e as relações cotidianas em família:

[...] enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre e espontaneamente regulado pelos próprios indivíduos em seu “microcosmo” autônomo (mas de maneira alguma independente da sociedade) do universo histórico interpessoal dado, com base numa igualdade significativa entre as pessoas envolvidas – **ou seja, sem a imposição dos ditames socioeconômicos da ordem sociometabólica sobre eles – não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a autorrealização dos indivíduos como seres sociais particulares** (MÉSZÁROS, 2011, p. 268, grifo nosso).

De certo que o capitalismo e seu viés exploratório da atividade econômica e de dominação da classe operária contribuíram para o fortalecimento do sistema de superioridade do patriarcado sobre o universo feminino e das relações de poder entre ambos. Este modo de produção, responsável pela diferenciação das classes sociais, possibilitou o agravamento das desigualdades na medida em que não permite a emancipação da mulher, mas, ao contrário, contribuiu para o acirramento

das contradições entre homens e mulheres, como claramente nos demonstra Buarque (2016, p. 307-308):

Fiadoras e tecelãs desde sempre, porém, ideologicamente, apontadas como donas de casa, as mulheres do século XIX continuaram nas fábricas o trabalho produtivo que faziam em casa tendo sido empregadas aos milhares com salários mais baixos do que os homens e, muitas vezes, obrigadas a uma carga horária mais pesada, e sob o julgo da violência e do assédio sexual por parte de patrões, supervisores e operários.

Essa socialização machista, que transforma o homem num indivíduo naturalmente superior, foi um dos fatores decisivos para o estabelecimento de práticas preconceituosas e violentas contra as mulheres. Essa afirmação reflete o cenário de violência generalizada sobre a mulher que, frequentemente, ouvimos nos meios de comunicação e que só reafirma as relações de desigualdades agravadas pelo modo de produção capitalista.

Longe de serem as únicas justificativas, e muito menos acabadas, para o fenômeno da violência contra a mulher, estas são algumas das correntes teóricas que buscam compreender e explicar a sistemática da violência contra elas ao longo dos séculos. Apesar de incipientes, estes apontamentos ajudam a nortear o debate acerca da questão de gênero, sugerindo a sensibilização da comunidade, através da escola, da sociedade civil organizada e, principalmente, do poder público na implementação de instrumentos jurídicos e sociais que auxiliem no combate à violência de gênero.

2.1.3 A questão da violência e do gênero

Diferentemente da projeção biológica que por muito tempo diferenciou e justificou a superioridade dos homens em relação às mulheres, criando estereótipos para cada um, a questão do gênero vai além dessa conotação física de diferenciação dos sexos, trazendo à tona a diferença entre eles por questões sociais.

O que por muito tempo se justificou pela lógica do patriarcado, agora se justifica pelo papel social desempenhado por cada indivíduo. Quer dizer, pelo modelo patriarcal a mulher distinguia-se do homem puramente pelo critério biológico

que pressupunha papéis sociais rígidos, enquanto que a categoria “gênero” os diferencia pela relação socialmente construída entre eles.

De acordo com Miranda e Viana (2017, p. 3),

O conceito de gênero é permeado por relações de poder e pela intersecção com outros fatores de desigualdade social (classe, raça e etnia), e seu uso permite a desconstrução do determinismo biológico, da naturalização das desigualdades, o binarismo e rompe com a fixidez de identidades.

Essa nova perspectiva do “gênero” passa a ser introduzida no Brasil a partir da década de 80, que trouxe outras conquistas relevantes, principalmente no campo teórico sobre os estudos feministas (LIMA, 2008). Segundo Santos e Izumino (2005, p.155), “sob a influência dos debates norte-americanos e franceses sobre a construção social do sexo e do gênero, as acadêmicas feministas no Brasil começam a substituir a categoria “mulher” pela categoria “gênero””. A partir desse momento, a ideia tradicional de diferenciação biológica entre homens e mulheres começava a ceder lugar à diferenciação entre o social e o biológico.

Nessa nova perspectiva, o conceito de gênero passou a ser pensado “não como um simples atributo, ligado ao sexo, que, hoje em dia pode ser visto nos primeiros meses de vida do bebê através do ultra-som [...] mas como sendo ‘performativamente produzido’ por práticas reguladoras [...] permanentemente reiteradas.” (AZERÉDO, 2007, p. 89).

Já para Scott (1995), o conceito de gênero

[...] rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. (SCOTT, 1995, p. 5).

Diante desse novo olhar trazido pela perspectiva apresentada, a violência contra a mulher passa a ser analisada sob o aspecto de gênero, que enfatiza uma realidade muito mais ampla do que a justificativa do “essencialismo biológico.” (HASSE, 2016).

Sabendo dessa mudança de perspectiva, nos resta saber ou tentar entender o que seria essa “violência de gênero” tão apontada na atualidade, qual a sua abrangência e como esse conceito poderia ajudar a explicar os altos índices desses casos contra as mulheres.

Antes de partirmos para a conceituação da violência de gênero, faz-se necessário entender o conceito “puro” de violência que, segundo Minayo (2006, p. 15), “De origem latina, o vocábulo vem da palavra *vis*, que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro”.

Mas a própria autora afirma que tentar definir a violência num conceito fixo e simples como o citado, é não levar em consideração a evolução conceitual e histórica que o acompanha (MINAYO, 2006). Isso porque o termo violência deve ser encarado como um “processo socio-histórico” (MINAYO, 2006, p. 16) que sofre variações ao longo do desenvolvimento da sociedade, nos fazendo supor que ela varia em razão da dinâmica social.

Diante dessa constatação, a violência de gênero não pode ser reduzida ao conceito exclusivo de agressão física contra a mulher (conceituação dominante no senso comum), e oriunda somente da força masculina. Muito pelo contrário, ela também acompanha essa evolução da sociedade, ganhando novos contornos a partir disso.

Assim, a violência de gênero passa a ser um fenômeno que alcança um espaço mais amplo, sendo uma categoria mais generalista que envolve a violência familiar, intra-familiar e a doméstica. (SAFFIOTI, 2015, apud MIRANDA; VIANA, 2017, p. 7). Essa conceituação, retrata não apenas uma categoria de pessoas, mas diversas delas, e isso envolve “mulheres, crianças e adolescentes dos dois sexos” (MIRANDA; VIANA, 2017), ou seja, categorias de pessoas consideradas vulneráveis.

No caso das mulheres, objeto deste estudo, a violência de gênero surge

[...] quando a ideologia do patriarcado por si só não é o suficiente para manter o projeto de exploração-dominação masculina “a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência” (SAFFIOTI, 2015, p. 115, apud MIRANDA; VIANA, 2017, p. 7).

A força física (a mais usual) surge em decorrência desse declínio do poder de dominação-exploração que uns indivíduos exercem sobre outros. Quando esse

poder entra em declínio, a violência ganha espaço para tentar manter a hegemonia que se espera do indivíduo considerado “mais forte”.

A partir do momento em que o “poder do macho” e da “superioridade fisiológica” entre homens e mulheres não mais lastreia a dominação ora exercida, as mulheres passam a sofrer todo tipo de violência (física, moral, psicológica e patrimonial), numa busca insana, dos homens, em manter o imaginário de dominação que culturalmente já se assentou entre nós.

2.2 A violência contra a mulher no contexto jurídico

Nesta seção trazemos uma visão geral das legislações nacionais e internacionais que surgiram em torno da questão da violência contra as mulheres, enfatizando a importância da Lei Maria da Penha no contexto das políticas públicas de enfrentamento à violência, e ainda a necessidade de se trabalhar essa legislação no ambiente escolar.

2.2.1 O percurso jurídico da legislação nacional e internacional

Figura 3 – Movimento feminista no Brasil



Fonte: Politize (2016).

Trazendo uma visão mais recente e aproximada da realidade brasileira, citamos a década de 1980, que representou um marco nas transformações históricas e sociais, assim como nos movimentos feministas na luta pela igualdade. Esta década representou o início do movimento feminista no Brasil e no mundo, mas os seus resultados foram frutos da intensa luta que se seguiu desde meados do século XX e que culminou em diversas conquistas e importantes vitórias para o movimento feminino (SARTI, 2004).

A maioria das mudanças alcançadas foi no campo normativo, ou seja, a legislação pátria, paralelamente à internacional, caminhou positivamente no sentido de atender aos anseios e às antigas reivindicações de mulheres e de muitos movimentos feministas na busca pela eliminação de práticas discriminatórias e violentas que ainda se observa atualmente.

Em meio a tanta luta das mulheres pelo direito à igualdade, é difícil traçarmos uma data exata para o início das conquistas alcançadas. No entanto, um dos momentos mais significativos que marcou essa história de luta se deu através dos movimentos feministas realizados internacionalmente a partir da década de 70.

Mais especificamente, em 1975 a ONU – Organização das Nações Unidas inaugurou o “Ano Internacional da Mulher”, com a realização da I Conferência Mundial da Mulher sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” (ONU MULHERES BRASIL, [2018?]). Através dessa primeira conferência mundial, realizada no México, foi possível discutir sobre diversos problemas correlatos às mulheres, bem como iniciar o processo de construção dos direitos femininos em âmbito internacional.

Esse momento histórico teve como tema central das discussões a eliminação da discriminação da mulher e o seu avanço social, aprovando, ainda

[...] o plano de ação a ser norteador das diretrizes de governos e da comunidade internacional no decênio 1976-1985 destacando-se: a igualdade plena de gênero e a eliminação da discriminação por razões de gênero, a plena participação das mulheres no desenvolvimento e maior contribuição das mulheres para a paz mundial. (ONU MULHERES BRASIL, [2018?]).

Os anos seguintes, mais especificamente 1980, 1985 e 1995, deram sequência nas conferências mundiais, sempre enfatizando os direitos femininos através do enfrentamento das desigualdades de gênero, da cobrança por mais acesso e visibilidade da mulher nas áreas da educação, política e oportunidades de

trabalho, assim como o reconhecimento dos direitos femininos como direitos humanos e a luta para garantir o respeito a esses direitos (ONU MULHERES BRASIL, [2018?]).

Essas conferências temáticas promovidas pela ONU, juntamente com a participação de especialistas, da sociedade civil e de representantes de vários países, ensejaram mudanças, ainda que de maneira lenta, na vida de muitas mulheres, tendo em vista as reivindicações sistematizadas pautadas no gênero.

Dando sequência aos marcos legais internacionais de luta pelos direitos das mulheres, citamos a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, também chamada CEDAW (da sigla em inglês) ou Convenção da Mulher, aprovada em 1979 pelo Comitê da ONU. Esse documento é o primeiro tratado internacional que dispõe sobre os direitos humanos das mulheres.

Esse instrumento normativo internacional se difere dos demais por ser um

[...] tratado internacional de proteção aos direitos humanos que define em que consiste a discriminação contra as mulheres e estabelece uma agenda para ações nacionais com o fim de eliminá-la. Ao ratificar a CEDAW, os Estados comprometem-se a tomar uma série de medidas apropriadas para garantir a igualdade entre homens e mulheres em todos os campos e fazer valer o princípio da não discriminação. É o instrumento que prevê, também, a possibilidade de que os Estados adotem as famosas “ações afirmativas”. Ao ratificá-la, os Estados se submetem, também, ao seu mecanismo de monitoramento internacional. (PANDJIARJIAN, 2001, p. 107).

Entretanto, em que pese a importância jurídica internacional do tratado na efetivação dos direitos humanos das mulheres, “a simples enunciação formal dos direitos das mulheres não lhes confere automaticamente a efetivação de seu exercício.” (PIMENTEL, 2013, p. 4). É necessário ir além, através de ações desenvolvidas pelos três poderes: o legislativo, na implementação de legislações nacionais que viabilizem aos direitos e garantias internacionais já existentes; o executivo, na elaboração de políticas públicas voltadas aos direitos das mulheres; e, por fim, o judiciário, na aplicação das convenções internacionais e na legislação nacional como fundamento nas decisões proferidas. (PIMENTEL, 2013).

No Brasil, o tratado foi ratificado através do Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984 (BRASIL, 1984), antes mesmo da promulgação da Constituição da República, uma verdadeira fonte de direitos (ao menos em tese), surgida dos anseios populares por um Brasil democrático. E, em 2002, foi assinado o protocolo

facultativo sobre todas as formas de Discriminação Contra a Mulher, por meio do Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002 (BRASIL, 2002), confirmando os direitos das mulheres já assinalados no tratado e na vigência da CRFB/88.

Não podemos negar que entre essas conquistas, a promulgação da Constituição Federal em 1988, abriu caminho não só para a democracia no Brasil, mas para uma série de direitos e garantias fundamentais ao pleno desenvolvimento humano. Entre esses direitos e garantias, inúmeros instrumentos de valorização da mulher com vistas a sua visibilidade e emancipação social, foram retratados na Carta Maior, principalmente através do princípio da igualdade insculpido no art. 5º, caput, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; [...] (BRASIL, 1988).

Sem dúvidas, a Constituição Federal representou, não só para as mulheres como também para o país, um verdadeiro marco na democracia e no avanço das categorias sociais, na medida em que sobreleva uma gama de direitos daqueles considerados minorias em nosso país. A CRFB/88 representa, através desse princípio da igualdade, a sustentação do Estado democrático de direito, que rechaça as práticas discriminatórias e veda as diferenciações arbitrárias não justificáveis pelos valores nela inerentes.

Intitulada também como Constituição Cidadã, a CF/88 trouxe uma série de avanços no reconhecimento de direitos sociais e individuais das mulheres, tendo como inspiração os trabalhos realizados pelos movimentos feministas de participação na elaboração do texto constitucional. Esse movimento, conhecido por “Lobby do Batom”, foi um evento importantíssimo no combate às discriminações contra as mulheres. (SENADO FEDERAL, 2018, s. p.).

Através desse movimento, estimulou-se a participação feminina no processo reivindicatório de direitos, por meio da eleição de um número maior de parlamentares do sexo feminino, que levasse ao Constituinte propostas/metastas que seriam incluídas no texto constitucional. Assim,

A “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, entregue ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pela presidente do CNDM, Jaqueline Pitanguy, em março de 1987, foi resultado de uma intensa campanha nacional, em articulação com ativistas, movimentos feministas, e associações diversas de todo o país durante dois anos. Com esse documento, elas levavam ao parlamento brasileiro a principal conclusão da campanha: “Constituinte pra valer tem que ter direitos das mulheres.” (SENADO FEDERAL, 2018, s. p.).

Entre essas propostas/metasp que foram reivindicadas pelo grupo, estavam o direito à “licença-maternidade de 120 dias, o direito à posse da terra ao homem e à mulher, igualdade de direitos e de salários entre homem e mulher; mecanismos para coibir a violência doméstica.” (SENADO FEDERAL, 2018, s. p.).

Vislumbramos que a luta pelos direitos femininos alcançava as mais diversas searas, sendo o tema violência contra a mulher um daqueles já considerados importantes no processo de elaboração do texto constitucional, desde aquela época.

Indo mais adiante no percurso das legislações adotadas pelo ordenamento jurídico brasileiro, passemos ao ano de 1995, onde o Brasil ratificou a Convenção Interamericana para prevenir e erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará.

Através dessa convenção, define-se o conceito de

[...] violência contra as mulheres, reconhecendo-a como uma violação aos direitos humanos, e estabelece deveres aos Estados signatários, com o propósito de criar condições reais de rompimento com o ciclo de violência identificado contra mulheres em escala mundial. (COMPROMISSO E ATITUDE, 2012, s.p.).

O tratado reconhece a importância de juridicizar a questão da violência contra a mulher a partir de mecanismos legais de enfrentamento. Por meio dele, define-se o conceito de violência contra a mulher, o âmbito de aplicação dessa legislação, os direitos que são protegidos e os deveres do Estado na adoção e prestação de políticas públicas destinadas a prevenir, punir e erradicar tal violência.

A partir desses instrumentos jurídicos apresentados, percebemos o quanto a temática ganhou relevo no cenário legal. A questão da discriminação contra a mulher e da violência contra ela perpetrada não podia, e não pode, passar despercebida ou naturalizada como sendo algo inerente a nossa cultura. É necessário que os instrumentos legais estejam sempre de sentinela na busca por

melhorias das condições sociais dos grupos considerados vulneráveis, entre eles o grupo feminino.

Foi nesse sentido que, em 2006, o Brasil sancionou a Lei nº 11.340/2006, conhecida por Lei Maria da Penha, criada com o objetivo de punir com mais rigor os agressores contra a mulher no âmbito doméstico e familiar. Esse é mais um mecanismo de enfrentamento no combate à violência de gênero.

2.2.2 A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)

Trazendo à baila essa visão mais atual sobre a temática enfatizamos também a contribuição que a Lei Maria da Penha desempenhou nesse processo de salvaguarda dos direitos humanos das mulheres que, cotidianamente, são violados de maneira deliberada.

Este instrumento normativo de nº 11.340/2006 tem por finalidade oferecer tratamento diferenciado à mulher vítima de violência, promovendo, especialmente, sua proteção com vistas ao cumprimento dos preceitos emanados na Constituição Federal e nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

A lei é fruto da grande repercussão gerada pelo caso da farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, onde a mesma sofreu diversos tipos de violência por parte de seu marido, por aproximadamente vinte e três anos. Os casos de violência e tentativas de assassinato eram tão constantes que Maria da Penha acabou ficando paraplégica em um desses episódios, o que fez a mesma denunciar o marido em 1983. (MEDEIROS, 2016).

Em 1984, o professor universitário Marco Antônio Herédia Viveiros, foi denunciado pelos crimes cometidos contra sua esposa, sendo condenado pelo Tribunal do Júri a oito anos de prisão, em 1991. Entretanto, o réu teve o direito de recorrer em liberdade e ainda conseguiu a nulidade de seu julgamento. No ano de 1996, um novo julgamento foi realizado e, dessa vez, o réu foi condenado a dez anos e seis meses de reclusão, porém, mais uma vez ele recorreu em liberdade e após quase vinte anos depois dos fatos ocorridos, o agressor foi preso e cumpriu sua pena. Infelizmente, o agressor só cumpriu dois anos de prisão pelos crimes e abusos cometidos. (MEDEIROS, 2016).

Depois de tanta omissão por parte das autoridades brasileiras diante de um caso de intensa violência contra a mulher, o Centro pela Justiça e o Direito

Internacional (CEJIL), bem como o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) formalizaram denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Apesar de, por quatro vezes, a Comissão ter solicitado informações ao governo brasileiro, nunca recebeu nenhuma resposta. O Brasil foi condenado internacionalmente em 2001. Além de ter que pagar indenização no valor de 20 mil dólares em favor de Maria da Penha, foi responsabilizado por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Recebeu, também, a recomendação de adoção de várias medidas, inclusive no que condiz à simplificação dos procedimentos judiciais penais, com fins de dar maior celeridade aos processos. (MEDEIROS, 2016).

Foram nessas circunstâncias que o Brasil criou a Lei 11. 340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Após sua condenação internacionalmente em 2001, o Brasil, atendendo a uma recomendação da Organização dos Estados Americanos – OEA (SILVA, 2016), sancionou esta lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de efetivar o mandamento constitucional, que é o da proteção da família e dos membros que a integram. Conforme determina o artigo 226, § 8º: O “Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. (BRASIL, 1988).

No contexto pensado como objeto desta pesquisa, ou seja, a concepção de Ensino Médio Integrado, a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), em artigo 8º, inciso V, assume grande relevância quando preconiza a realização de um conjunto articulado de ações entre o mundo jurídico e a educação, que entre elas se destaca:

Art. 8º (...)

V - A promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres. (BRASIL, 2006).

Evidencia-se, assim, a importância de se trabalhar a temática na perspectiva da educação, por existir uma previsão jurídica que possibilita que o assunto não fique cerceado aos órgãos oficiais de defesa e de controle da violência, mas também, porque existe uma necessidade, sobretudo, sob o viés do ensino médio “integrado, da educação unitária, politécnica e omnilateral” (RAMOS, 2007, p. 1),

que viabiliza o desenvolvimento das potencialidades humanas, facilita a apreensão e difusão do conhecimento e, por consequência, forma cidadãos mais ativos e participativos no processo de tomada de decisões em âmbito social.

Além disso, é necessário difundir entre esses jovens adolescentes, informações sobre a violência de gênero e sobre o sistema protetivo instituído pela lei, estabelecendo um canal de comunicação mais curto entre eles e a sociedade civil, no sentido de assegurar uma maior absorção do conteúdo jurídico existente e uma maior compreensão acerca da violência contra a mulher e dos direitos assegurados nesse instrumento normativo.

No contexto do ensino médio integrado - EMI, essa temática ganha relevância, pois favorece à formação humanística e emancipatória dos jovens. Para Gramsci (1981 apud CIAVATTA, 2009, s. p.), esse “ensino médio integrado se materializa na proposta de escola unitária” que

[...] se expressaria na unidade entre instrução e trabalho, na formação de homens capazes de produzir, mas também de serem dirigentes, governantes. Para isso, seria necessário tanto o conhecimento das leis da natureza como das humanidades e da ordem legal que regula a vida em sociedade. (GRAMSCI, 1981 apud CIAVATTA, 2009, s. p.)

O EMI pressupõe, portanto, uma integração entre os conteúdos e as metodologias de ensino, separados pela ideia de produção manual e intelectual geradas pela força do capital. Nesse sentido, o estudo da violência de gênero deve estar presente tanto na parte do conteúdo programático, quanto nos cursos de extensão profissionalizantes ofertados nos IFs.

Não podemos “mecanizar” a educação ou permitir que ela sirva apenas de instrumento a serviço do mercado de trabalho. É necessário que os alunos sejam instigados a ampliar sua visão de mundo, preocupando-se também com os problemas sociais que afetam diretamente o fluxo das relações econômicas, como é o caso da violência de gênero.

Segundo dados da Agência Brasil (2017), “a violência contra a mulher gera prejuízo de R\$ 1 bilhão para economia brasileira”. Isso porque, os casos de violência contra ela perpetrados refletem em “falta de concentração, dificuldade de tomar decisões, erros ou acidentes e grande número de faltas.”, afetando diretamente a vida profissional dessas mulheres.

Nesse sentido, Carvalho (2016) afirma que

A violência deprecia o capital humano da mulher. Grande parte do empoderamento feminino vem da capacidade de trabalho. O homem produz a violência contra a mulher, causa todos esses impactos, cria uma seqüela na economia e retroalimenta essa relação: ele sabota a mulher como trabalhadora e ela perde esse empoderamento. [...] (CARVALHO, 2016 apud AGÊNCIA BRASIL, 2017, s. p.).

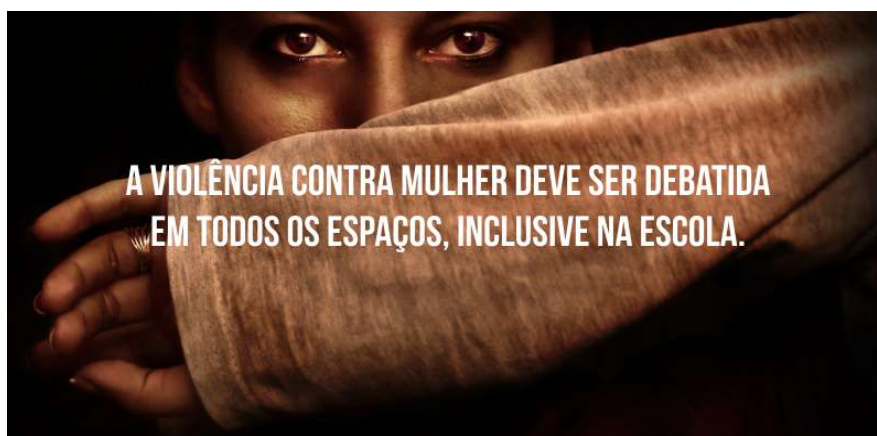
Portanto, se mostra evidente que a violência de gênero é algo que necessita de um olhar mais aguçado da sociedade civil, mas, principalmente, da escola, enquanto espaço de construção social do saber. Daí a importância da temática ser levada aos IFs como mecanismo de enfrentamento à violência de gênero. São esses alunos os futuros agentes de transformação social que a nossa comunidade precisa, mas antes de tudo, precisamos de agentes com uma opinião formada, crítica e reflexiva acerca dos problemas que se estruturam a nossa volta e, para isso, precisamos de subsídios educativo-metodológicos que forneçam os elementos necessários para essa formação integral.

2.3 A violência contra a mulher e a educação

Nesta seção discutiremos a questão do Ensino Médio Integrado e sua relevância nos cursos desenvolvidos pelos IFs, com vistas a uma formação mais global e não apenas voltada ao ensino puramente propedêutico ou profissional.

2.3.1 O estudo da violência de gênero no contexto do ensino médio integrado

Figura 4 – Violência contra a mulher nas escolas



Fonte: CPER/SINDICATO (2015).

Inicialmente, o conceito de EMI nos remete à noção de um ensino mais global e menos centralizado numa só perspectiva, quer seja a educação básica ou profissionalizante. Essa forma de encarar a educação propõe um modelo educacional mais voltado à “formação omnilateral, integral ou politécnica de todos, de forma pública e igualitária e sob a responsabilidade do estado.” (MOURA, 2013, p. 1) e que propicie uma formação emancipatória.

Isso porque é necessária a desmistificação da ideia de dualidade e fragmentação que se instalou no Brasil, em relação ao ensino técnico profissionalizante. Por essa perspectiva de dualidade, haveria uma distinção entre o ensino propedêutico e o trabalho desenvolvido a partir dos cursos profissionalizantes que estão intimamente ligados ao mercado de trabalho, servindo à expansão do capitalismo (MOURA, 2013). Essa dualidade só reforça a ideia de educação associada à mercadoria, reduzindo sua importância na formação humana e contribuindo para o crescimento econômico que serve à lógica do mercado e nada mais.

Desse modo, essa educação fragmentada, imposta pela sociedade de classes e oriunda da força capitalista, segregou o ensino separando aqueles que “nasceram para o trabalho” daqueles que “nasceram para as atividades intelectuais”. A partir dessa divisão, muitos indivíduos se viram compelidos a desprezar o estudo das ciências e da cultura para mergulhar num estudo puramente profissionalizante, na medida em que necessitam do trabalho como mero instrumento de sobrevivência.

O trabalho configura-se como um fator de alienação desses indivíduos, que passam a utilizar apenas sua força física em detrimento de sua capacidade intelectual, em virtude das necessidades materiais impostas pelo mundo moderno e pela lógica do capital que engole esses indivíduos, como asseveram Ciavatta e Ramos (2011, p. 2):

No caso do ensino médio e da educação profissional, essa visão dual ou fragmentada expressa-se, historicamente, desde a Colônia, pela produção das relações de desigualdades entre as classes sociais, na separação imediata para o mercado de trabalho, funcional às exigências produtivas.

De modo contrário, essa formação integral apresenta-se como “omnilateral” na medida em que opera em “todos os lados ou dimensões” (FRIGOTTO, 2012, p. 265) do sujeito. Ou seja, essa omnilateralidade da formação é, segundo Frigotto

(2012, p. 265), “a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico”.

Além disso, a formação dita integral é ainda politécnica quando visa unir a educação com o trabalho produtivo numa perspectiva de emancipação dos sujeitos. Quer dizer, segundo Marx (1982), a “educação da classe trabalhadora” deve compreender

Primeiramente: Educação mental [intelectual].

Segundo: Educação física, tal como é dada em escolas de ginástica e pelo exercício militar.

Terceiro: Instrução tecnológica, que transmite os princípios gerais de todos os processos de produção e, simultaneamente, inicia a criança e o jovem no uso prático e manejo dos instrumentos elementares de todos os ofícios. (MARX, s. p., 1982 apud MOURA; LIMA; SILVA, 2015, p. 5).

Por pensar a educação nesses três aspectos, intelectual, físico e tecnológico, o autor desperta a necessidade de se formar o ser humano de maneira mais completa e mais ampliada. É nesse sentido que a educação precisa ser integral, pois contemplaria o sujeito nos diversos âmbitos de sua atuação social, proporcionando-lhes o pleno desenvolvimento humano e contribuindo para a transformação da sociedade em que vive. “Isso sugere, portanto, que Marx associa educação politécnica à ideia de indivíduo integralmente desenvolvido.” (MOURA; LIMA; SILVA, 2015, p. 5).

Corroborando com o que já foi dito, Ramos (2007) assevera que

[...] uma educação politécnica, que possibilita o acesso à cultura, a ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional. É importante destacar que politecnicidade não significa o que se poderia sugerir a sua etimologia, a saber o ensino de muitas técnicas. Politecnicidade significa uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científicos-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas.” (RAMOS, 2007, p. 1).

Não podemos deixar de enfatizar que essa noção de formação integral e politécnica está ligada, necessariamente, ao mundo do trabalho, tendo em vista que o trabalho é fonte de produção humana e através dele as relações sociais e econômicas se materializam e lhes dão mobilidade, “por isso, o trabalho é o caminho de construção da identidade, e o homem constrói a sua identidade pelo trabalho.

Dessa maneira, forma-se através do trabalho e o trabalho é o princípio da sua formação.” (RIBEIRO, 2009, p. 3).

Nesse contexto, o trabalho aqui apontado deve ser analisado sob a ótica de ser um princípio educativo, pois visa “desenvolver nos indivíduos as capacidades de livre pensamento e de organização social” (SOBRAL; RIBEIRO; ARAÚJO, 2016, p. 1), essenciais a sua emancipação e contrariando a lógica da dominação do capital, que aprisiona os sujeitos, a sua força de trabalho e sua capacidade de desenvolvimento intelectual, escravizando-os e deixando-os cada vez mais alienados.

Em sendo o trabalho um princípio educativo, é justamente essa cisão entre o ensino básico e o profissional que necessita ser repensada. E essa tarefa ganha relevância quando tratamos do Ensino Médio, pois é nessa etapa do ciclo escolar que os jovens são compelidos a se inserir no mercado de trabalho, deixando de lado, muitas vezes, a sua formação intelectual em virtude da necessidade imediata de ganho financeiro, através do emprego.

Contrariando essa lógica, o projeto de ensino médio integrado estaria “centrado no desenvolvimento do estudante como sujeito de necessidades, de desejos e de potencialidades” (RAMOS, 2007, p. 5) e não apenas no mercado de trabalho como única opção. Pelo contrário, a ideia de integração no ensino médio foca [...] “na perspectiva da emancipação humana, que só pode ocorrer à medida que os projetos individuais entram em coerência com um projeto social coletivamente construído.” (RAMOS, 2007, p. 5).

Corroborando com esse entendimento, Ciavatta (2005) reafirma a importância do ensino médio integrado na formação do indivíduo enquanto cidadão capaz de atuar de maneira significativa na sociedade:

A formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científicotecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p. 2-3).

É nesse cenário que a ideia de EMI assume papel importante no desenvolvimento da temática apontada por esta pesquisa. Por esse ângulo, o estudo da violência de gênero não estaria dissociado nem do contexto profissionalizante, nem da educação básica, mas passaria por todos os níveis e dimensões da educação considerada integral, numa proposta coletiva de transformar essa realidade negativa que se opera em relação à mulher (nos aspectos sociais, culturais e econômicos) e à violência (quer seja, física, psicológica, patrimonial ou moral) contra ela investida.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, na visão de Gil (2002), é entendida como um procedimento racional e sistemático, cujo objetivo principal é dar oportunidade de responder aos problemas que são propostos. O autor continua sua argumentação afirmando que ela é necessária quando não dispomos de informações suficientes para responder a um problema ou quando a informação disponível não consegue explicá-lo de maneira satisfatória.

Nesse sentido, ao observarmos o que acontece em nossa sociedade e os infortúnios que a acompanham, alguns deles chamam nossa atenção de tal maneira que nos levam à investigação e à busca por respostas, numa tentativa de contribuir para a minimização dos seus efeitos deletérios. Assim acontece com a violência contra a mulher.

Desse modo, traçamos um percurso metodológico capaz de proporcionar a análise de práticas educativas e de como elas vêm sendo desenvolvidas no contexto do EMI do IFAL, campus Murici, para que pudéssemos desenvolver um produto educacional que sirva de apoio nessa luta contra a violência de gênero instalada em nossa sociedade.

3.1 Concepções teórico-metodológicas da pesquisa

Para atender aos objetivos propostos nesta pesquisa optamos pelo método qualitativo, por considerar que ele permite a interpretação adequada e necessária ao problema apresentado. Como parte operacional, escolhemos o questionário de perguntas mistas que auxiliou na coleta dos dados iniciais, orientando os rumos da pesquisa e servindo de base para a construção da SD, além de ser utilizado novamente para a análise da avaliação da mesma.

3.1.1 A pesquisa qualitativa

De acordo com Minayo (2002, p. 21-22), a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Nesse

sentido, decidimos utilizar essa abordagem por entender que a mesma fornece os subsídios científicos e metodológicos necessários ao desenvolvimento desta pesquisa.

Para se chegar a esta conclusão, partimos do pressuposto que a temática trabalhada trata de um problema social de enorme relevância histórica para nosso país e que necessita da mobilização dos vários setores da sociedade, inclusive da educação, para que haja uma mudança substancial na sua atual configuração.

De certo que poderíamos trabalhar os números que contabilizam a violência contra a mulher no país, utilizando amostras e dados estatísticos numa perspectiva quantitativa da pesquisa, mas isso limitaria nosso problema de pesquisa, pois teríamos que ignorar o seu aspecto subjetivo para nos debruçarmos apenas sobre a coleta de dados quantificáveis (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Não sendo este o nosso propósito, portanto, o viés qualitativo por nós escolhido estrutura a pesquisa, na medida em que se apoia na observação e análise de comportamentos, percepções e sentimentos dos sujeitos participantes em relação ao tema que lhes foi apresentado.

3.1.2 A pesquisa-ação como estratégia metodológica

Como estratégia metodológica elegemos a Pesquisa-Ação para auxiliar o desenvolvimento da pesquisa, já que por meio dela não é só o sujeito investigado o único partícipe na construção do conhecimento e na resolução dos problemas que são apresentados. O próprio investigador se insere nesse contexto, atuando como mais um elemento de ação transformadora, bem como sujeito ativo dessa mudança almejada (TRIPP, 2005).

Nas pesquisas em educação, como é o nosso caso, a pesquisa-ação se mostrou apropriada na medida em que permite a intervenção numa dada realidade e possibilita a interação entre pesquisador e pesquisado, numa ação conjunta para transformá-la. Cabe salientar, também, o caráter social que a pesquisa-ação detém, já que permite que essa transformação aconteça por meio de esforços coletivos.

Nesse sentido,

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os

pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1986, p. 14).

Daí a escolha do método utilizado e da abordagem qualitativa como metodologia aplicada nesta pesquisa, uma vez que ambos possibilitam ao pesquisador e aos sujeitos investigados serem agentes efetivos no seu processo de construção e desenvolvimento.

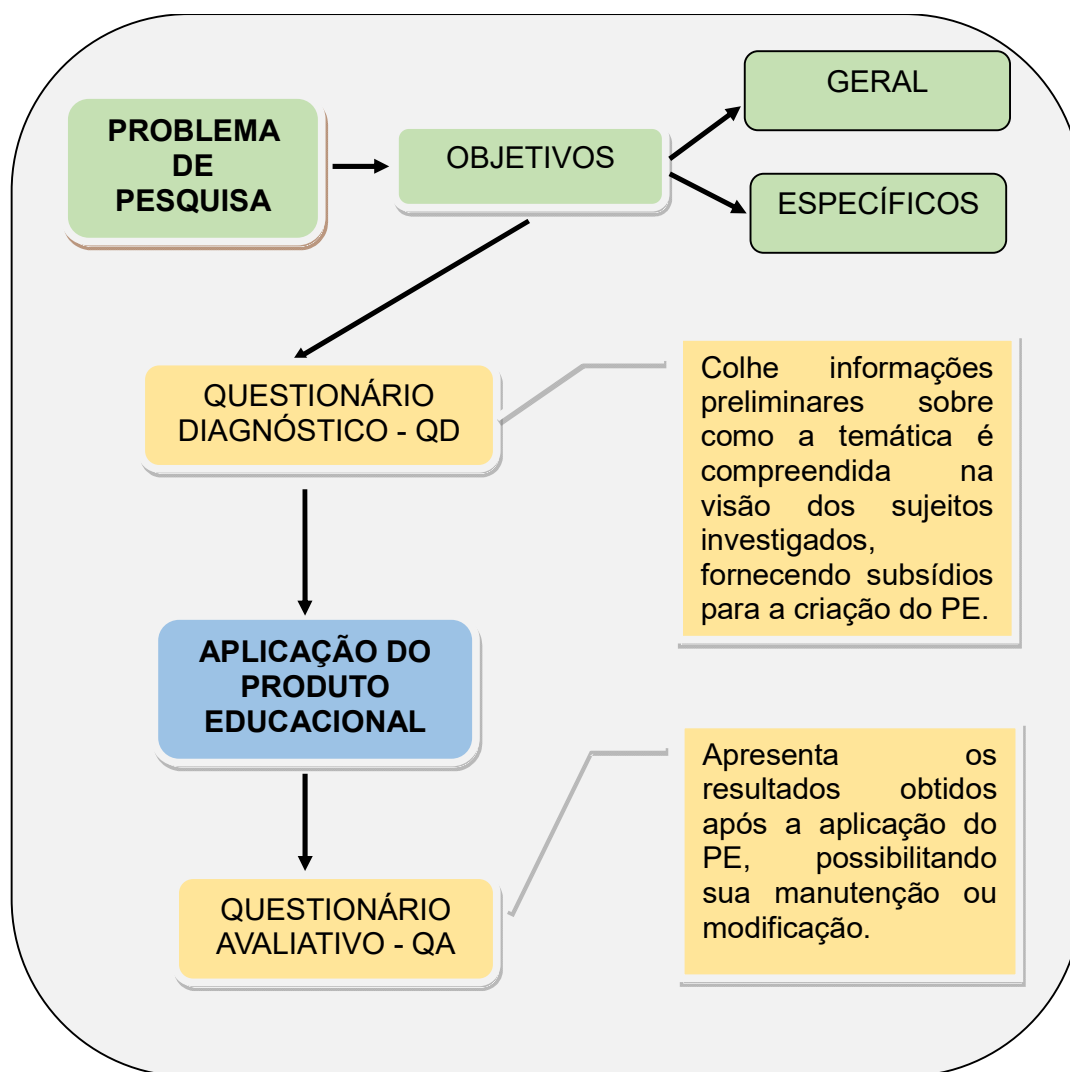
3.2 Estruturação da pesquisa

Antes de adentrar nos demais tópicos que descrevem a pesquisa, é imperioso detalharmos a forma como nosso trabalho se desenvolveu. A partir da definição do problema de pesquisa e da formulação dos objetivos geral e específicos, passamos para a fase de intervenção propriamente dita, através do desenvolvimento e aplicação de questionários entre os sujeitos investigados e que serviram de base para a construção e manutenção da SD como produto educacional.

Foram aplicados dois questionários em momentos distintos da pesquisa com discentes e docentes. O primeiro, o questionário diagnóstico – QD, foi aplicado no início da investigação para apurar dados preliminares sobre a temática abordada e servir de base para a construção da SD (Apêndices A e B). Já o segundo, o questionário avaliativo – QA, forneceu-nos dados sobre a aceitação da SD entre os participantes (Apêndices C e D).

Para que este detalhamento seja melhor compreendido, elaboramos um fluxograma ilustrando as etapas percorridas, conforme apresentado na figura 5:

Figura 5 - Fluxograma das etapas da pesquisa



Fonte: Autor (2020).

Feitos tais esclarecimentos, passamos agora para a descrição destas etapas que constituem a pesquisa.

3.3 Lócus da pesquisa

O lócus da pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL, que tem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como base¹. A pesquisa foi realizada no Campus Murici, ilustrado na Figura 6, que oferece dois cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Agroecologia

¹ Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/institucional/historia>>.

e Agroindústria e, atualmente, atende também a cidades circunvizinhas, como Messias, União dos Palmares, Branquinha, São José da Laje e Ibateguara, sendo os cursos ofertados no turno diurno².

Figura 6 – Entrada do Campus Murici - IFAL



Fonte: IFAL (2020).

3.4 Sujeitos da pesquisa

Em sendo a pesquisa na área da educação, os sujeitos investigados compõem dois grupos bem delimitados: professores e alunos. Escolhemos estas duas categorias de participantes, primeiro pela necessidade de entender como a temática da violência de gênero é trabalhada em sala, e segundo, pelo tipo de produto educacional que elegemos: uma sequência didática.

Estes fatores nos levaram, inevitavelmente, a desenvolver a pesquisa em torno desses dois pilares. O ambiente da sala de aula, juntamente com a interação desenvolvida entre professor/aluno, constituiu o cenário apropriado aos nossos objetivos. E para conhecer, ainda que minimamente, o que eles pensam sobre a temática apresentada, foi necessário possibilitar que eles externassem sua vivência, opiniões, anseios e necessidades, a partir de um instrumento que pudesse captar alguns destes pontos.

O número de sujeitos participantes em cada etapa pode ser melhor descrito conforme a tabela abaixo:

² Disponível em: < <https://www2.ifal.edu.br/campus/murici/o-campus/historia>>.

Tabela 1 – Quantitativo de participantes em cada etapa.

ETAPA 1	ETAPA 2	ETAPA 3
QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO	APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	QUESTIONÁRIO AVALIATIVO
Alunos participantes: 64	Alunos participantes: média de 13	Alunos participantes: 13
Professores participantes: 2	Professores participantes: 1	Professores participantes: 1
Total: 66	Total: 14	Total: 14

Fonte: Autor (2020) – Dados da pesquisa.

A investigação inicial, com a aplicação do QD, contou com a participação de 64 (sessenta e quatro) alunos dos cursos de Agroecologia e de Agroindústria do campus Murici, ambos dos quartos anos; e dois professores de Sociologia, disciplina base para a abordagem da violência de gênero, totalizando o número em 66 (sessenta e seis) participantes.

A intervenção aconteceu na disciplina de Sociologia e com professores dessa área específica, pois a temática faz parte do componente curricular previsto para esta série do EMI.

Os 64 alunos tinham entre 16 e 24 anos de idade, e responderam ao questionário (Apêndice A) elaborado para avaliar as percepções a respeito de como a violência de gênero é trabalhada nas aulas, se é satisfatória/suficiente, de que maneira é ou deveria ser apresentada e se esse tema se mostra relevante na visão discente. Tais questionamentos serviram para nortear a criação e desenvolvimento da SD como produto educacional deste mestrado profissional.

Quanto aos docentes, o QD (Apêndice B) foi respondido por 2 (dois) profissionais que lecionam a disciplina de Sociologia no campus Murici, sendo avaliada como a temática é vista e trabalhada por eles, buscando contribuir, através da SD, para a implementação ou aprimoramento dos mecanismos pedagógicos existentes.

Na fase seguinte, após a aplicação da sequência didática, foi entregue outro questionário – QA (Apêndices C e D), dessa vez para avaliar a aceitação da SD

entre os sujeitos investigados. Nessa etapa, responderam ao questionário 13 (treze) discentes e 1 (um) docente.

Insta salientar que o número de participantes variou em função das diferentes abordagens adotadas em cada etapa de aplicação dos questionários. Na primeira, pudemos contar com 64 (sessenta e quatro) alunos e 2 (dois) professores, pois aplicamos os QDs nas quatro turmas dos dois cursos investigados na intenção de obter um número maior de opiniões e relatos quanto aos questionamentos iniciais.

Já na segunda etapa de coleta, os QAs contaram com 13 (treze) discentes e 1 docente, porque escolhemos aplicar o PE e avaliá-lo em apenas uma turma; nesse caso com o maior número de alunos do sexo masculino e, também, porque foi a turma que menos tinha tido contato com a temática. Por consequência, a diminuição do quantitativo docente.

3.5 Instrumentos de coleta e análise de dados

Na fase de coleta, buscamos um instrumento que fosse capaz de captar os dados qualitativos com segurança e que nos permitisse extrair informações pertinentes sobre o assunto. Para isso, utilizamos o questionário de perguntas mistas, antes e depois da aplicação do PE, para atender às nossas necessidades.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 201), o questionário pode ser definido como “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Nesse sentido, tal instrumento se mostrou eficiente uma vez que conseguimos obter as informações necessárias para o desenvolvimento do produto educacional com a segurança desejada, além de garantirmos o sigilo e o anonimato essenciais à ética nas pesquisas científicas.

Já para a análise dos dados obtidos com os questionários (diagnóstico e avaliativo) foi utilizada a análise de conteúdo, que constitui

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1995, p. 42).

Assim, fizemos a análise das respostas obtidas a fim de encontrarmos o sentido que elas nos apresentam, preocupando-nos com as necessidades, anseios, avaliações e críticas apontadas, no propósito de construir uma ferramenta de ensino que consiga ser prática, objetiva e eficaz aos sujeitos que dela farão uso.

Por fim, é importante esclarecer que todos os informantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A) e que o projeto dessa pesquisa foi submetido à análise ética, por meio da Plataforma Brasil, recebendo aprovação do Comitê de Ética da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, conforme Parecer consubstanciado n.3.761.029 (Anexo B).

4 ANÁLISE DOS DADOS – PESQUISA DIAGNÓSTICA

A investigação inicial, com a aplicação do QD, contou com a participação de 64 (sessenta e quatro) alunos dos cursos de Agroecologia e de Agroindústria do campus Murici, ambos dos quartos anos; e dois professores de Sociologia, totalizando o número em 66 (sessenta e seis) participantes. Foi composto de 16 (dezesesseis) perguntas para os docentes e 15 (quinze) perguntas para os discentes.

4.1 Análise do questionário diagnóstico – QD aplicado entre os discentes

O QD aplicado entre os discentes contou com 16 (dezesesseis) perguntas, sendo respondido por 64 (sessenta e quatro) alunos, com idade entre 16 e 24 anos, dos quartos anos dos cursos de Agroindústria e Agroecologia do Campus Murici/AL. Desses 64 (sessenta e quatro) alunos que responderam ao questionário, 33 (trinta e três) deles eram do curso de Agroindústria, 27 (vinte e sete) do curso de Agroecologia e 4 (quatro) alunos não expuseram a qual curso pertenciam.

Os dados e informações coletadas no grupo discentes podem ser melhor visualizados conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 – Quantitativo de alunos participantes

CURSO	QTD. DE ALUNOS POR CURSO	NÃO EXPUSERAM A QUAL CURSO PERTENCIAM	QTD. DE PARTICIPANTES
AGROINDÚSTRIA	33	2	----
AGROECOLOGIA	27	2	----
	TOTAL: 60	TOTAL: 4	TOTAL: 64

Fonte: Autor (2019) – Dados da pesquisa.

As perguntas elaboradas visaram diagnosticar a percepção desses alunos no trato com a questão da violência contra a mulher, objetivando o reconhecimento das necessidades pedagógicas do grupo, de forma a conduzir a pesquisa para a produção de um material didático que atendesse às especificidades encontradas.

Para uma melhor compreensão da análise dos dados, cada uma das

questões dispostas será tratada pela expressão Q1, Q2, Q3, e assim, sucessivamente.

Com relação à Q1 e Q2, ambas as respostas já foram apresentadas no início do tópico através da tabela 2, representando, apenas, dados estatísticos que nos situam quanto à idade média dos alunos e sua distribuição entre os cursos ofertados no campus.

Com relação à Q3, 40 (quarenta) alunos (62,5%), ou seja, pouco mais da metade respondeu que a temática de gênero já havia sido abordada no IFAL, de maneira mais geral. Isso demonstra que não há uma ampla difusão do tema, como seria o adequado, reforçando a necessidade de mais atividades que o explorem de maneira significativa.

A Q4 mostrou que do total de participantes, 37 (trinta e sete) deles (57,8%) já tiveram contato com a temática entre o 1º e o 3º anos, confrontando com os 27 (vinte e sete) restantes, que não responderam à pergunta ou disseram não lembrar a série em que a temática foi trabalhada, representando um percentual de 42,1% dos alunos.

Efetivamente, a partir da Q5, delineou-se o projeto com vistas à construção do PE. Os alunos nos forneceram informações concretas sobre o modo como a temática já havia sido trabalhada, nos auxiliando em nossa intervenção futura. Das opções dadas, a utilização de palestras representou (15,6%) ou 10 (dez) alunos respondentes e rodas de conversas (50%) ou 32 (trinta e dois) alunos. Os outros 22 (vinte e dois) alunos restantes (34,3%) marcaram a opção 'outros'.

A Q6 solicitava que os alunos contassem como foi a experiência nessas aulas. Por ser um questionamento aberto e que comporta uma infinidade de respostas, foram sintetizadas algumas delas: *“legal”*; *“boa”*; *“clara e objetiva”*; *“bem objetivo”*; *“tranquila, serviu como forma de conscientização”*; *“interessante”*; *“o palestrante desmistificou algumas coisas sobre o tema”*; *“conhecer e viver novas experiências”*, etc.

Grande parte das respostas, como se percebe, foram bem diretas e resumidas em apenas uma única palavra. No entanto, concluiu-se que a maioria dos alunos tiveram uma experiência positiva em relação ao tema apresentado.

A Q7 fornece números sobre a quantidade de alunos que já haviam participado de alguma aula sobre violência de gênero em sala, de maneira mais concentrada. Do total de 64 (sessenta e quatro) alunos, 37 deles (57,8%) não tiveram aula sobre a temática em sala e apenas 27 (42,1%) afirmaram já ter tido

contato.

Concluimos, comparando os percentuais da Q7 e da Q3 que a temática foi vista de maneira mais pontual através de eventos realizados pelo IFAL, enquanto instituição. A forma concentrada, que se dá através da instrução em sala, acontece, mas segundo os dados apresentados, em menor proporção. Isso reforçou a intenção em trabalhar a temática de modo mais intenso a partir do desenvolvimento de uma estratégia pedagógica que fosse capaz de complementar esses dados.

A Q8 indagava em qual(ais) séries a temática já foi trabalhada. Do total de alunos, 39 (trinta e nove) deles deixaram de responder, 3 (três) não lembravam e 22 (vinte e dois) indicaram que isso aconteceu entre o 1º e 4º anos.

Para saber a forma como a temática foi abordada, na Q9 foram dispostas opções para que os alunos assinalassem aquela(s) que foi ou foram aplicada(s). Das opções dadas, 18 (dezoito) alunos marcaram a opção roda de conversa, representando um percentual de 28,1%; 7 (sete) alunos assinalaram as opções roda de conversa e outros, simultaneamente (10,9%); apenas 1 (um) assinalou a opção (a) livro, (1,56%) e 2 (dois) assinalaram a opção outros (3,12%), sendo que 36 (trinta e seis) deles não marcaram nenhuma das opções (56,2%).

Observou-se que as metodologias aplicadas giram em torno de rodas de conversas, palestras, entrevistas, documentários e dados estatísticos, apesar de mais da metade dos participantes não terem respondido ao questionamento.

A Q10 solicitava que os alunos relatassem como foi essa experiência. Seguem algumas das respostas obtidas: *“interessante, nos fez refletir sobre as consequências e os direitos”*; *“de extrema importância”*; *“suficiente”*; *“gratificante”*; *“abriu os olhos de muitos”*; *“foi um bom processo de aprendizagem”*; *“ótima, pois se vê como a ignorância e falta de humanidade de alguns afeta a sociedade”*; *“legal”*; *“foi bom para aprender o respeito ao próximo”*; *“conscientização sobre certos dados”*.

A partir dessas respostas observou-se que os alunos compreendem a importância da temática, seja para o fortalecimento da conscientização e do respeito ao próximo ou para o processo de ensino aprendizagem em torno da temática.

Questionados na Q11 sobre o nível de satisfação em relação ao tema violência contra a mulher abordada em sala, 14 (quatorze) alunos consideraram suficiente (21,8%), 27 (vinte e sete) deles consideraram insuficiente (42,1%) e 23 (vinte e três) alunos não responderam ou não souberam (36,1%).

Os índices foram maiores nos itens 'insuficiente' e 'não responderam ou não souberam'. Isso pode acontecer se considerarmos o fato de que na Q7, do total de 64 (sessenta e quatro) alunos, 37 deles (57,8%) disseram que não tiveram aula sobre a temática em sala. Esse fator pode ter contribuído para o alto índice de repostas "negativas", e que só reforça nossa tese de ampliar as estratégias pedagógicas em torno do tema.

A partir da Q12 as perguntas são mais direcionadas para a Lei Maria da Penha – LMP e sua abordagem no contexto educacional. Foi questionado se os alunos já haviam lido ou ouviram falar desse instrumento jurídico de repressão à violência contra a mulher. Quase que a totalidade dos participantes, 62 (sessenta e dois) alunos respondeu que sim (96,8%).

Essa mesma questão solicitou aos participantes que, em caso de resposta afirmativa, descrevessem onde teria ouvido falar da lei e se poderia dizer do que ela trata. Quanto ao primeiro ponto, as respostas mais comuns foram: jornais, livros, entrevistas, internet, escola, TV, noticiários, conversas cotidianas e sala de aula. Quanto ao segundo ponto, colheu-se algumas respostas onde os alunos afirmam que a lei: *"trata da proteção e apoio às mulheres"*; *"pune os homens que cometem violência contra a mulher"*; *"preservação da integridade física e moral das mulheres"*; *"defender as mulheres da violência"*; *"lei que pune o homem"*; *"coibir agressões"*.

Extraiu-se dessas respostas que a maioria dos discentes tem alguma noção sobre a Lei Maria da Penha e não estão alheios ao que ela representa pra nossa sociedade enquanto mecanismo de enfrentamento da violência, auxiliando a pesquisa, já que podem contribuir com seu conhecimento empírico sobre o assunto.

Apesar de já terem ouvido falar na LMP, quando questionados na Q13 se ela já havia sido discutida em sala, 40 (quarenta) alunos responderam que não, representando 62,5% do total de participantes. Aqueles que responderam sim, 22 (vinte e dois), representam o percentual de 37,5% e descreveram que o tema foi discutido através de: *"relatos"*; *"comentários a partir de fatos vistos na tv"*; *"roda de conversa com relatos"*; *"pouco explicativa"*; *"na aula de história"*; *"interessante"*. Cabe ressaltar, que nem todos aqueles que responderam "sim" descreveram como foi a experiência.

A Q14 buscou compreender se os alunos achavam importante falar sobre a LMP nas escolas, numa clara intenção de avaliar se a temática é relevante para eles, no contexto educacional. Nesse quesito, obteve-se 100% das repostas em sentido

positivo. Perguntamos, ainda, o porquê da alternativa escolhida. Das repostas dadas, foram selecionadas algumas delas para fornecer o parâmetro de aceitação entre eles: *“pelo aumento da violência contra mulheres”*; *“para conscientizar os alunos”*; *“para que as pessoas se informem e entendem melhor sobre esse problema que é tão recorrente e todos ignoram”*; *“para valorizar as mulheres”*; *para que os estudantes compreendam o que é violência e suas consequências*; *“para que as mulheres não sejam vítimas de violência e denunciem seus agressores”*; *“para a mulher se sentir segura”*, etc.

A penúltima questão, Q15, buscou identificar como, na visão dos alunos, a LMP deve ser trabalhada na escola. Por se tratar de uma pergunta subjetiva que comporta uma série de respostas, foram escolhidas algumas para ilustrar o entendimento deles. Assim, vejamos: *“rodas de conversa”*; *“apresentação de dados estatísticos e documentários”*; *“palestras”*; *“mais discussões em sala”*; *“debates”*; *“vídeos expositivos com matérias jornalísticas”*; *“por meio de júri simulado”*; *“com exemplos teóricos e práticos”*, etc.

Por fim, a Q16 também perguntou aos alunos, de maneira subjetiva, a forma como eles achavam que a temática sobre a violência contra a mulher deveria ser trabalhada na escola, de maneira geral. Assim como na Q15, foram escolhidas algumas respostas para ilustrar a visão deles: *“vídeos, rodas de conversa e produções teatrais”*; *“mostrando a importância de denunciar esse tipo de violência”*; *“de uma forma que pudesse abrir os olhos do público alvo”*; *“com cartazes, atrações em sala e rodas de conversa”*; *“através de panfletagem”*; *“em algum evento, sábado letivo ou até mesmo movimentos por parte da direção, coordenação ou grêmio estudantil”*; *“um dia letivo direcionado apenas para tratar sobre esse assunto”*; *“através de filmes”*; *“em eventos na escola”*, etc.

Essas duas últimas questões mostrou a necessidade de um trabalho mais intenso na escola no que diz respeito à forma e periodicidade com que a temática vem sendo trabalhada. Quanto à forma, incluir atividades mais dinâmicas que levem ao público discente uma visão mais ampliada da situação de violência a que as mulheres são vítimas e, quanto à periodicidade, incluir no calendário escolar mais eventos e/ou aulas tradicionais que explorem a temática com maior frequência.

4.2 Análise do questionário diagnóstico – QD aplicado entre os docentes

O questionário diagnóstico docente contou com quinze perguntas, sendo respondido por dois professores da disciplina de Sociologia. Para a análise destes questionários, identificou-se os dois docentes em D1 e D2 para facilitar a compreensão das informações.

Na Q1, sobre o tempo que lecionam no IFAL, D1 e D2 responderam 11 (onze) meses e 2 (dois) anos e 3 (três) meses, respectivamente. Esses dados mostraram que o tempo que eles lecionam no IFAL é relativamente curto. No entanto, a Q2 pergunta se eles já trabalharam em outras escolas antes e por quanto tempo; ambos responderam que sim: D1 por 3 (três) anos e D2, por 5 (cinco) anos.

A Q3 quis saber se a temática de gênero já havia sido trabalhada por eles no IFAL e ambos responderam que sim, mostrando que a temática não é novidade entre os alunos. A Q4 complementava a pergunta anterior quando questionava em qual série a temática foi trabalhada. D1 respondeu que foi no 1º e 2º anos e D2 no 4º ano. Essas informações preliminares ajudaram a perceber se o assunto já havia sido trabalhado e as séries contempladas.

A Q5 partia para a exposição concreta dos instrumentos utilizados na condução dessas aulas. Dentre as opções apresentadas, D1 assinalou “outros”, afirmando que a temática não foi abordada de maneira isolada, mas de maneira transversal a outros conteúdos como controle social, política e cidadania, e através de aulas expositivas e discussões com os alunos. Já o D2 respondeu que a temática foi abordada através de rodas de conversa.

Na Q6 foi solicitado que eles descrevessem como foi a experiência. D1 afirmou que *“Em todas as aulas em que a temática foi discutida, houve grande protagonismo das/os discentes, com destaque para as discentes, que se posicionavam de maneira crítica e traziam diversos exemplos de seu cotidiano”*. D2 descreveu que *“Inicialmente, com bastante polêmica, pela não percepção dos alunos de práticas ‘machistas’ que temos no dia a dia. Posteriormente, utilizamos da própria experiência dos alunos para desenvolver a temática”*.

Percebe-se que ambos os docentes tentaram trazer a realidade cotidiana para desenvolver o assunto, o que possibilita a valorização do conhecimento prévio dos alunos, bem como favorece a interação entre professor e aluno e entre eles mesmos.

A Q7 investigava se os docentes já haviam trabalhado sobre violência de

gênero em sala. Ambos assinalaram 'não' e, conseqüentemente, não responderam a Q8, Q9, Q10 e Q11. Isso evidenciou que o tema violência de gênero não foi trabalhado em sala, em nenhuma série e, por isso, não houve marcação quanto aos instrumentos utilizados, tampouco contaram suas experiências ou consideraram suficiente/insuficiente a forma como a temática foi trabalhada. D1 apenas escreveu "*não se aplica*" na Q9, Q10 e Q11.

Na Q12, novamente, ambos responderam que 'não', que os aspectos jurídicos da LMP não foram trabalhados em sala. D1 afirmou que "*dentro dos conteúdos temáticos das turmas de 1º e 2º ano, não encontrei ainda oportunidade para introduzir tais especificidades*". Q2 afirmou que "*como a temática específica de violência de gênero não foi trabalhada, a lei também não foi abordada*".

Na Q13, ambos responderam afirmativamente, considerando importante o estudo da LMP nas aulas que abordam a temática da violência de gênero. D1 afirmou que "*A referida lei pode alargar a compreensão acerca das diversas vertentes da violência, bem como para evitá-la e combatê-la no cotidiano*". D2 disse que "*Porque percebemos na atualidade que tem aumentado o número de casos de violência contra a mulher e é preciso conscientizar as novas gerações*".

Ambas as respostas na Q14 foram afirmativas, considerando que o estudo da temática da violência contra a mulher nas escolas pode contribuir para diminuição dos índices desse tipo de violência. Para D1 "*Como dito na questão anterior, a compreensão da lei permite perceber as nuances da violência de gênero, evitá-los e combatê-los. Muitas vezes as aulas podem evidenciar situações de violência*". Já para D2, "*O conhecimento de todas as formas de violência é fundamental, pois muitas vezes o foco recai sobre a violência física*".

Por fim, a Q15 solicitava que os docentes descrevessem como a temática da violência de gênero deveria ser trabalhada na escola. D1 afirmou que "*Deve ser trabalhada de maneira ampla, tanto de maneira transversal, bem como conteúdo temático específico. Há questões de aula que conduzem a tal discussão e há estudos filosóficos-científicos que podem ser introduzidos no ambiente escolar, visto que a temática cumpre o papel de conduzir ao exercício da cidadania e ao combate de toda forma de violência e discriminação*".

O segundo docente afirmou que "*De forma impactante: trazendo histórias reais e de grande repercussão; documentários; entrevistas*".

Através das respostas obtidas em Q13, Q14 e Q15, percebeu-se que os

docentes entendem e reforçam a necessidade de mais aulas sobre a temática, bem como da introdução da LMP nessas aulas, uma vez que ela pode difundir ainda mais o conhecimento dos alunos sobre o tema, propiciar um contato maior com outros tipos de violência, além da física, e também, por estimular o exercício da cidadania entre eles.

5 O PRODUTO EDUCACIONAL

A partir das informações colhidas nos questionários da pesquisa diagnóstica elaboramos o produto educacional, com vistas a contribuir para a melhoria das necessidades apontadas por professores e alunos.

Visando uma abordagem mais aprofundada e mais próxima da realidade dos jovens discentes, pensou-se em um PE voltado para a implementação de novas práticas pedagógicas e/ou até mesmo como mecanismo complementar ao que já vem sendo aplicado no campus Murici. Trata-se de uma sequência didática, que visa auxiliar a prática docente na condução de aulas que abordam a violência de gênero, as formas de violência que se manifestam contra a mulher e a LMP no contexto do ensino médio integrado.

O produto objetiva ainda, trabalhar a temática da violência de gênero de uma maneira mais dinâmica, não se limitando à reprodução de práticas corriqueiras, como aulas expositivas, de cunho apenas propedêutico. Mais que isso, o PE visa ensinar o conteúdo a partir de um conjunto de estratégias, atividades e intervenções planejadas pelo professor, no intuito de alcançar o aprendizado e tornar os discentes sujeitos mais comprometidos com a resolução dos problemas sociais a sua volta.

Isso porque a prática educativa aplicada nas escolas, seja ela de formação básica ou tecnológica, deve alcançar o objetivo de revelar nos professores e alunos um pensamento crítico e uma capacidade reflexiva que busque realçar a “função social do ensino” e que permita “melhorar a prática na sala de aula.” (ZABALA, 1998, p. 16).

5.1 Da sequência didática

Mas então, o que seria uma sequência didática e qual a sua importância na abordagem apresentada por esta pesquisa?

Na definição de Zabala (1998, p. 18) uma sequência didática é “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos.”.

Ainda para o autor, toda prática pedagógica exige uma organização

metodológica para sua execução (ZABALA, 1998). Nesse sentido, o trabalho do professor é de fundamental importância, visto que é através de suas estratégias de ensino que se possibilita ao aluno a concretização de sua aprendizagem. Para isso, o professor deve adotar mecanismos capazes de transmitir o conhecimento e que sejam úteis ao desenvolvimento intelectual e social do sujeito.

Nesse mesmo sentido, Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) definem a SD como “um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito.” (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004, p. 97, apud GONÇALVES; FERRAZ, 2016, p. 8).

A partir disso, a SD escolhida como produto educacional foi estruturada numa sequência de quatro aulas didáticas que aborda a violência de gênero com métodos e estratégias de ensino diferenciadas, cujo conteúdo varia conforme a classificação proposta por COLL (1986 apud ZABALA, 1998, p. 30) em conceituais, procedimentais e atitudinais.

Para Zabala (1998, p. 32) “num ensino que propõe a formação integral a presença dos diferentes tipos de conteúdo estará equilibrada”. Assim, o PE desenvolvido traz essa característica, de mesclar os conteúdos, de modo a possibilitar uma proposta educacional cada vez mais próxima da formação integral.

5.2 Estruturação inicial da Sequência didática

A proposta inicial da SD estava disposta em 4 (quatro) aulas com duração de 1h/aula (50 minutos) para cada uma delas, conforme o tempo semanal de aula que dispõe a disciplina de Sociologia, base para a aplicação e condução do conteúdo.

Podemos descrever a sequência didática inicial através do quadro seguinte:

Quadro 1 – SD inicial/Disposição das aulas

AULA 1	AULA 2	AULA 3	AULA 4
Exposição de imagens sobre violência física.	Apresentação de música.	Apresentação de documentário.	Apresentação de Cordel da LMP.

Fonte: Autor (2020) – Dados da pesquisa.

Passamos agora a descrever, com detalhes, cada uma das aulas que compuseram a sequência didática inicial:

AULA 1

A primeira aula da SD propõe a apresentação de imagens representativas da violência física contra a mulher, de modo que os alunos possam realizar uma reflexão introdutória sobre o tema. Procuramos conduzi-los a pensar sobre a violência de gênero, os fatores que justificariam esses casos de violência e o que poderia ser feito, na opinião deles, para diminuir os índices de violência que se apresentam. Enfim, as imagens apresentadas são o ponto de partida para a discussão nas demais aulas sobre a questão de gênero.

Nesse primeiro ponto, conforme a tipologia apresentada por Antoni Zabala, a aula se classifica em conteúdo conceitual e procedimental. Conceitual, pois aborda entre os alunos os conceitos de violência e gênero, que são termos abstratos, e que na visão do autor, possibilitam trabalhar a “capacidade de compreensão e interpretação de significados.” (ZABALA, 1998, p. 43).

É ainda considerado um conteúdo procedimental, pois a partir da observação da imagem exposta, permite que os alunos façam suas reflexões e sejam capazes de contextualizar criticamente o tema. Para o autor (ZABALA, 1998, p. 43), “um conteúdo procedimental [...] é um conjunto de ações ordenadas e com um fim, quer dizer, dirigidas para a realização de um objetivo.” E o objetivo dessa aula inicial, com a exposição da imagem da violência contra a mulher, é despertar nos alunos o interesse em tentar entender a origem dessa violência, bem como fazê-los refletir acerca dessa problemática social que envolve o gênero feminino.

No quadro a seguir, esquematizamos essa primeira aula, descrevendo seu conteúdo, objetivos, justificativa, materiais e forma de avaliação.

Quadro 2 – Descrição da aula1

AULA 1	
Conteúdo:	A violência contra a mulher a partir da caracterização de sua forma mais comum, a física.
Objetivos:	Introduzir a temática na realidade atual dos jovens, conduzindo-os à reflexão sobre a necessidade de discutir a violência de gênero, suas causas e implicações na vida dessas mulheres que sofrem violência, despertando, ainda, o senso crítico e a capacidade reflexiva.
Justificativa:	É importante trabalhar essa primeira aula através de mecanismos lúdicos e impactantes, que estimulem os alunos a estudar o tema com mais entusiasmo e desejo em saber mais sobre o tema.
Materiais:	Para esta aula será utilizado um projetor de imagens que apresentará as ilustrações da violência física contra a mulher.
Avaliação:	Como se trata de uma aula introdutória, optamos por não desenvolver nenhuma atividade avaliativa nesse momento.

Fonte: Autor (2019).

Passamos à exposição das imagens que compõem esta aula:

Figura 7. Vítima de violência física 1



Fonte: Veja, São Paulo (2019).

Figura 8. Vítima de violência física 2



Fonte: Cofina Média (2017).

Figura 9. Vítima de violência física 3



Fonte: Blasting News Brasil (2016).

Figura 10. Vítima de violência física 4



Fonte: Itamaraju Notícias (2014).

Figura 11. Vítima de violência física 5



Fonte: CBN (2019).

AULA 2

A segunda aula apresenta a música (letra e clipe) da cantora Nayara Azevedo, intitulada “*Coração pede socorro*”, que foi utilizada pelo Ministério de Direitos Humanos e pela Secretaria das Mulheres numa campanha de combate à violência doméstica³. Nessa aula, os alunos serão levados a perceber o duplo sentido imbuído na letra da canção que, inicialmente parece ser mais uma canção de amor sertaneja, mas que, na verdade, demonstra casos de relacionamentos abusivos e violentos contra mulheres.

A intenção, nesta etapa da sequência didática, é “resgatar outras facetas do processo educacional, como a emoção e a criatividade, as quais estão envolvidas pelo conteúdo interdisciplinar, subjetivo e estético dessa linguagem artística”, conforme Correia (2010, p. 2).

Essa aula tem como conteúdo a perspectiva procedimental e atitudinal, ambas características da tipologia proposta por Zabala (1998). É procedimental na medida em que leva os alunos à observação e à reflexão sobre o tema a partir de uma abordagem mais dinâmica e mais próxima da realidade do jovem, que é a musicalidade. A reflexão sobre a letra da música e de seu vídeo clipe fará com que os alunos despertem para uma visão crítica daquilo que eles ouvem e percebem como normal, e até mesmo nem se dão conta de que é uma forma de minimizar/mascarar um problema, que é o caso da violência de gênero.

É ainda um conteúdo atitudinal, pois, segundo Zabala (1998, p. 46),

³ Disponível em: < <https://reverb.com.br/artigo/coracao-pede-socorro-clipe-sobre-violencia-contra-a-mulher-e-premiado-no-cannes-lions-2019>>.

“permitem às pessoas emitir um juízo de valor sobre as condutas e seu sentido.” E essa é a proposta da SD apresentada: levar os alunos à apropriação deste conhecimento, formar uma base sólida a respeito do tema e assim emitir um juízo de valor acerca da importância de se combater a violência contra a mulher em todas as suas formas, classes e meio social.

Passamos agora à descrição dessa etapa através do quadro 3.

Quadro 3 – Descrição da aula 2

AULA 2	
Conteúdo:	Trabalhar a violência de gênero, explorando o porquê de muitas mulheres, apesar de sofrerem situações de violência, principalmente no ambiente doméstico, não pedirem ajuda ou não se livram dessa situação a que são submetidas. Serão trabalhadas as limitações de ordem emocional, psicológica e econômica que impedem essas mulheres de terminarem os relacionamentos abusivos com seus maridos e/ou companheiros.
Objetivos:	Levar os alunos a perceberem a dificuldade que as mulheres têm em denunciar seus agressores, pelos mais variados motivos, o que gera uma sensação de passividade da mulher diante do problema.
Justificativa:	Conscientizar os alunos e fazê-los refletir que o problema da violência contra a mulher, além de ser um fenômeno cultural, é um problema relacionado a diversas causas, como por exemplo: medo do agressor, dependência afetiva e/ou financeira, falta de autoestima, a existência de filhos pequenos, a própria família que incentiva a “dar mais uma chance”, vergonha, não conhecer seus direitos, etc.
Materiais:	Utilização de projetor de multimídia para reprodução do clipe e letra da música impressa.
Avaliação:	Os alunos receberão a letra da música, de maneira impressa, e será solicitado que os mesmos identifiquem as ambiguidades que a música apresenta, além de tentar justificar, de acordo com o que foi exposto na aula, os motivos pelos quais essa mulher (da música) não se liberta da violência que sofre. Essa atividade será realizada em casa e devolvida na aula seguinte.

Fonte: Autor (2019).

Passamos agora à exposição da imagem do vídeo e da letra da música “Coração pede socorro” que compõem esta aula:

Figura 12 – Clipe da música Coração pede socorro.



Fonte: AZEVEDO; LEÃO; QUADROS (2018).

Coração pede socorro (Letra)⁴

Um amor desse era 24 horas lado a lado.
 Um radar na pele, aquele sentimento alucinado,
 coração batia acelerado.
 Bastava um olhar pra eu entender
 que era hora de me entregar pra você.
 Palavras não faziam falta mais...
 Ah, só de lembrar do seu perfume,
 que arrepio, que calafrio,
 que o meu corpo sente...
 Nem que eu queira, eu te apago da minha mente.
 Ah, esse amor,
 deixou marcas no meu corpo.
 Ah, esse amor,
 só de pensar, eu grito, eu quase morro.
 Com você, meu coração pede socorro.
 Ah, só de lembrar do seu perfume
 que arrepio, que calafrio,
 que o meu corpo sente...
 Nem que eu queira, eu te apago da minha mente.
 Ai, esse amor,
 deixou marcas no meu corpo.
 Ai, esse amor
 só de pensar, eu grito, eu quase morro.
 Com você, meu coração pede socorro.

⁴ Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/naiara-azevedo/coracao-pede-socorro/>>. Acesso em: 19 out. 2019.

AULA 3

A terceira aula traz a reprodução de um documentário sobre a violência doméstica, intitulado “Mas por que ela não denuncia?”, com duração de 23 minutos e 25 segundos, que se encontra disponível nas plataformas de vídeo da internet. Essa etapa da SD apresenta um conteúdo procedimental e atitudinal, assim como na segunda aula citada anteriormente.

Traz como potencialidade a possibilidade de aproximar os jovens a histórias reais de violência praticada contra a mulher, fazendo-os perceber a importância de se debater o tema. Eles serão levados a questionar o porquê dessa violência; por que ocorre, justamente, com mulheres; como e por qual motivo elas são consideradas um grupo vulnerável; de que forma elas poderiam reagir a tudo isso; de que forma elas podem pedir ajuda; como o poder público tem responsabilidade nessas questões, enfim, os alunos serão motivados a questionar sobre a presença marcante da violência de gênero em nossa sociedade e de que modo podemos ajudar a diminuir os números de violência e prevenir possíveis casos dela.

Passamos agora a descrição dessa etapa através do quadro 4.

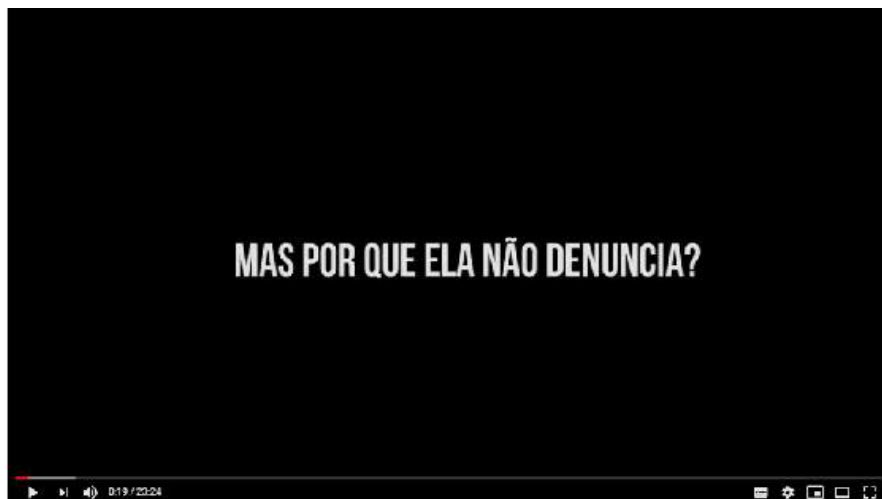
Quadro 4 – Descrição da aula 3.

AULA 3	
Conteúdo:	A violência doméstica no dia a dia. Serão trabalhadas as formas de violência a que as mulheres podem ser submetidas diariamente e sem perceber. Entre essas formas abordaremos a violência psicológica, patrimonial, econômica, além da violência física, que é a mais frequente.
Objetivos:	Fornecer subsídios para que os alunos sejam capazes de identificar as diversas formas de violência contra a mulher, além de estimular a capacidade de reflexão entre eles.
Justificativa:	É importante que os alunos tenham contato com casos reais de violência doméstica, através de documentários e vídeos, para que assim possam identificar as diversas formas de violência existentes, além de transformá-los em agentes formadores de opinião.
Materiais:	Utilização de projetor de multimídia para reprodução do documentário.
Avaliação:	Leitura de texto complementar.

Fonte: Autor (2019).

Segue abaixo a figura que ilustra o documentário objeto desta aula:

Figura 13 – Ilustração do documentário “Mas porque ela não denuncia?”



Fonte: Pedrosa (2018).

AULA 4

Por fim, a quarta e última aula traz a apresentação de um vídeo que retrata, de maneira didática, a estruturação da Lei Maria da Penha por meio da literatura de cordel. O vídeo, intitulado “*A Lei Maria da Penha em Cordel*,”⁵ traz o panorama abordado por este instituto jurídico de maneira simplificada e que possibilita aos alunos a absorção do conteúdo de maneira mais informal, bem como permite que outras disciplinas se utilizem desse artifício pedagógico, como em aulas de Língua Portuguesa e Literatura, por exemplo, através do estudo das tipologias textuais, o uso do verso e da rima, sem esquecer o caráter social determinado pela temática apresentada que será, invariavelmente, trabalhada em sala.

Seu conteúdo, na tipologia apresentada por Zabala (1998), se estrutura na perspectiva procedimental (observação/reflexão) e atitudinal (emissão de juízo de valor), permitindo que os alunos tenham contato com a Lei Maria da Penha (hipótese apontada como não trabalhada em sala no questionário aplicado com os alunos), aproximando-os da realidade mais jurídica do instituto (as formas de violência, as medidas de proteção, as penas a que o agressor poderá ser submetido, as formas de tratamento destinadas às mulheres vítimas de violência doméstica, etc.) e também possam transmitir o conhecimento exposto de maneira mais fluida.

⁵ A Lei Maria da Penha em Cordel faz parte do DVD Mulher de Lei, de autoria do cantor, repentista e arte educador cearense Tião Simpatia, e explica os principais artigos da Lei Maria da Penha com uma linguagem de fácil entendimento e de forma ilustrada.

Passamos à descrição dessa etapa através do quadro 5.

Quadro 5 – Descrição da aula 4.

AULA 4	
Conteúdo:	A Lei Maria da Penha e suas especificidades práticas através da literatura de cordel.
Objetivos:	Trazer a LMP para o contexto escolar, permitindo que os alunos se aproximem desse instituto jurídico de punição à violência doméstica e familiar, possibilitando uma formação mais aprofundada em relação às leis que existem para proteger as mulheres, por meio do cordel, considerado um poema popular, que pode ser oral ou escrito.
Justificativa:	A partir da pesquisa diagnóstica sentiu-se a necessidade de trazer o instrumento normativo para a sala de aula em função das respostas obtidas nos questionários aplicados. A maioria dos alunos afirmou não conhecê-la, só ouviu falar da lei, ou que nunca foi trabalhada em sala.
Materiais:	Utilização de projetor de multimídia para reprodução do cordel na modalidade oral e material impresso do cordel apresentado.
Avaliação:	Com o material impresso, os alunos serão solicitados a retirar do gênero textual apresentado as principais características da Lei Maria da Penha, podendo ser auxiliados pela própria lei disponibilizada na internet. Será cobrado um mínimo de dez características da lei em análise. Ao final, esses alunos deverão opinar (descrever) sobre o que poderia ser feito para diminuir os casos de violência de gênero no Brasil. A entrega desta atividade acontece numa próxima aula.

Fonte: Autor (2019).

Segue abaixo a imagem do vídeo e a versão escrita⁶ do cordel que faz parte dessa última aula da sequência didática:

⁶ Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/tiao-simpatia/a-lei-maria-da-penha-em-cordel/>>. Acesso em: 19 out. de 2019.

Figura 14 – Ilustração do vídeo da LMP em cordel



Fonte: Simpatia (2010).

Versão escrita:

A lei Maria da Penha
Está em pleno vigor
Não veio pra prender homem
Mas pra punir agressor
Pois em “mulher não se bate
Nem mesmo com uma flor”.

A violência doméstica
Tem sido uma grande vilã
E por ser contra a violência
Desta lei me tornei fã
Pra que a mulher de hoje
Não seja uma vítima amanhã.

Toda mulher tem direito
A viver sem violência
É verdade, está na lei.
Que tem muita eficiência
Pra punir o agressor
E à vítima, dar assistência.

Tá no artigo primeiro
Que a lei visa coibir;
A violência doméstica
Como também, prevenir;
Com medidas protetivas
E ao agressor, punir.

Já o artigo segundo
Desta lei especial
Independente de classe
Nível educacional
De raça, de etnia;
E opção sexual...

De cultura e de idade
De renda e religião
Todas gozam dos direitos
Sim, todas! Sem exceção
Que estão assegurados
Pela constituição.

E que direitos são esses?
Eis aqui a relação:
À vida, à segurança.
Também à alimentação
À cultura e à justiça
À saúde e à educação.

Além da cidadania
Também à dignidade
Ainda tem moradia
E o direito à liberdade.
Só tem direitos nos “as”,
E nos “os”, não tem novidade?
Tem! tem direito ao esporte
Ao trabalho e ao lazer

E o acesso à política
Pro Brasil desenvolver
E tantos outros direitos
Que não dá tempo dizer.

E a lei Maria da Penha
Cobre todos esses planos?
Ah, já estão assegurados
Pelos direitos humanos.
A lei é mais um recurso
Pra corrigir outros danos.

Por exemplo: a mulher
Antes da lei existir,
Apanhava e a justiça
Não tinha como punir
Ele voltava pra casa
E tornava a agredir.

Com a lei é diferente
É crime inaceitável
Se bater, vai pra cadeia.
Agressão é intolerável.
O estado protege a vítima
Depois pune o responsável.

Segundo o artigo sétimo
Os tipos de violência
Doméstica e familiar
Têm na sua abrangência
As cinco categorias
Que descrevo na sequência.

A primeira é a física
Entendendo como tal:
Qualquer conduta ofensiva
De modo irracional
Que fira a integridade
E a saúde corporal...

Tapas, socos, empurrões;
Beliscões e pontapés
Arranhões, puxões de orelha;
Seja um, ou sejam dez
Tudo é violência física
E causam dores cruéis.

Vamos ao segundo tipo
Que é a psicológica

Esta merece atenção
Mais didática e pedagógica
Com a autoestima baixa
Toda a vida perde a lógica...

Chantagem, humilhação;
Insultos; constrangimento;
São danos que interferem
No seu desenvolvimento
Baixando a autoestima
E aumentando o sofrimento.

Violência sexual:
Dá-se pela coação
Ou uso da força física
Causando intimidação
E obrigando a mulher
Ao ato da relação...

Qualquer ação que impeça
Esta mulher de usar
Método contraceptivo
Ou para engravidar
Seu direito está na lei
Basta só reivindicar.

A quarta categoria
É a patrimonial:
Retenção, subtração,
Destruição parcial
Ou total de seus pertences
Culmina em ação penal...

Instrumentos de trabalho
Documentos pessoais
Ou recursos econômicos
Além de outras coisas mais
Tudo isso configura
Em danos materiais.

A quinta categoria
É violência moral
São os crimes contra a honra
Está no código penal
Injúria, difamação;
Calúnia, etc. e tal.

Segundo o artigo quinto
Esses tipos de violência
Dão-se em diversos âmbitos

Porém é na residência
Que a violência doméstica
Tem sua maior incidência.

E quem pode ser enquadrado
Como agente/agressor?
Marido ou companheiro
Namorado ou ex-amor
No caso de uma doméstica
Pode ser o empregador.

Se por acaso o irmão
Agredir a sua irmã
O filho, agredir a mãe;
Seja nova ou anciã
É violência doméstica
São membros do mesmo clã.

E se acaso for o homem
Que da mulher apanhar?
É violência doméstica?
Você pode me explicar?
Tudo pode acontecer
No âmbito familiar!

Nesse caso é diferente;
A lei é bastante clara:
Por ser uma questão de gênero
Somente à mulher, ampara.
Se a mulher for valente
O homem que livre a cara.

E procure seus direitos
Da forma que lhe convenha
Se o sujeito aprontou
E a mulher desceu-lhe a lenha
Recorra ao código penal

Não à lei Maria da Penha.

Agora, num caso lésbico;
Se no qual a companheira
Oferecer qualquer risco
À vida de sua parceira
A agressora é punida;
Pois a lei não dá bobeira.

Para que os seus direitos
Estejam assegurados
A lei Maria da Penha
Também cria os juizados
De violência doméstica
Para todos os estados.

Aí, cabe aos governantes
De cada federação
Destinarem os recursos
Para implementação
Da lei Maria da Penha
Em prol da população.

Espero ter sido útil
Neste cordel que criei
Para informar o povo
Sobre a importância da lei
Pois quem agride uma rainha
Não merece ser um rei.

Dizia o velho ditado
Que “ninguém mete a colher”.
Em briga de namorado
Ou de “marido e mulher”
Não metia... agora, metel!
Pois isso agora reflete
No mundo que a gente quer.

5.3 Das mudanças no produto educacional

Cabe destacar que, desde o início do projeto até o momento da qualificação, a SD estava estruturada em quatro aulas de 1h/aula (50 minutos) cada, conforme mencionado na subseção anterior. No entanto, pela ausência de tempo disponível, as aulas tiveram que ser condensadas em apenas três. O fato da disciplina de Sociologia só dispor de apenas uma aula por semana, com duração de 1h/aula cada, impossibilitou a aplicação do modelo inicialmente pensado. Caso aplicássemos tal

formato, levaríamos um mês (uma aula por semana) para finalizar a aplicação do produto e poderíamos comprometer o cronograma das demais aulas planejadas na disciplina.

Além disso, já se discutia no IFAL sobre a reestruturação dos cursos técnicos integrados ao médio⁷, passando de quatro para três anos, o que de fato aconteceu em 2020. No caso da disciplina de Sociologia, esta permaneceu com 1h/aula (50 minutos) por semana em todos os anos, fazendo com que a mesma perdesse carga horária, já que os cursos reduziram para três anos, o que poderia gerar dificuldades em trabalhar com as quatro aulas até então sugeridas.

Podemos visualizar essa redução de carga horária a partir da comparação entre recortes dos PPPs do curso de Agroindústria (2011; 2019), demonstrados nas figuras a seguir:

Figura 15 – Recorte do PPP de Agroindústria - 2011

CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADO DE AGROINDÚSTRIA - IFAL												
INDICAÇÃO	DISCIPLINAS	Código	1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		4ª SÉRIE		Total Geral	
			Sem.	Anual	Sem.	Anual	Sem.	Anual	Sem.	Anual	H.A.	H. R.
BASE COMU M***	Língua Portuguesa	LIPO	3	120	3	120	3	120	1	40	400	333,33
	Estudo das Artes	ESAR	1	40							40	33,33
	Língua Estrangeira	LES1			2	80	2	80	1	40	200	166,66
	História	HIST	2	80	2	80	2	80			240	200
	Geografia	GEOG	2	80	2	80	2	80			240	200
	Filosofia	FIL O	1	40	1	40	1	40	1	40	160	133,33
	Sociologia	SOCI	1	40	1	40	1	40	1	40	160	133,33
	Química	QUIM	2	80	3	120	2	80			280	233,33
	Física	FISC	3	120	3	120	2	80			320	266,66
	Biologia	BIOL	2	80	2	80	2	80			240	200
	Matemática	MATE	3	120	3	120	3	120			360	300,0
	*Educação Física	EDFI	2	80	2	80					160	133,33
	SUB-TOTAL		22	880	24	960	20	800	4	160	2800	2333,3

Fonte: Adaptado de Instituto Federal de Alagoas (2011).

⁷ Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/noticias/ifal-modifica-duracao-de-cursos-tecnicos-integrados-ao-ensino-medio-para-tres-anos>>

Figura 16 – Recorte do PPP de Agroindústria - 2019

Quadro 2. Matriz dos currículos dos componentes do curso técnico integrado ao ensino médio em agroindústria

INDICAÇÃO	COMPONENTES CURRICULARES	Código	1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		Total Geral	
			Sem	Anual	Sem.	Anual	Sem.	Anual	H.A.	H. R.
NÚCLEO BÁSICO	Artes	ARTE	2	80					80	66,66
	Biologia	BIOL	2	80			1	40	120	100
	*Educação Física	EDFI	2	80	2	80			160	133,33
	Filosofia	FILO	1	40	1	40	1	40	120	100
	Física	FISC	2	80	2	80	2	80	240	200
	Geografia	GEOG	2	80	2	80	1	40	200	166,66
	História	HIST	1	40	2	80	2	80	200	166,66
	Língua Espanhola	LES2					2	80	80	66,66
	Língua Inglesa	LES1			2	80	2	80	160	133,33
	Língua Portuguesa	LIPO	3	120	2	80	3	120	320	266,66
	Matemática	MATE	3	120	3	120	2	80	320	266,66
	Química	QUIM	2	80			2	80	160	133,33
	Sociologia	SOCI	1	40	1	40	1	40	120	100
	SUB-TOTAL			21	840	17	680	19	760	2280

Fonte: Adaptado de Instituto Federal de Alagoas (2019).

Pensando em otimizar o formato proposto, bem como para não prejudicar o andamento do cronograma já estabelecido entre os professores, optou-se por fazer esse condensado de aulas, de modo a beneficiar todos os envolvidos na pesquisa e sem causar nenhum tipo de transtorno na programação.

Desta forma, as quatro aulas foram condensadas em apenas três, ficando assim dispostas:

AULA 1 (condensado da aula 1 com a aula 2):

A primeira aula dessa sequência traz a apresentação de imagens representativas da violência contra a mulher, e mais a apresentação da música da cantora Nayara Azevedo “Coração pede socorro”.

AULA 2:

Esta aula não teve alteração estrutural ou aglutinação de aulas, apenas foi substituída pela aula que, na sequência inicial, seria a de número três. Manteve-se a reprodução do documentário sobre a violência doméstica, intitulado “Mas por que ela não denuncia?”.

AULA 3:

A aula três também não teve alteração estrutural ou aglutinação de aulas, apenas foi substituída pela aula que, na sequência inicial, seria a de número quatro, continuando com a apresentação do vídeo que retrata a LMP por meio da literatura de cordel.

Ilustramos o novo formato da SD no quadro 6, abaixo:

Quadro 6 – Sequência Didática condensada

AULA 1	AULA 2	AULA 3
Exposição de imagens sobre violência física + apresentação de música.	Apresentação de documentário.	Apresentação de Cordel da LMP.

Fonte: Autor (2019).

Após condensar as aulas e reestruturar a SD (Apêndice E), passamos para a fase de aplicação do produto educacional no lócus da pesquisa, o IFAL campus Murici.

5.4 Percepções sobre a aplicação do produto educacional

A sequência didática foi utilizada nas aulas dos dias 24 e 31 de outubro, e 07 de novembro de 2019. Optou-se por não permanecer na sala de aula no momento do desenvolvimento das atividades, considerando que a presença do pesquisador poderia interferir no funcionamento das atividades. Dessa forma, todas as instruções e materiais foram repassados anteriormente ao professor que iria conduzir as etapas da sequência. Nessa perspectiva, as percepções aqui comentadas se referem não apenas ao relatado na pesquisa avaliativa, mas em conversas informais após a aplicação do questionário de avaliação.

É importante ressaltar que a turma selecionada é majoritariamente composta por alunos do sexo masculino (17), e apenas 4 alunas. Uma parte da aplicação dessas aulas pode ser observada na figura 17.

Figura 17 – Imagem da aplicação da SD



Fonte: Autor (2019) – Dados da pesquisa.

Assim, o primeiro momento foi considerado como o mais impactante, pois os alunos já tinham ciência da temática que seria discutida, mas não do formato que se apresentaria. Essa aula contou com a presença de 16 alunos. Inicialmente foram apresentadas as imagens sobre violência física e já foi perceptível o desconforto dos alunos, em que alguns viravam o rosto ou externavam expressões de dor e sofrimento. À medida que as imagens iam sendo apresentadas, os principais conceitos já foram discutidos e os alunos trouxeram exemplos de situações semelhantes que aconteceram em suas cidades e com pessoas conhecidas. Aqui o professor precisou instigá-los à participação, pois de início ficaram mais calados, talvez exatamente pelo impacto inicial causado pela temática. A discussão da música terminou ficando mais restrita devido ao tempo; apesar disso, não foi menos importante, uma vez que alguns alunos não conheciam a música e outros, até então, não tinham se atentado para o conteúdo da mesma.

O segundo momento teve a participação de 11 alunos. Foi perceptível que a exibição do documentário conseguiu atrair a atenção dos jovens, um fato a ser destacado, pois na atualidade percebe-se a dificuldade de concentração do público mais jovem nas aulas. Após assistirem ao documentário, os próprios alunos iniciaram as considerações, e dessa vez o professor não precisou instigá-los à participação.

Uma aluna ficou emocionada e relatou o que passou na infância, em que

presenciava constantemente situações de violência com sua mãe por parte de seu pai, que consistiam em agressões verbais e até físicas, até o momento em que a mãe se separou por não suportar tais situações. Se a primeira aula foi a mais impactante, essa segunda foi considerada a de maior carga emocional. Após o relato da aluna, um aluno também comentou que sua mãe sofria, ainda, agressões verbais por parte de seu pai. Alguns alunos choraram (principalmente meninas) e o término da aula foi de solidariedade e abraços.

A terceira e última aula contou com a presença de 12 alunos. Essa foi considerada a aula de mais leveza pelos alunos, exatamente pelo formato em que a Lei Maria da Penha foi apresentada, através da literatura de cordel. A maior parte deles só conhecia a Lei superficialmente, através de comentários na TV e piadas. Assim, foi ressaltada a importância desse instrumento jurídico e foram mencionados exemplos de casos ocorridos no estado de Alagoas, lembrados por eles, em que ocorreu a aplicação da Lei.

Por fim, no dia 14 de novembro de 2019 (apenas uma semana depois da sequência didática ter sido vivenciada em sala de aula) realizamos a avaliação das atividades desenvolvidas (pesquisa avaliativa), que teve a participação de 13 alunos e o professor.

6 ANÁLISE DOS DADOS – PESQUISA AVALIATIVA

Após a etapa de aplicação do PE, utilizou-se novos questionários no intuito de avaliar como transcorreram as aulas programadas, se foram satisfatórias para os envolvidos, se atenderam às expectativas pretendidas e quais pontos poderiam/deveriam ser melhorados, ampliados ou modificados na visão dos alunos e dos professores participantes, de modo a aprimorá-la.

O questionário avaliativo contou com 8 (oito) perguntas para o docente e 6 (seis) perguntas para os discentes, sendo respondido por 1 (um) professor e 13 (treze) alunos, que compõem a turma em que foi desenvolvido o produto educacional.

6.1 Análise do questionário avaliativo – QA aplicado entre os discentes

O questionário discente procurou analisar como os alunos assimilaram as aulas aplicadas e de que maneira eles avaliaram as estratégias de ensino que foram desenvolvidas durante as três aulas da sequência didática.

A intenção primordial foi a de reconhecer os pontos fortes do produto, bem como as necessidades de mudanças que possam contribuir para a melhoria do mesmo. Nesse caso, entende-se que a opinião da comunidade escolar, no caso, alunos e professores, é fundamental para o aprimoramento da SD na medida em que ela será construída/desenvolvida com base nos apontamentos feitos a quem ela, de fato, se destina.

Inicialmente, a Q1 analisou como os alunos avaliaram o formato de aulas que foi aplicado a respeito da temática da violência de gênero. Dos 13 (treze) alunos que responderam ao questionário, 11 (onze) deles responderam que foi satisfatório e 2 (dois) insatisfatório, o que corresponde a 84,6% e 15,3%, respectivamente.

Ainda na Q1, foi questionado o porquê dessa satisfação (ou não) com o formato disposto. A intenção foi perceber qual ou quais pontos merecem maior atenção, seja no sentido de reforçar a estratégia aplicada, ou de adequá-la às necessidades indicadas pelos discentes.

Para aqueles que apontaram que o formato foi satisfatório, a maioria das justificativas se deu no sentido de que: *“as aulas abordaram o conteúdo de maneira clara, através de situações do dia a dia”*; *“por gerar uma maior conscientização das*

peças”; “por se dar de maneira descontraída”; “pelo uso das tecnologias nas aulas” e “por mostrar a prática e não somente a teoria”.

Nesse caso, observou-se que a dinâmica sugerida nas aulas foi o ponto mais preconizado pelos alunos. Isso se deve ao fato de as aulas apresentarem uma proposta mais interativa e, também, por lhes proporcionar a capacidade de expressar e manifestar o pensamento acerca do tema.

Por outro lado, para aqueles que julgaram a abordagem insatisfatória, a explicação dada foi que: *“faltou abordar o assunto de maneira mais ampla” e “que o método aplicado é necessário, mas o tempo de duração deveria ser maior para que se pudesse provocar o debate local e, conseqüentemente, expandir a abordagem do tema”.*

Essa, foi justamente a principal limitação identificada após os questionários avaliativos: o tempo dispensado para a abordagem das aulas. Um grande número de alunos sugeriu o aumento do tempo na condução dessas aulas de forma a trabalhá-lo mais detalhadamente e com a profundidade necessária para atingir o objetivo pretendido, que é a absorção e a conseqüente conscientização dos alunos em torno da problemática social.

Nesse caso, enxergou-se a necessidade de ampliação do tempo dispensado às aulas sobre a temática de gênero e da violência contra a mulher, principalmente pela importância social que o tema representa, porém, esbarramos na organização curricular da disciplina de Sociologia, onde a temática é trabalhada, a partir da reestruturação dos cursos a contar de 2020.

Esse entrave surge porque, conforme já demonstrado, no campus Murici, lócus da pesquisa, até 2019 a organização curricular se distribuía por quatro anos, e o componente curricular Sociologia era ofertado em todos os anos, com uma aula de 50 minutos, tendo carga horária de 40 horas por ano. Convém ressaltar que a partir de 2020, com a reestruturação dos cursos no âmbito do IFAL, conforme o novo Plano Político Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agroindústria de 2019, a Sociologia perdeu espaço, uma vez que os cursos passaram a ter duração de três anos e a distribuição permaneceu de uma 1h/aula (50 minutos) em todos os anos.

Ou seja, houve uma diminuição considerável de carga horária na disciplina, o que inviabiliza, muitas vezes, a implantação de atividades mais prolongadas em relação a alguns conteúdos (como é o caso da temática em discussão), por colocar

em risco a distribuição dos demais conteúdos que também merecem ser trabalhados de maneira satisfatória e eficiente.

Na Q2 os alunos também foram questionados se consideraram as aulas suficientes para uma mudança de comportamento nos jovens em relação à violência contra a mulher. Obtivemos resposta positiva para 8 (oito) alunos, representando um percentual de 61,5%, e 5 (cinco) negativas, num percentual de 38,4%.

Perguntados sobre o porquê dessa resposta, os alunos que responderam afirmativamente entenderam: que *“dá pra sentir na pele o que as mulheres sofrem”*; *“pelo fato de elevar as discussões e levantar o pensamento crítico; por fazê-los refletir sobre seus atos e por “abrir a mente dos jovens”*.

Já para aqueles que responderam negativamente, a justificativa foi a de que é preciso uma série de outras ações para a mudança de comportamento, além destas que estão sendo aplicadas. Segundo os respondentes, mais ações que: *“enraízem o sentimento de repúdio à violência”*; *“que a temática não seja trabalhada apenas uma única vez, mas no dia a dia”*; *“por ser um método passivo de aplicação, logo, não necessariamente, poderia conscientizar alguém”* e *“por ter abordado o assunto superficialmente”*.

Diante das respostas obtidas, apesar da maioria dos alunos entenderem que as aulas são suficientes para uma mudança de comportamento nos jovens, percebeu-se que o trabalho esporádico da temática não se mostra eficaz na pretensão por uma mudança de comportamento em relação à violência contra a mulher como almejamos.

Pelo contrário, entende-se que é necessário um trabalho sistemático de práticas educativas que consiga abordar a temática de maneira contínua e reiterada nas escolas. E isso se deve ao fato de que a violência de gênero é um assunto de grandes contornos sociais, muitas vezes encarado como um problema de saúde pública, e que é por meio da escola e suas práticas de cidadania que caminharemos rumo à promoção da igualdade entre os gêneros.

Nesse sentido, segundo Gomes (1998, p.116, apud SANTOS, 2008, p. 24), *“Entre preconceitos e discriminações, cabe à escola pública o importante papel de proporcionar a seus alunos um modelo de tolerância a ser aplicado na sociedade.”*. A escola, portanto, seja ela pública ou privada, tem a missão de levar a reflexão sobre a questão de gênero, sensibilizando seus partícipes a atuar contra situações de desigualdades e preconceito, e fomentando o respeito à diversidade.

A seguir, na Q3, foi questionado a respeito da utilização da música nas aulas. A questão buscou compreender se a música foi capaz de contribuir para o aprendizado dos alunos. Do total de alunos respondentes, 11 (onze) deles responderam que sim (84,6%) e 2 (dois) responderam que não (15,3%), justificando (aqueles que foram positivos) que: *“a música serve para o aprendizado e crescimento cultural”; “por abrir a mente para relacionamentos abusivos”; “pelo novo formato de ver os protestos”; “por ter sido assunto na prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio); “pela profundidade emocional que a música traz, que faz refletir sobre o assunto” e “pela dupla mensagem que a música transmite, de amor sufocante e violência como algo normal”.*

Para os dois alunos que responderam negativamente, um justificou que *“a música apenas ajudou a refletir sobre o que aconteceu”* e o outro aluno respondeu que *“eu nem prestei atenção”.*

Mais uma vez, enfatiza-se a importância da dinamicidade das aulas na construção e transmissão do conhecimento. A música, nesse sentido, é mais uma ferramenta que o professor pode utilizar ao seu favor, na medida em que é capaz de deixar as aulas mais dinâmicas, conseguir conectar o aluno ao conteúdo proposto e estimular outras habilidades sensoriais (AVANÇO; BATISTA, 2017).

Na sequência, a Q4 questiona sobre a viabilidade do estudo da lei Maria da Penha, no formato de literatura de cordel. Para 10 (dez) alunos o formato foi satisfatório (76,9%), para 2 (dois) insatisfatório (15,3%) e um deles não respondeu ao questionamento.

Para aqueles que responderam de maneira afirmativa, as justificativas foram as seguintes: *“por ter sido dinâmico”; “por ter sido bem aplicado”; “por ser interessante”; “por ser uma maneira diferente de tratar e informar sobre o tema”; “por não conhecer a história da lei”, e “por relatar bem a temática”.*

Para os dois alunos que mostraram insatisfação com o estudo da lei, um justificou que: *“apesar da lei existir, a mulher ainda fica muito vulnerável, que as punições deveriam ser mais severas e que as medidas protetivas deveriam ser melhoradas”;* o outro aluno respondeu *“não lembro”.*

Nesse ponto, apesar de observar o alto índice de satisfação sobre o formato de estudo da Lei, uma resposta pode ser destacada, sobre a falta de conhecimento sobre a história da lei. Certamente, muitos alunos não conhecem ou não tiveram a oportunidade de ter contato com a lei, de estudar a sua origem e os mecanismos de

proteção nela contidos, por diversos motivos. Levar aos alunos esse aspecto da temática se mostra, sem dúvidas, uma prática interessante, uma vez que os alunos teriam acesso às medidas jurídicas/penais de combate à violência de maneira mais concreta e com a possibilidade de uma maior apropriação do conteúdo e da ampliação do conhecimento.

Por outro lado, com o exíguo tempo das aulas de Sociologia, o aprofundamento do estudo da lei fica inviabilizado neste momento da pesquisa. Assim, o assunto apenas retratado de maneira mais modesta, como se fez através da literatura de cordel, ao menos conseguiu levar ao conhecimento dos alunos informações sobre a existência de leis e mecanismos jurídicos/penais de combate e prevenção da violência contra a mulher em nosso país.

Em seguida, a Q5 buscou saber a opinião dos alunos sobre o documentário apresentado. Dos treze alunos, três deles não responderam e dez deles responderam que: *“foi bom”*; *“importante para saber como as mulheres vítimas de violência se sentem”*; *“que são legalmente protegidas”*; *“que foi forte e que os exemplos de violência são assustadores”*; *“que foi satisfatório”*; *“encantador”*; *“muito pesado”*; *“muito bom”*; *“um relato de contribuição do sofrimento das mulheres”* e *“foi bem abordado”*.

Por fim, a Q6 solicitou aos alunos que eles descrevessem o que deveria ser melhorado ou acrescentado nessa sequência de aulas sobre a violência de gênero. Nesse quesito, obteve-se 100% de participação dos alunos. Segundo eles: *“poderia ser aumentado o tempo de aulas”*; *“aplicação de debates”*; *“utilização de filmes”*; *“mais debates sobre a legislação”*; *“trazer agentes públicos para o debate”*; *“participação de outros profissionais”*; *“trazer mais relatos de casos de violência”*; *“continuar com o debate sobre o tema”* e *“filmes sobre o tema”*.

Novamente, destaca-se o fato dos alunos almejarem a ampliação do conteúdo a partir de novas e/ou posteriores atividades que possam dar sequência ao trabalho que foi iniciado. Percebe-se o interesse deles em aprofundar o estudo da temática, bem como a necessidade de atividades mais dinâmicas e recorrentes na sua condução.

Diante de tais necessidades, fica claro que a temática necessita ser trabalhada de maneira mais pontual, e não apenas como apêndice de um tronco maior que inclui outras temáticas, genericamente falando. Isso porque a prática educativa aplicada nas escolas, seja ela de formação básica ou tecnológica, deve

alcançar o objetivo de revelar nos professores e alunos um pensamento crítico e uma capacidade reflexiva que busque realçar a “função social do ensino” e que permita “melhorar a prática na sala de aula” (ZABALA, 1998, p. 16).

Para isso, foi pensado a indicação de alguns filmes que abordam a temática de modo a contribuir para o aprofundamento desejado por eles. São eles: Vidas Partidas (Marcos Schechtman, 2016); Feminicídio no Brasil (Catherine Debelak, Letícia Dias e Marina Garcia, 2015); No devagar depressa dos tempos (Eliza Capai, 2014) e O Silêncio das Inocentes (Ique Gazzola, 2010).

Por fim, em que pese esse trabalho não ser exaustivo diante do tema, e essa nunca foi a nossa pretensão, acreditamos que a SD aplicada foi satisfatória ao que ela se destinou: trazer para o jovem aluno a importância do tema ser debatido no ambiente escolar, tendo em vista a sua responsabilidade social, enquanto cidadãos em formação, assim como trabalhar uma temática tão atual e tão merecedora de nossa atenção.

6.2 Análise do questionário avaliativo – QA aplicado entre os docentes

O questionário avaliativo docente buscou entender como a SD foi recepcionada e se atendeu às expectativas inicialmente planejadas na pesquisa. Para nós, a opinião do professor é extremamente importante, já que ele está no dia a dia escolar e conhece as necessidades e dificuldades enfrentadas em sala.

Cabe salientar que na primeira etapa da pesquisa, dois professores responderam aos questionamentos propostos. Nesta terceira etapa, apenas um professor contribuiu com suas informações a respeito da SD, pois a mesma foi aplicada somente em uma turma, o quarto ano do curso de Agroindústria.

Inicialmente, na Q1, perguntado sobre o formato de aulas que foi apresentado, o professor respondeu que foi satisfatório, “*pois os recursos sugeridos contribuíram para chamar a atenção e envolver os discentes na discussão*”. Porém, fez a crítica de que “*poderia ser visto algum recurso que ajudasse a fazer uma construção mais teórica do tema*”.

Em seguida, na Q2, foi questionado se os alunos tiveram alguma dificuldade em realizar as avaliações propostas. O docente respondeu que sim, “*devido às dificuldades de gerenciamento de tempo, pois os alunos estavam envolvidos com a prova do Enem*” no momento em que houve a aplicação da SD.

A Q3 buscou avaliar a participação dos alunos nessas aulas, na visão do docente. Ele respondeu que foi satisfatório, *“pois houve envolvimento e participação suficiente para cumprir os objetivos propostos”*, porém, mais uma vez, enfatizou a *“ausência de material teórico que poderia trazer uma discussão mais madura para o tema”*.

Perguntado na Q4 se a quantidade de aulas e o tempo disponível na disciplina de Sociologia foram suficientes para a aprendizagem do tema, o professor respondeu que não, pelo fato de que as aulas de Sociologia só têm duração de 50 minutos semanais, o que dificulta a aprendizagem. Afirmou que *“seria interessante pensar em estratégias para adaptar essa limitação de tempo”*.

Buscou-se, na Q5, identificar como o docente avaliou o aprendizado do aluno a partir do estudo da música “Coração pede socorro”. Para ele, o resultado foi insatisfatório, pois, *“apesar do envolvimento que teve, faltou a articulação com um material de apoio didático, que, às vezes, deixou a discussão na superficialidade”*.

Na Q6, questionado sobre o estudo da lei Maria da Penha no formato que foi aplicado, o docente considerou satisfatório, pois *“o cordel é interessante para despertar o interesse, mas pontuou que talvez o contato com a legislação também fosse necessário”*.

A respeito do documentário utilizado na aula, na Q7, o docente considerou satisfatório, pois *“conseguiu conciliar depoimentos e a fala de especialistas na temática”*.

Por fim, na Q8, o docente foi questionado sobre o que poderia ser melhorado na SD. Ele respondeu que *“poderia ser pensado um material de apoio para evitar a superficialidade da discussão, como textos sobre gênero ou legislação original da Lei Maria da Penha”*.

Diante das reflexões feitas pelo docente, visualizou-se duas questões principais que mereceram atenção. A primeira, é a necessidade de um material teórico que sirva de apoio às atividades desenvolvidas. A segunda, é a ausência de tempo hábil para conduzir todas as atividades propostas sem prejudicar os outros conteúdos programáticos.

Na tentativa de minimizar esses problemas, foi pensada algumas alternativas que poderão ser utilizadas em outras oportunidades de aplicação dessa SD. A primeira delas é quanto ao fator tempo: sugere-se, independentemente desta SD, que a temática seja abordada de maneira transversal nos três anos do EMI. No

primeiro ano quando se trabalha sobre Socialização e controle social; no segundo ano quando trabalha sobre Cidadania, Direitos Humanos e Movimentos Sociais, e no terceiro ano através do contexto que trata sobre Cultura e Desigualdade Social, conforme consta no PPP dos dois cursos.

Sobre o fator “ausência de material teórico”, foi pensada a inclusão, na SD encartada ao final, como atividades para casa e em substituição àquelas que foram propostas, a leitura de dois textos bases que tratam sobre a violência contra a mulher. Isso traria uma aproximação ainda maior do assunto com as atividades desenvolvidas em sala.

O primeiro texto estará presente na primeira aula e traz o tema “Violência contra a mulher e desigualdade de gênero na estrutura da sociedade: da superação dos signos pela ótica das relações de poder”, das autoras Zanatta e Faria (2018). Na segunda aula, traremos o texto “Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas”, das autoras Guimarães e Pedroza (2015).

Os dois textos abordam a violência contra a mulher, sendo que o primeiro traz uma explanação sobre os conceitos de gênero e poder, relacionando-os à questão da desigualdade entre os sexos e a conseqüente violência praticada contra elas; e o segundo traz definições e conceitos das diversas formas de violência existentes, mostrando, ainda, a análise da LMP como inovação jurídica na superação da banalização dessas condutas violentas.

Feitas tais alterações, acredita-se que na perspectiva de aprofundamento teórico, os alunos terão um suporte ainda maior sobre a temática já que serão levados a aprender novos conceitos, nuances e ideias relacionados ao conteúdo proposto.

Todavia, em que pese a existência dessas duas queixas apontadas, conclui-se, de maneira geral, que a SD desenvolvida é relevante para levar a questão da violência de gênero ao debate mais amplo entre os discentes. Sua abordagem mais dinâmica contribui para favorecer o senso crítico e o olhar reflexivo entre os alunos, diante de um problema social como este que foi apresentado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por práticas pedagógicas que visam melhorar e ampliar a atuação docente e a capacidade de absorção de conteúdos nos discentes é, sem dúvidas, o caminho para o desenvolvimento de uma educação mais eficiente, diga-se, mais comprometida com a ideia de integração, principalmente quando se trata dos IFs, onde essa perspectiva é ainda mais evidente.

Desse modo, ao fazer a análise de como vem sendo trabalhada a temática da violência contra a mulher, na perspectiva de alunos e professores, procuramos nos aproximar ainda mais da realidade vivenciada no campus, buscando desconstruir a ideia imediatista de centralidade dos cursos técnicos voltados simplesmente ao mercado de trabalho, para direcionar os esforços na promoção de uma formação mais humana, com foco no indivíduo, para além do conhecimento propedêutico.

Isso quer dizer que a ideia de integração também deve abarcar o estudo dispensado aos problemas sociais que permeiam a nossa sociedade. A violência de gênero, por sua vez, tornou-se o objeto de estudo deste trabalho na medida em que se revela altamente nociva às relações sociais e, também, por estar previsto como conteúdo programático nos cursos técnicos de Agroecologia e Agroindústria do IFAL, campus Murici.

Os dados obtidos nos revelaram uma fragilidade na maneira como o tema vem sendo trabalhado pelos docentes. Seja por uma questão de falta de tempo ou por ser tratado de maneira mais genérica, a pesquisa mostrou a necessidade de o assunto ser trabalhado mais profundamente. Essa constatação ficou evidente, a partir da análise feita na seção 4, com os dados obtidos a partir do questionário diagnóstico aplicado entre os discentes e do questionário diagnóstico aplicado entre os docentes.

A partir dessa análise, foi possível identificar que a violência de gênero é pouco explorada no dia a dia escolar e que as práticas pedagógicas existentes não fornecem o suporte necessário para a apropriação do conhecimento, de maneira satisfatória, já que o fator 'tempo' é o grande empecilho para isso; e que a LMP não é trabalhada pelos docentes quando se fala na violência de gênero enquanto conteúdo.

Dessa forma, entendemos que há viabilidade para o produto educacional que foi construído visando atender às necessidades do nosso público-alvo, que são os

alunos e professores do EMI. Essa viabilidade foi comprovada tanto através dos QD iniciais, que apontaram as limitações, quanto através dos QA realizados após a aplicação da SD. Essa última comprovação se deu a partir das análises feitas na seção 6, que discutiu os QA de discentes e docentes.

Em que pese essa viabilidade do PE às necessidades demonstradas pelas turmas, recomendamos, como forma de oportunizar a realização de frequentes debates sobre o tema, e isso inclui a LMP como parte do conteúdo, que seja pensada a implementação da temática nos três anos do EMI, conforme sugerido anteriormente.

Além disso, como sugestão para trabalhos futuros, pensamos na ampliação do projeto através da aplicação da SD em outros campi do IFAL, a fim de difundir a temática e oportunizar que outros alunos tenham acesso ao estudo da LMP como extensão deste conteúdo programático.

Isso se justifica porque falar sobre violência de gênero, no momento em que estamos vivendo hoje, requer uma postura mais aguçada e mais proativa de todos os setores da sociedade, seja ele público ou privado, e isso inclui a escola/ Institutos Federais, considerados locais de produção, construção e desenvolvimento do conhecimento científico e social.

Ressaltamos, por fim, que a questão da violência de gênero é um problema coletivo, onde cada um de nós deve trabalhar no sentido de sua superação, a começar pela minimização dos fatores de discriminação e desigualdade entre homens e mulheres em todos os âmbitos sociais. Diante desse cenário, portanto, a escola deve assumir um papel de vanguarda na luta pela resignificação de papéis e conseqüentemente, na superação da violência que subjuga milhares de mulheres em todo o país.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **A violência contra a mulher gera prejuízo de R\$ 1 bilhão para economia brasileira.** 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-08/economia-brasileira-perder-1-bilhao-por-cao-da-violencia-contra-mulher>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

AMARANTE, Suely. **Violência contra as mulheres vem crescendo no Brasil.** 2019. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/violencia-contra-mulheres-vem-crescendo-no-brasil>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ARANTES, Fernanda Inêz Siqueira. **A mulher desdobrável: a articulação entre as esferas pública e privada,** 2010. Disponível em: <http://www1.pucminas.br/documentos/dissertacao_fernanda_inez.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/download>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

AVANÇO, Fabiana Renata; BATISTA, Flóida M.R.C. A música como apoio no processo de ensino e aprendizagem. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, Medianeira, v. 8, n. 16, 2017. E – 4782. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/recit/article/view/e-4782>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

AZERÊDO, Sandra. **Preconceito contra a “mulher”:** diferenças, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007. (Preconceitos, v. 1).

AZEVEDO, Naiara; LEÃO, Waleria; QUADROS, Rafael. **Coração pede socorro.** Warner Chappell Music, 2018. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/naiara-azevedo/coracao-pede-socorro/>>. Acesso em: 10 maio 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1995.

BASEGGIO, Julia Knapp; SILVA, Lisa Fernanda Meyer da. As condições femininas no Brasil colonial. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 19-30, 2015. Disponível em: <https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/HID_EaD/article/viewFile/1379/528>. Acesso em: 15 maio 2019.

BLASTING NEWS BRASIL. **Mulher é agredida brutalmente por querer terminar um relacionamento.** 2016. Disponível em: <<https://br.blastingnews.com/brasil/2016/09/mulher-e-agredida-brutalmente-por-querer-terminar-um-relacionamento-imagem-forte-001152959.html>>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em: 04 out. 2018.

_____. **Decreto Nº 89.460, de 20 de março de 1984.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-89460-20-marco-1984-439601-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 maio 2019.

_____. **Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm>. Acesso em: 04 maio 2019.

_____. **Lei N.º 11. 340, de 7 de agosto de 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 04 out. 2018.

BORIN, Thaisa Belloube. **Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre violência em mulheres agredidas**, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-30092008-125835/.../Thaisa.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BUARQUE, Cristina, Realidade agrária e agrícola em Pernambuco: desafios para a agricultura familiar e camponesa num contexto de crises e gênero. In: CAMPELO, Lúcia Barreto; MENINO, Silvana; MENEZES, Walfrido (orgs.). **Gênero, a diversidade além da gaveta**. Recife: Libertas, 2016.

CBN. **Mulher espancada por homem durante quatro horas no Rio vai passar por cirurgias no rosto**, 2019. Disponível em: <<https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/246794/mulher-espancada-por-homem-durante-quatro-horas-no.htm>>. Acesso em 10 out. 2019.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

_____. **Trabalho como princípio educativo**. Dicionário da educação profissional em saúde, 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

ClAVATTA. M.; RAMOS, M. N. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27, jan./jun., 2011. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

COFINA MÉDIA. **Vítima partilha nas redes sociais história de violência doméstica**, 2017. Disponível em: <<https://www.cmjornal.pt/insolitos/detalhe/vitima-partilha-nas-redes-sociais-historia-de-violencia-domestica>>. Acesso em: 10 out. 2019.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher** (Convenção de Belém do Pará, 1994) –

promulgada pelo Decreto nº 1.973, de 01/08/1996, 2012. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/convencao-interamericana-para-prevenir-punir-e-erradicar-a-violencia-contra-a-mulher-convencao-de-belem-do-para-1994/>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. **Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres**, 2019. Disponível em: <https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_I%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shBNMPIIMAPA>. Acesso em: 07 mar. 2020.

CPERS/SINDICATO. **A violência contra mulher deve ser debatida em todos os espaços, inclusive na escola**. 2015. Disponível em: <<https://cpers.com.br/a-violencia-contra-mulher-deve-ser-debatida-em-todos-os-espacos-inclusive-na-escola/>>. Acesso em: 04 maio 2020.

FAUSTO, Boris. **HISTÓRIA DO BRASIL**. História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias. Edusp, 1996. Disponível em: <[https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasi%20-%20Boris%20Fausto%20\(Col%F4nia\).pdf](https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasi%20-%20Boris%20Fausto%20(Col%F4nia).pdf)>. Acesso em: 15 maio 2019.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 2. ed., 2019. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48 ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

FRIGOTTO, G. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, R.; PEREIRA, I. ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2020

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Adair Vieira; FERRAZ, Mariolinda Rosa Romera. **Sequências Didáticas como instrumento potencial da formação docente reflexiva**.

D.E.L.T.A., 32.1, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v32n1/0102-4450-delta-32-01-00119.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2019

GUIMARÃES, Maisa C.; PEDROZA, Regina L. S. Violência contra a mulher: Problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 56-66, maio/ago, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822015000200256&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 maio 2020.

HASSE, Mariana. **Violência de gênero contra mulheres**: Em busca da produção de um cuidado integral. 2016. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.83.2017.tde-13022017-204029. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/83/83131/tde-13022017-204029/pt-br.php>>. Acesso em: 02 mai. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL. **O campus**. 2020. Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/campus/murici/o-campus>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS. Campus Murici. Projeto do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agroindústria. Murici, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS. Campus Murici. Projeto do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agroindústria. Murici, 2019.

ITAMARAJU NOTÍCIAS. Itamaraju: Mulher é agredida a socos e pedradas em via pública, 2014. Disponível em: <<http://itamarajunoticias.com.br/noticia/itamaraju-mulher-e-agredida-a-socos-e-pedradas-em-via-publica/#.XwaBcShKjIU>>. Acesso em: 07 jul 2020.

JORNAL EXTRA. **Casos de feminicídio aumentam 121% em Alagoas, alerta OAB**, 2019. Disponível em: <<https://novoextra.com.br/noticias/alagoas/2019/11/51900-casos-de-feminicidio-aumentam-121-em-alagoas-alerta-oab>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

LIMA, Sheila Santos Ramos. **A questão da violência doméstica e familiar contra a mulher**: Um estudo de histórias de vida no SERAV/TJDFT, 2008. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/685/3/2008_SheilaSantosRamosLima.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro. E.P.U., 2013.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.

ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Estudos avançados, v.12, n. 34, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n34/v12n34a02.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

MEDEIROS, Rosimeire Gomes. **Lei “Maria da Penha”** – origem e representação. 2016. Disponível em: <<https://rgm650.jusbrasil.com.br/artigos/356787626/lei-maria-da-penha-origem-e-representacao>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: <<https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf?1350933922>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

MIRANDA, Líbia Maфра Benvindo de; VIANA, Masilene Rocha. **Discutindo gênero e violência**: uma análise sobre o patriarcado e a heteronormatividade. VIII Jornada internacional de políticas públicas, 2017. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/discutindogeneroeviolenciaumaanalisesobreopatriarcadoeaheteronormatividade.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. 132 p. (Coleção Temas em Saúde). Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MOURA, Dante Henrique; LIMA, Domingos Leite Filho; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20 n. 63 out.-dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

OLIVEIRA, Maribia Taliane de; FERIGATO, Sabrina Helena. **A atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar**: tecnologias assistenciais da terapia ocupacional na atenção básica à saúde. Cafajeste. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 27, n. 3, p. 508-521, setembro de 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000300508&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ONUBR. Nações Unidas no Brasil. **Violência contra a mulher é grave problema de saúde pública, alerta OPAS**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/violencia-contra-a-mulher-e-grave-problema-de-saude-publica-alerta-opas/>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

ONU MULHERES BRASIL. **Conferências Mundiais da Mulher**, [2018?]. Disponível em: < <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

PANDJIARJIAN, Valéria. **O Brasil e os Tratados Internacionais: a CEDAW e o Protocolo Facultativo. Protocolo Facultativo à CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**. Brasília: Agende, 2001. p. 97-120.

PEDROSA, Mikaella. **Documentário: Mas porque ela não denuncia?**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Jornalismo) – Curso de Jornalismo, Universidade Federal da Paraíba, 2018. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=vteR8l0XoRQ>>. Acesso em: 15 out. 2019.

PIMENTEL, Sílvia. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - Cedaw 1979 – 2013**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf> . Acesso em: 31 jul. 2019.

POLITIZE. **Movimento feminista**. 2016. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/movimento-feminista/>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

PORTAL GELEDÉS. **Na época do Brasil colonial, lei permitia que marido assassinasse a própria mulher**. 2013. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/na-epoca-brasil-colonial-lei-permitia-que-marido-assassinasse-propria-mulher/>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

RAMOS, Marise. **Concepção de ensino médio integrado**. Versão ampliada de exposição no seminário sobre ensino médio (Mossoró, RN), 2007. Disponível em: <<https://tecnicadmij.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

RIBEIRO, Ricardo. O Trabalho como Princípio Educativo: algumas reflexões. **Saúde e Sociedade**, v. 18, supl. 2, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/29574/31441>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu** (16), p. 115-136, 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/285905598_Contribuicoes_feministas_para_o_estudo_da_violencia_de_genero>. Acesso em: 05 abr. 2019.

_____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAMARA, Eni de Mesquita. **O que mudou na família brasileira?** (da colônia à atualidade). *Psicologia USP*, 2002, Vol. 13, No.2, 27-48. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/53500/57500>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

SANTOS, Ivone A. dos. **Diversidade na educação: uma prática a ser construída na Educação Básica**. Produção Didático-Pedagógica – Caderno Temático – apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná – PDE, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2346-6.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2020.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. (2005). **Violência contra as mulheres e violência de gênero**: Notas sobre estudos feministas no Brasil. E.I.A.L. Estudos Interdisciplinares de América Latina y El Caribe, 16. Disponível em: <<http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/482/446>>. Acesso em: 10 out. 2018.

SARTI, Cynthia A. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970**: revisitando uma trajetória. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

SAVIANI, Dermeval. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 653-662, Dec. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572017000300653&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

SENADO FEDERAL. Senado Notícias. **Lobby do Batom**: marco histórico no combate à discriminações, 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SILVA, Caroline F. S; MORAES, Andrielle R; ROCHA, Katia G. S. Violência de gênero no contexto escolar: refletindo sobre estratégias de enfrentamento através da extensão universitária. **Expressa Extensão**. ISSN 2358-8195, v.22, n.2, p. 157-169, JUL-DEZ, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/11339>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

SILVA, Filipi Ferreira da. **Direitos Humanos à luz da Lei nº 11.340/06 e seus reflexos processuais penais**. 2016. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/9554/Direitos-Humanos-a-luz-da-Lei-n-11340-06-e-seus-reflexos-processuais-penais>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

SILVA, Letícia Ferreira da; CASTILHO, Maria Augusta de. Brasil colonial: as mulheres e o imaginário social. **Cordis**. Mulheres na história, São Paulo, n. 12, p.

257-279, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/cordis/article/download/21942/16123>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

SIMPATIA, Tião. **A Lei Maria da Penha em Cordel**. 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aK8-WRehLBI>>. Acesso em: 10 maio 2019.

SOBRAL, Karine Martins; RIBEIRO, Ellen Cristine dos Santos; ARAÚJO, Raquel Dias. **O trabalho como princípio educativo da escola unitária para a ditadura revolucionária do proletariado**. I JOINGG – jornada internacional de estudos e pesquisas em Antonio Gramsci; Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação. 2016 – Fortaleza/CE. Disponível em: <<http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/O-TRABALHO-COMO-PRINC%C3%8DPIO-EDUCATIVO-DA-ESCOLA-UNIT%C3%81RIA-PARA-A-DITADURA-REVOLUCION%C3%81RIA-DO-PROLETARIADO.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set/dez, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

VEJA, SÃO PAULO. **Quase 90 mulheres de SP são agredidas por dia pelos maridos em 2019**. 2019. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/quase-90-mulheres-de-sp-sao-agredidas-por-dia-pelos-seus-maridos-em-2019/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

ZABALA, Antoni. **A prática Educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZANATTA, Michelle Â.; FARIA, Josiane P. Violência contra a mulher e desigualdade de gênero na estrutura da sociedade: da superação dos signos pela ótica das relações de poder. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**. Salvador, v. 4, n. 1, p. 99–114, Jan/Jun. 2018. Disponível em: <<https://indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/4209>>. Acesso em: 05 maio 2020.

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)

(Em 2 vias, firmado por cada participante voluntário(a) da pesquisa e pelo responsável)

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após o consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa”

1. O (a) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) do estudo **“VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A LEI MARIA DA PENHA COMO AÇÃO AFIRMATIVA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO”**, que será realizada no Instituto Federal de Alagoas – campus Murici recebi da Sra. Lidiane da Conceição Barboza Bomfim, aluna do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica , responsável por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:
 2. Este estudo se destina a investigar as práticas de ensino que vêm sendo aplicadas em aulas de Sociologia no Instituto Federal de Alagoas – IFAL, campus Murici, na abordagem da temática violência de gênero; considerando que a importância deste estudo é contribuir com o aprimoramento e/ou inovações dessas práticas educativas, visando a conscientização social, a formação proativa dos discentes e, conseqüentemente, uma mudança positiva no sentido da diminuição dos casos de violência contra a mulher; que os resultados que se desejam alcançar são que a pesquisa contribuirá para o aprimoramento das estratégias de ensino no que tange à temática abordada, tendo em vista que o docente terá acesso, no futuro, à Proposta de Ensino que será elaborada; tendo início planejado para começar em julho de 2019 e terminar em julho de 2020.
 3. O (a) Senhor (a) participará do estudo da seguinte maneira: através da resposta a um questionário. Sabendo que os possíveis riscos à sua saúde física e mental são mínimos, como a possibilidade de vazamento de identificação de dados de determinado entrevistado ou que alguém pode se sentir constrangido com alguma pergunta do questionário; e serão minimizados da seguinte forma, o pesquisador responsável garantirá o sigilo das informações e o anonimato, bem como deixará o sujeito da pesquisa livre de resposta da questão que o deixou incomodado ou até mesmo o excluirá da pesquisa.
 4. Os benefícios previstos com a sua participação são que a pesquisa contribuirá para o aprimoramento das estratégias de ensino no que tange à temática abordada, tendo em vista que o docente terá acesso, no futuro, à Proposta de Ensino que será elaborada, conseguidos através da melhoria na transmissão do conteúdo relacionado à violência de gênero e da Lei nº 11.340/2006, na medida em que terão acesso a estes de maneira mais dinâmica e inovadora, o que contribuirá na socialização dos sujeitos envolvidos na pesquisa.
 5. Durante todo o estudo, a qualquer momento que se faça necessário, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.
 6. A qualquer momento, o (a) Senhor (a) poderá recusar a continuar participando do estudo e, retirar o seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo. A divulgação dos resultados será realizada somente entre profissionais e no meio científico pertinente.
 7. O (a) Senhor (a) deverá ser ressarcido (a) por qualquer despesa que venha a ter com a sua participação nesse estudo e, também, indenizado por todos os danos que venha a sofrer pela

mesma razão, sendo que, para estas despesas é garantida a existência de recursos.

8. O (a) Senhor (a) tendo compreendido o que lhe foi informado sobre a sua participação voluntária no estudo “**VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A LEI MARIA DA PENHA COMO AÇÃO AFIRMATIVA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**”, consciente dos seus direitos, das suas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que terá com a sua participação, concordará em participar da pesquisa mediante a sua assinatura deste Termo de Consentimento.

Ciente, _____ DOU O MEU
CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço do(a) participante voluntário(a):

Residência: (rua).....Bloco: Nº:,
complemento:Bairro:
Cidade:CEP:.....Telefone:
Ponto de referência:

Contato de urgência (participante):

Sr(a):
Domicílio: (rua, conjunto).....Bloco:Nº:,
complemento:Bairro:
Cidade:CEP:.....Telefone:
Ponto de referência:

Nome e Endereço do Pesquisador Responsável:

Lidiane da Conceição Barboza Bomfim

Instituição:

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas, dirija-se ao Comitê de Ética em Pesquisa, pertencente UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - UNCISAL: Rua Dr Jorge de Lima, 113. Trapiche da Barra, CEP.: 57010-382. Sala 203, segundo andar, Prédio Sede. Telefone: 3315 6787. Correio eletrônico: comitedeeticaucisal@gmail.com . Website: <https://cep.uncisal.edu.br/> Horário de funcionamento: diariamente no horário de 13:00 as 19:00 horas.

Maceió, _____ de _____ de _____

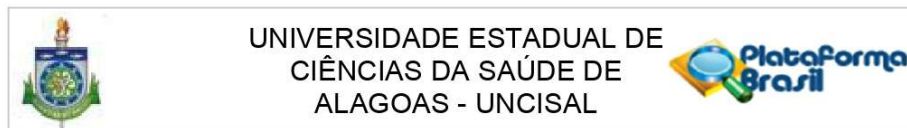
Assinatura do pesquisador principal
(rubricar as demais folhas)

Assinatura ou impressão digital do(a) voluntário(a) ou responsável legal
(rubricar as demais folhas)

Assinatura de testemunha
(rubricar as demais folhas)

Assinatura de testemunha
(rubricar as demais folhas)

ANEXO B – PARECER DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A LEI MARIA DA PENHA COMO AÇÃO AFIRMATIVA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO.

Pesquisador: LIDIANE DA CONCEICAO BARBOZA BOMFIM

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 17789219.2.0000.5011

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

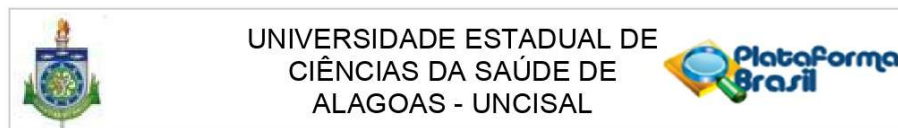
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.761.029

Apresentação do Projeto:

Este projeto de pesquisa intenciona a investigação de algumas metodologias de ensino aplicadas no contexto de aulas de Sociologia para o desenvolvimento das temáticas violência e gênero com alunos dos quartos anos do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), campus Murici, dos cursos de Agroecologia e de Agroindústria. O objetivo principal é investigar, sob o ponto de vista do Ensino Médio Integrado, de que maneira esses conteúdos estão sendo ministrados pelos docentes e apreendidos pelos discentes, no que diz respeito a sua internalização e contribuição efetiva no processo de transformação social que vislumbre uma diminuição dos casos de violência contra a mulher. Sob a ótica da intervenção social, objetiva-se contribuir para a formação discente não meramente com a produção de bons técnicos ou tecnólogos aptos ao mercado de trabalho, mas sobretudo cidadãos comprometidos com uma sociedade mais democrática, na qual sejam partícipes permanentes na (des) construção de condutas e mentalidades arraigadas na violência de gênero. A pesquisa se apresenta como Pesquisa-ação, numa abordagem qualitativa de investigação, cujo instrumento metodológico escolhido é o questionário semiestruturado aplicado a docentes e discentes que servirá de base para posterior elaboração de uma Proposta de Ensino como produto educacional.

Endereço: Rua Jorge de Lima, 113
Bairro: PRADO **CEP:** 57.010-300
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3315-6787 **Fax:** (82)3315-6787 **E-mail:** comiteedeeticauncisal@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.761.029

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Investigar as práticas de ensino que vêm sendo aplicadas em aulas de Sociologia no Instituto Federal de Alagoas – IFAL, campus Murici, na abordagem da temática violência de gênero, de modo a contribuir com o aprimoramento e/ou inovações dessas práticas educativas, visando a conscientização social, a formação proativa dos discentes e, conseqüentemente, uma mudança positiva no sentido da diminuição dos casos de violência contra a mulher.

Objetivos Específicos

- Analisar como o conteúdo violência de gênero vem sendo trabalhado no Instituto Federal de Alagoas - IFAL, campus Murici, na perspectiva de professores e de alunos;
- Analisar a perspectiva de docentes e discentes em relação à forma como o conteúdo deveria ser abordado em sala;
- Promover o estudo da Lei Maria da Penha como um dos aspectos da Proposta de ensino, que será elaborada ao final da pesquisa, e que possibilite uma aproximação do conteúdo da norma jurídica com a realidade escolar, utilizando uma linguagem mais condizente com o contexto em que ela será inserida;
- Analisar como professores e alunos avaliaram a Proposta de ensino aplicada.

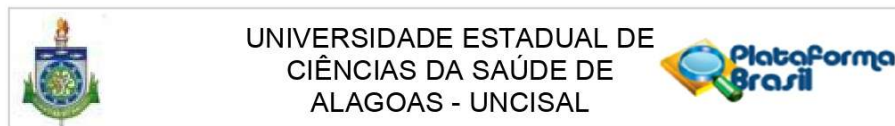
Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

De acordo com a Res. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), observa-se que os riscos da presente pesquisa, apesar de presentes, são mínimos, como a possibilidade de vazamento de identificação de dados de determinado entrevistado ou que alguém pode se sentir constrangido com alguma pergunta do questionário. Nesse caso, o pesquisador responsável garantirá o sigilo das informações e o anonimato, bem como deixará o sujeito da pesquisa livre de resposta da questão que o deixou incomodado ou até mesmo o excluirá da pesquisa.

BENEFÍCIOS

Endereço: Rua Jorge de Lima, 113
Bairro: PRADO **CEP:** 57.010-300
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3315-6787 **Fax:** (82)3315-6787 **E-mail:** comitedeeticauncisal@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.761.029

A pesquisa pode resultar nos seguintes benefícios:

- De forma direta, a pesquisa contribuirá para o aprimoramento das estratégias de ensino no que tange à temática abordada, tendo em vista que o docente terá acesso, no futuro, à Proposta de Ensino que será elaborada;
- Ainda de maneira direta, os alunos serão contemplados com uma melhoria na transmissão do conteúdo relacionado à violência de gênero e da Lei nº 11.340/2006, na medida em que terão acesso a estes de maneira mais dinâmica e inovadora, o que contribuirá na socialização dos sujeitos envolvidos na pesquisa;
- Indiretamente, a pesquisa possibilitará a ampliação do conhecimento dos discentes e a consequente propagação de indivíduos mais conscientizados acerca do papel da mulher na sociedade e com uma visão mais aberta para a desmistificação da cultura da violência contra a mulher;
- Ainda de modo indireto, poderá haver a diminuição dos casos de violência contra a mulher tendo em vista que os alunos envolvidos na pesquisa e que foram contemplados pelas aulas em que a proposta de ensino será aplicado terão uma visão de mundo menos discriminatória em relação às mulheres e, consequentemente, não reproduzirão as práticas de violência que atualmente se observa em nossa sociedade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente estudo se encontra de acordo com a Resolução 466/12.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Aprovado

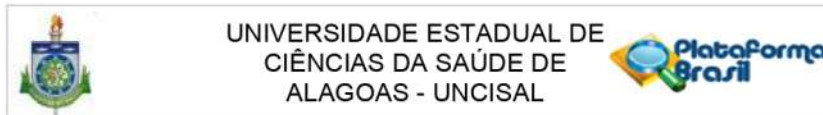
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Nesta oportunidade, lembramos que o pesquisador tem o dever de durante a execução do experimento, manter o CEP informado através do envio a cada seis meses, de relatório consubstanciado acerca da pesquisa, seu desenvolvimento, bem como qualquer alteração, problema ou interrupção da mesma.

Endereço: Rua Jorge de Lima, 113
Bairro: PRADO **CEP:** 57.010-300
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3315-6787 **Fax:** (82)3315-6787 **E-mail:** comitedeeticauncisal@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.761.029

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

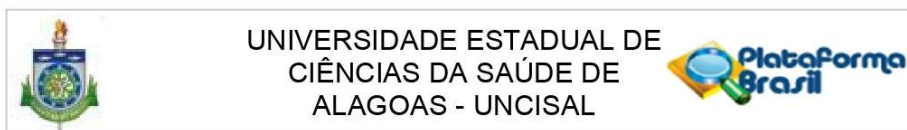
Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1326436.pdf	30/11/2019 11:14:57		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projctobrochura.docx	30/11/2019 11:14:25	LIDIANE DA CONCEICAO BARBOZA BOMFIM	Aceito
Outros	CARTA.docx	04/11/2019 22:00:22	LIDIANE DA CONCEICAO BARBOZA BOMFIM	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	04/11/2019 21:56:12	LIDIANE DA CONCEICAO BARBOZA BOMFIM	Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.docx	26/09/2019 20:38:07	LIDIANE DA CONCEICAO BARBOZA BOMFIM	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	13/07/2019 21:15:17	LIDIANE DA CONCEICAO BARBOZA BOMFIM	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termoderesponsabilidade.pdf	01/07/2019 17:07:24	LIDIANE DA CONCEICAO BARBOZA BOMFIM	Aceito
Outros	questionariodocentes.pdf	07/06/2019 11:28:23	LIDIANE DA CONCEICAO BARBOZA BOMFIM	Aceito
Outros	questionariodiscentes.pdf	07/06/2019 11:27:35	LIDIANE DA CONCEICAO BARBOZA BOMFIM	Aceito
Outros	checklist.pdf	07/06/2019 11:24:26	LIDIANE DA CONCEICAO BARBOZA BOMFIM	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacaopararealizacao.pdf	07/06/2019 11:23:09	LIDIANE DA CONCEICAO BARBOZA BOMFIM	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	06/04/2019 11:41:13	LIDIANE DA CONCEICAO BARBOZA BOMFIM	Aceito
Folha de Rosto	rosto.pdf	05/04/2019 22:06:16	LIDIANE DA CONCEICAO BARBOZA BOMFIM	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Rua Jorge de Lima, 113
Bairro: PRADO **CEP:** 57.010-300
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3315-6787 **Fax:** (82)3315-6787 **E-mail:** comitedeeticauncisal@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.761.029

Não

MACEIO, 11 de Dezembro de 2019

Assinado por:
Ana Lúcia de Gusmão Freire
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Jorge de Lima, 113
Bairro: PRADO **CEP:** 57.010-300
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3315-6787 **Fax:** (82)3315-6787 **E-mail:** comitedeeticauncisal@gmail.com

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO - DISCENTES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS –
IFAL - CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT

As respostas sinceras que apresentará, nesta avaliação, serão muito importantes para o desenvolvimento da investigação “VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A LEI MARIA DA PENHA COMO AÇÃO AFIRMATIVA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO”.

Contamos com a sua colaboração; ao tempo em que, antecipadamente, agradecemos-lhe a disponibilidade.

Mestranda Lidiane da Conceição Barboza Bomfim
Profa. Dra. Géssika Cecília Carvalho da Silva

1- Qual a sua idade? _____

2- Qual sua série e seu curso? _____

3- Você já participou de alguma aula sobre gênero no IFAL? () Sim () Não

4- Em qual série essa temática foi trabalhada? _____

5- De que forma essa temática foi trabalhada?

a) livro ()

b) vídeos (entrevistas, documentários, dados estatísticos) ()

c) rodas de conversas ()

d) outros ()

6- Conte como foi a experiência:

7- Você já participou de alguma aula sobre violência de gênero em sala?

() Sim () Não

8- Em qual série essa temática foi trabalhada? _____

9- De que forma essa temática foi trabalhada?

a) livro ()

b) vídeos (entrevistas, documentários, dados estatísticos) ()

c) rodas de conversas ()

d) outros ()

10- Conte como foi a experiência:

11- Como você considera que a temática da violência contra a mulher foi trabalhada em sala:

a) insuficiente ()

b) suficiente ()

c) não sei ()

Porque?

12- Você já leu ou ouviu falar sobre a Lei da Maria da Penha?

Sim () Não ()

Se sim, onde?

Poderia dizer de que trata essa Lei?

13- A Lei Maria da Penha já foi discutida em alguma aula que você participou?

Sim () Não ()

Se sim, conte como foi:

14 - Você acha que é importante falar sobre a Lei Maria da Penha nas escolas?

Sim () Não ()

Porque?

15- Como você acha que a Lei Maria da Penha deve ser trabalhada na escola?

16- Como você acha que temática sobre a violência contra a mulher deve ser trabalhada na escola?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO - DOCENTES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS –
IFAL - CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT

As respostas sinceras que apresentará, nesta avaliação, serão muito importantes para o desenvolvimento da investigação “VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A LEI MARIA DA PENHA COMO AÇÃO AFIRMATIVA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO”.

Contamos com a sua colaboração; ao tempo em que, antecipadamente, agradecemos-lhe a disponibilidade.

Mestranda Lidiane da Conceição Barboza Bomfim
Profa. Dra. Géssika Cecília Carvalho da Silva

1- Há quanto tempo você trabalha no IFAL? _____

2- Já trabalhou em outras escolas antes?

() Sim () Não

Se sim, por quanto tempo? _____

3- Você já trabalhou sobre a temática de gênero em sala no IFAL?

() Sim () Não

4- Em qual série essa temática foi trabalhada? _____

5- Quais instrumentos pedagógicos foram utilizados para a condução dessas aulas sobre a temática de gênero?

a) livro ()

b) vídeos (entrevistas, documentários, dados estatísticos) ()

c) rodas de conversas ()

d) outros ()

6- Descreva como foi a experiência:

7- Você já trabalhou sobre a temática da violência de gênero em sala?

() Sim () Não

8- Em qual série essa temática foi trabalhada? _____

9- Quais instrumentos pedagógicos foram utilizados para a condução dessas aulas sobre a temática da violência de gênero?

- a) livro ()
 - b) vídeos (entrevistas, documentários, dados estatísticos) ()
 - c) rodas de conversas ()
 - d) outros ()
-
-

10- Descreva como foi a experiência:

11- Como você considera que a temática da violência contra a mulher foi trabalhada em sala:

- a) insuficiente ()
- b) suficiente ()
- c) não sei ()

Porque?

12- Os aspectos jurídicos da Lei Maria da Penha foram trabalhados em aula?

Sim () Não ()

Porque?

13 - Você considera importante o estudo da Lei Maria da Penha nas aulas que abordam a temática da violência de gênero?

Sim () Não ()

Porque?

14- Você acredita que a abordagem da temática sobre a violência contra a mulher, quando trabalhada de maneira mais profunda nas escolas, pode ajudar a diminuir os índices desse tipo de violência?

Sim () Não ()

Porque?

15- Como você acha que a abordagem da temática sobre a violência contra a mulher deve ser trabalhada na escola?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO AVALIATIVO - DISCENTES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS –
IFAL - CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT

As respostas sinceras que apresentará, nesta avaliação, serão muito importantes para o desenvolvimento da investigação “VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A LEI MARIA DA PENHA COMO AÇÃO AFIRMATIVA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO”.

Contamos com a sua colaboração; ao tempo em que, antecipadamente, agradecemos-lhe a disponibilidade.

Mestranda Lidiane da Conceição Barboza Bomfim
Profa. Dra. Géssika Cecília Carvalho da Silva

1- O que você achou do formato aplicado às aulas com a temática da violência de gênero?

- a) Satisfatório ()
b) Insatisfatório ()

Por que?

2- Você considera que as aulas dadas são suficientes para uma mudança de comportamento dos jovens em relação à violência contra a mulher?

- a) Sim ()
b) Não ()

Por que?

3- O estudo da música “Coração pede socorro”, contribuiu para o seu aprendizado?

- a) Sim ()
b) Não ()

Por que?

4- O que você achou do estudo da Lei Maria da Penha no formato que foi aplicado?

- a) Satisfatório ()
b) Insatisfatório ()

Por que?

5- Qual a sua opinião sobre o documentário que foi apresentado nas aulas?

6- O que você acha que deveria ser melhorado ou acrescentado nessas aulas sobre a temática da violência de gênero?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO AVALIATIVO - DOCENTE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS –
IFAL - CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT

As respostas sinceras que apresentará, nesta avaliação, serão muito importantes para o desenvolvimento da investigação “VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A LEI MARIA DA PENHA COMO AÇÃO AFIRMATIVA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO”.

Contamos com a sua colaboração; ao tempo em que, antecipadamente, agradecemos-lhe a disponibilidade.

Mestranda Lidiane da Conceição Barboza Bomfim
Profa. Dra. Géssika Cecília Carvalho da Silva

1- Como você avalia o formato de aulas que lhes foi apresentado?

- a) Satisfatório ()
b) Insatisfatório ()

Por que?

2- Os alunos tiveram alguma dificuldade em realizar as avaliações?

- a) Sim ()
b) Não ()

Se sim, quais?

3- Como você avalia a participação dos alunos nessas aulas, a partir do formato que foi apresentado?

- a) Satisfatório ()
b) Insatisfatório ()

Por que?

4- A quantidade de aulas e o tempo disponível na disciplina de Sociologia foi suficiente para a aprendizagem do tema?

- a) Sim ()
b) Não ()

Por que?

5- Como você avalia o aprendizado dos alunos a partir do estudo da música “Coração pede socorro”?

a) Satisfatório ()

b) Insatisfatório ()

Por que?

6- O que você achou do estudo da Lei Maria da Penha no formato que foi aplicado?

a) Satisfatório ()

b) Insatisfatório ()

Por que?

7- O que você achou do documentário que foi apresentado em aula?

a) Satisfatório ()

b) Insatisfatório ()

Por que?

8- O que você acha que poderia ser melhorado?

APÊNDICE E – PRODUTO EDUCACIONAL: SEQUÊNCIA DIDÁTICA

PRODUTO EDUCACIONAL SEQUÊNCIA DIDÁTICA: Discutindo a violência contra a mulher no contexto do Ensino Médio Integrado



Fonte: Fala universidades, 2018.

Lidiane da Conceição Barboza Bomfim
Orientadora: Géssika Cecília Carvalho da Silva



LIDIANE DA CONCEIÇÃO BARBOZA BOMFIM
GÉSSIKA CECÍLIA CARVALHO DA SILVA

SEQUÊNCIA DIDÁTICA: DISCUTINDO A VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Produto educacional vinculado à
dissertação VIOLÊNCIA DE
GÊNERO: A LEI MARIA DA PENHA
COMO AÇÃO AFIRMATIVA NO
COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER NO CONTEXTO DO
ENSINO MÉDIO INTEGRADO.

Maceió
2020

Autorizo, para fins de estudo e de pesquisa, a reprodução total ou parcial deste produto educacional, em meio convencional ou eletrônico, desde que a fonte seja citada.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

B965s

Bomfim, Lidiane da Conceição Barboza.

Sequência didática: discutindo a violência contra a mulher no contexto do ensino médio integrado / Lidiane da conceição Barboza Bomfim. – 2020.

22 f. : il.

1 CD-ROM: il.

Produto Educacional da Dissertação: Violência de gênero: a Lei Maria da Penha como ação afirmativa no combate à violência contra a mulher no contexto do ensino médio integrado (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2020.

1. Violência - Mulher. Ensino Médio Integrado. 3. Ensino. 5. Produto Educacional. I. Título.

CDD:301.151

Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. O QUE É UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA?	6
2. O ENSINO MÉDIO INTEGRADO E O ENFOQUE DA TEMÁTICA NA SOCIOLOGIA.....	7
3. SEQUÊNCIA DIDÁTICA: DISCUTINDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	8
3.1 Primeira etapa: introdução do conteúdo programático..	8
3.1.1. Exposição de imagens e apresentação de música	8
3.2 Segunda etapa: desenvolvimento do conhecimento.....	13
3.2.1. Reprodução do documentário sobre a violência doméstica.....	13
3.3 Terceira etapa: estudo da Lei Maria da Penha.....	14
3.3.1. A Lei Maria da Penha por meio da literatura de cordel	15
REFERÊNCIAS.....	20

APRESENTAÇÃO

Este material compõe o produto educacional desenvolvido como parte da dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – Campus Avançado Benedito Bentes, intitulada “Violência de gênero: a Lei Maria da Penha como ação afirmativa no combate à violência contra a mulher no contexto do ensino médio integrado”.

Trata-se de uma Sequência Didática (SD) que se baseou nas necessidades pedagógicas apontadas por docentes e discentes, como a necessidade de mais aulas explorando essa temática, o uso de ferramentas pedagógicas mais dinâmicas na abordagem do tema, inclusão da Lei Maria da Penha nessas discussões, entre outras; visando contribuir para uma formação integrada, que estimule a capacidade crítica e reflexiva dos mesmos, possibilitando a ampliação de sua visão de mundo, além da apropriação do conhecimento científico sobre o tema.

Uma formação integrada pressupõe, segundo Moura (2007, p. 12), “[...] a formação de cidadãos capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente”. Nesse sentido, a abordagem da temática no ensino da Sociologia pode criar possibilidades para alunos e professores atuarem efetivamente na realidade social da qual fazem parte, através de práticas pedagógicas que visem explorá-la cada vez mais.

Convém ressaltar que essa SD foi pensada para explorar de maneira mais intensa a questão da violência contra a mulher no contexto da disciplina de Sociologia, e em face do que esse problema social representa para todos nós. Entretanto, nada impede que outras disciplinas lancem mão desse recurso didático para implementar suas aulas e contribuir para a promoção do diálogo sobre a violência de gênero nos mais diversos espaços escolares.

Com isso, desejamos que esse material inspire outros professores a desenvolver novas propostas de ensino, que possam contribuir para promover a dialogicidade, a criticidade e a autonomia dos alunos diante da violência de gênero.

Bom trabalho!

Lidiane Barboza Bomfim

1. O QUE É UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA?

Na definição de Zabala (1998, p. 18), uma sequência didática é “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos.”.

Ainda para o autor, toda prática pedagógica exige uma organização metodológica para sua execução (ZABALA, 1998). Nesse sentido, o trabalho do professor é de fundamental importância, visto que é através de suas estratégias de ensino que o aluno concretiza sua aprendizagem. Para isso, o professor deve adotar mecanismos capazes de transmitir o conhecimento e que sejam úteis ao desenvolvimento intelectual e social do sujeito.

Assim, optamos por esse recurso pedagógico para fomentar as discussões sobre a violência de gênero nos Institutos Federais e contribuir para uma formação mais humanizada e mais comprometida com os problemas sociais que afligem certos grupos historicamente excluídos, como é o caso das mulheres, utilizando diversos mecanismos didáticos que estarão à disposição do professor.

2. O ENSINO MÉDIO INTEGRADO E O ENFOQUE DA TEMÁTICA NA SOCIOLOGIA

O conceito de ensino médio integrado nos remete à noção de um ensino mais global e menos centralizado numa só perspectiva, quer seja a educação básica ou profissionalizante. Essa forma de encarar a educação propõe um modelo educacional mais voltado à “formação omnilateral, integral ou politécnica de todos, de forma pública e igualitária e sob a responsabilidade do estado” (MOURA, 2013, p. 1), e que propicie uma formação emancipatória.

Nessa mesma perspectiva, a lição de Ciavatta (2005) reafirma a importância do ensino médio integrado na formação do indivíduo enquanto cidadão capaz de atuar de maneira significativa na sociedade:

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p. 2-3).

Por esse ângulo, o estudo da violência de gênero não está dissociado nem do contexto profissionalizante, nem da educação básica, mas passa por todos os níveis e dimensões da educação considerada integral, numa proposta coletiva de transformar essa realidade negativa que se opera em relação à mulher e à violência contra ela investida.

Nesse caso, a Sociologia pode trazer contribuições importantes para os alunos do ensino médio integrado que, conforme Ramos (2007), pressupõe uma educação:

- unitária (que implica educação de qualidade e como direito de todos, superando a dualidade de formar para o trabalho manual e para o trabalho intelectual);
- politécnica (dando aos sujeitos acesso aos conhecimentos e à cultura, propiciando realizar escolhas e construir caminhos para a produção da vida);
- omnilateral (com a integração entre as dimensões fundamentais da vida: trabalho, ciência e cultura).

Mostra-se fundamental, portanto, o atuar da Sociologia nesta tarefa já que, por meio dela, alcançamos a ampliação da capacidade dos alunos de fazerem uma releitura da sociedade da qual fazem parte, possibilitando-os ter uma postura crítica diante do mundo e a conseqüente desconstrução de temas tão naturalizados em nossa sociedade, como é o caso da violência de gênero.

3. SEQUÊNCIA DIDÁTICA: DISCUTINDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

3.1 PRIMEIRA ETAPA: INTRODUÇÃO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Esse momento inicial propõe a apresentação e a discussão da temática através da exposição de material audiovisual que possibilita a introdução do conteúdo, bem como a valorização do conhecimento prévio dos alunos acerca do assunto explanado. O aluno será incentivado a expor o que pensa sobre a temática apresentada. Neste momento, surgem várias interpretações sobre o conteúdo que os leva a problematizar o conhecimento, além de explorar suas experiências prévias. A função do professor, neste momento, não será a de repassar explicações sobre o conteúdo, mas somente a de instigar, questionar e problematizá-lo, a fim de estimular a capacidade de reflexão entre os discentes.

Através das imagens os alunos terão um contato inicial com a temática, serão estimulados a refletir sobre ela, analisando a violência de gênero, os fatores que justificariam esses casos de violência contra a mulher e o que poderia ser feito, na opinião deles, para diminuir os índices de violência que se apresentam em nossa sociedade.

Por meio da música, a intenção é “resgatar outras facetas do processo educacional, como a emoção e a criatividade, as quais estão envolvidas pelo conteúdo interdisciplinar, subjetivo e estético dessa linguagem artística”, conforme Correia (2010, p. 2).

De acordo com a tipologia apresentada por Antoni Zabala, esta aula se classifica em conceitual e procedimental. Conceitual, pois aborda entre os alunos os conceitos de violência e gênero, que são termos abstratos, e que na visão do autor, possibilitam trabalhar a “capacidade de compreensão e interpretação de significados.” (ZABALA, 1998, p. 43).

É ainda procedimental, pois a partir da observação das imagens e da música expostas, permite que os alunos façam suas reflexões e sejam capazes de contextualizar criticamente o tema. Para o autor (ZABALA, 1998, p. 43), “um conteúdo procedimental [...] é um conjunto de ações ordenadas e com um fim, quer dizer, dirigidas para a realização de um objetivo.” E o objetivo desse encontro inicial é, portanto, possibilitar o surgimento do senso crítico nos alunos, a partir das interpretações que forem feitas diante das imagens e da música apresentadas, despertando neles a necessidade de conhecer mais sobre o tema e de aprofundar o conhecimento.

3.1.1. EXPOSIÇÃO DE IMAGENS E APRESENTAÇÃO DE MÚSICA (Aula 1)

DURAÇÃO

1h/ aula (50 minutos).

OBJETIVOS

- Despertar o senso crítico e reflexivo entre os alunos acerca da violência contra a mulher;
- Conduzir os alunos à reflexão sobre a violência de gênero, suas causas e implicações na vida das mulheres que são vítimas de violência;
- Levar os alunos a perceberem a dificuldade que as mulheres têm em denunciar seus agressores.

MATERIAIS

- Projetor de multimídia para a apresentação das imagens e do clipe da música;
- Material impresso contendo a letra da música.

METODOLOGIA

Inicialmente, o professor deverá informar aos alunos sobre a temática que será estudada enfatizando a importância do tema, tendo em vista o grande número de mulheres que são vítimas de violência doméstica por todo o país, conforme é noticiado nos mais diversos meios de comunicação.

Em seguida, ele fará a demonstração das imagens de mulheres vítimas de violência física, através do projetor de multimídia, com duração média de 10 minutos. Nesse momento, os alunos estarão fazendo suas reflexões e análises acerca do que lhes é apresentado, para que posteriormente, possam discutir e opinar sobre o assunto.

Depois disso, o professor irá distribuir entre os alunos, cópias da letra da música “Coração pede socorro”, da cantora Naiara Azevedo. Além dessa distribuição de material impresso, o professor fará a reprodução do clipe da música (duração média de 15 minutos), onde os alunos serão levados a refletir sobre a relação da violência com os relacionamentos abusivos, dando-lhes suporte para que possam responder à avaliação que será aplicada.

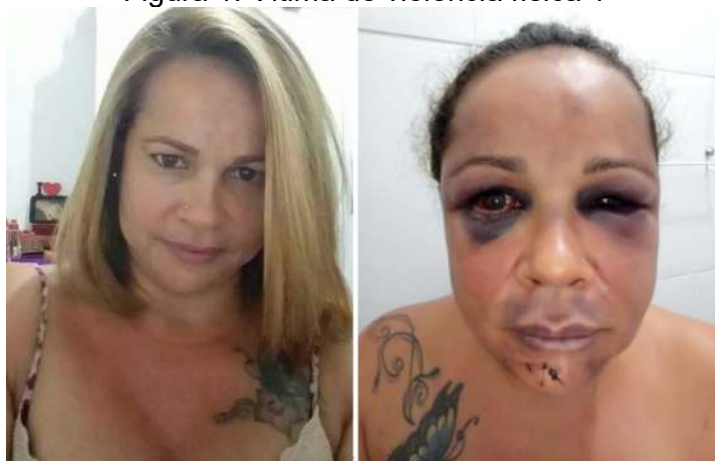
AVALIAÇÃO

Nesse momento inicial, será indicado um texto-base sobre a violência de gênero, que dará suporte às aulas que estão sendo aplicadas. Além do que foi visto em sala, os alunos irão aprofundar a temática aprendendo sobre o conceito de gênero e poder, relacionando-os à questão da desigualdade entre os sexos e a consequente violência praticada contra a mulher. Será solicitado que os alunos descrevam suas impressões sobre a temática a partir das imagens e da música apresentada, relacionando-as com o texto que foi sugerido. Essa atividade (um texto simples, escrito ou digitado de no máximo 20 linhas) será desenvolvida em casa e entregue na aula seguinte para que o professor analise, traga mais informações e fomente as discussões nas aulas seguintes. O professor poderá pontuar essa atividade, a seu critério.

O texto traz o tema “Violência contra a mulher e desigualdade de gênero na estrutura da sociedade: da superação dos signos pela ótica das relações de poder”, das autoras Zanatta e Faria (2018), que está disponível gratuitamente na internet no link: <http://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/4209/pdf>.

A seguir dispusemos as imagens, a ilustração do clipe da música e sua versão escrita, que serão apresentadas nesta aula.

Figura 1. Vítima de violência física 1



Fonte: Veja, São Paulo (2019).

Figura 2. Vítima de violência física 2



Fonte: Cofina Média (2017).

Figura 3. Vítima de violência física 3



Fonte: Blasting News Brasil (2016).

Figura 4. Vítima de violência física 4



Fonte: Itamaraju Notícias (2014).

Figura 5. Vítima de violência física 5



Fonte: CBN (2019).

Figura 6. Clipe da música Coração pede socorro.



Fonte: AZEVEDO; LEÃO; QUADROS (2018).

Coração pede socorro (Letra)⁸

Um amor desse era 24 horas lado a lado.
Um radar na pele, aquele sentimento alucinado,
coração batia acelerado.

Bastava um olhar pra eu entender
que era hora de me entregar pra você.
Palavras não faziam falta mais...
Ah, só de lembrar do seu perfume,
que arrepio, que calafrio,
que o meu corpo sente...
Nem que eu queira, eu te apago da minha mente.

Ah, esse amor,
deixou marcas no meu corpo.
Ah, esse amor,
só de pensar, eu grito, eu quase morro.

Com você, meu coração pede socorro.

Ah, só de lembrar do seu perfume
que arrepio, que calafrio,
que o meu corpo sente...
Nem que eu queira, eu te apago da minha mente.

⁸ Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/naiara-azevedo/coracao-pede-socorro/>>. Acesso em: 19 out. 2019.

Ai, esse amor,
deixou marcas no meu corpo.
Ai, esse amor
só de pensar, eu grito, eu quase morro.

Com você, meu coração pede socorro.

3.2 SEGUNDA ETAPA: DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO

Nessa segunda etapa, após o contato inicial dos alunos com a temática, pretendemos que estes alunos possam aprofundar o conhecimento acerca da violência de gênero, através da percepção de casos reais de violência contados pelas próprias vítimas.

Esse momento traz a oportunidade de os alunos conhecerem e mergulharem nas histórias exibidas, para que possam refletir ainda mais sobre a violência de gênero e poder compreender o seu papel de sujeito ativo na sociedade em que vivem, na medida em que poderão se transformar em vetores de promoção humana com vistas à desconstrução da cultura de violência contra a mulher.

3.2.1. REPRODUÇÃO DO DOCUMENTÁRIO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (Aula 2)

DURAÇÃO

1h/ aula (50 minutos).

OBJETIVOS

- Fornecer subsídios para que os alunos sejam capazes de identificar as diversas formas de violência contra a mulher;
- Estimular a capacidade de reflexão diante do tema;
- Buscar transformá-los em agentes formadores de opinião.

MATERIAIS

- Utilização de projetor de multimídia para reprodução do documentário.

METODOLOGIA

O professor irá iniciar a aula informando aos alunos sobre a continuidade da sequência das aulas sobre a violência de gênero, destacando que nesta aula será reproduzido um documentário sobre casos reais de violência doméstica e que os alunos serão levados a discutir e compreender as diversas formas de violência a que as mulheres podem ser submetidas diariamente e sem perceber, entre elas a violência psicológica, patrimonial, econômica, além da violência física, que é a mais frequente.

O documentário intitulado “Mas por que ela não denuncia?”, tem duração de 23 minutos e 24 segundos e pode ser encontrado nas plataformas de compartilhamento de vídeos na internet. Logo após sua exibição, o professor deverá conversar com os alunos

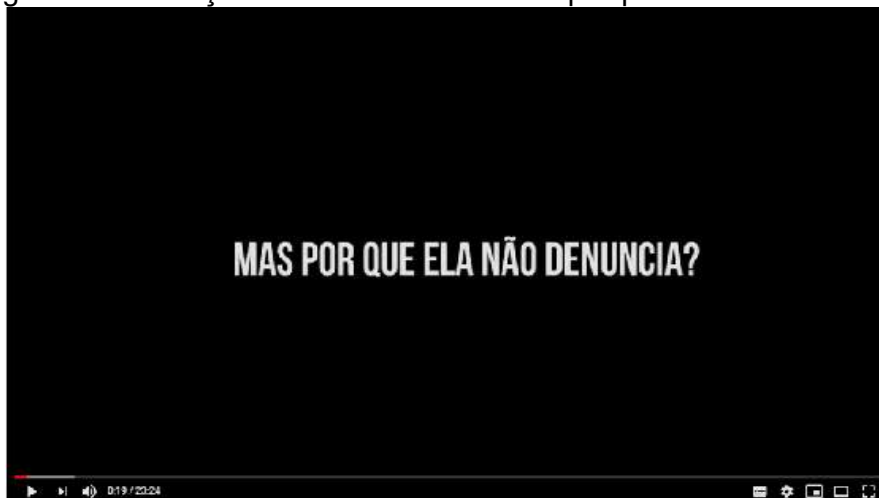
sobre o que foi visto, possibilitando e estimulando o debate sobre o assunto.

AVALIAÇÃO

Como forma de aprofundar o conhecimento sobre o assunto, indicamos a leitura do texto: “Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas”, das autoras Guimarães e Pedroza (2015). Os alunos serão levados a compreender definições e conceitos das diversas formas de violência existentes, além de poderem analisar a Lei Maria da Penha (LMP) como inovação jurídica na busca pela superação da banalização dessas condutas violentas.

Segue abaixo a ilustração do documentário que será apresentado nesta aula:

Figura 7 – Ilustração do documentário “Mas porque ela não denuncia?”



Fonte: Pedrosa (2018).

3.3 TERCEIRA ETAPA: ESTUDO DA LEI MARIA DA PENHA

Esse terceiro e último encontro visa oferecer aos alunos a oportunidade de ter contato com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e os aspectos jurídicos da legislação. Criada após o Brasil ser condenado internacionalmente em 2001, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (MEDEIROS, 2016), a LMP passou a ser um dos principais instrumentos de combate e de punição aos agressores que cometem crimes contra mulheres.

No ambiente escolar ressalta-se, sobretudo, a importância do conteúdo ser trabalhado por existir previsão jurídica que dispõe que o assunto não fique cerceado nos órgãos de defesa e de controle da violência, como o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, mas também, porque existe uma necessidade, especialmente, sob o viés do ensino médio “integrado, da educação unitária, politécnica e omnilateral” (RAMOS, 2007, p. 1), que viabiliza o desenvolvimento das potencialidades humanas, facilita a apreensão e difusão do conhecimento e, por consequência, forma cidadãos mais ativos e participativos no processo de tomada de decisões em âmbito coletivo.

Além disso, é necessário difundir entre os jovens adolescentes, informações sobre

a violência de gênero e sobre o sistema protetivo instituído por esse instrumento normativo, estabelecendo um canal de comunicação mais curto entre eles e a sociedade civil, no sentido de assegurar uma maior absorção do conteúdo jurídico, uma maior compreensão acerca da violência contra a mulher e dos seus direitos assegurados juridicamente.

O conteúdo desta aula, na tipologia apresentada por Zabala (1998), se estrutura na perspectiva procedimental (observação/reflexão) e atitudinal (emissão de juízo de valor), permitindo que os alunos tenham contato com a Lei Maria da Penha (hipótese apontada como não trabalhada em sala no questionário aplicado com os alunos), aproximando-os da realidade mais jurídica do instituto (as formas de violência, as medidas de proteção, as penas a que o agressor poderá ser submetido, as formas de tratamento destinadas às mulheres vítimas de violência doméstica, etc.) e também possam transmitir o conhecimento exposto de maneira mais fluida.

3.3.1. A LEI MARIA DA PENHA POR MEIO DA LITERATURA DE CORDEL (Aula 3)

DURAÇÃO

1h/ aula (50 minutos).

OBJETIVOS

- Possibilitar o contato dos alunos com a Lei Maria da Penha;
- Permitir que este instituto jurídico de punição à violência doméstica seja de conhecimento de outras esferas da sociedade, como é o caso da escola;
- Fomentar a análise e a discussão desse instrumento jurídico;
- Utilizar o cordel, como forma de enaltecer a cultura regional, bem como permitir que outras disciplinas se utilizem desse recurso pedagógico, em aulas de Língua Portuguesa e Literatura, por exemplo, através do estudo das tipologias textuais e do uso do verso e da rima.

MATERIAIS

- Utilização de projetor de multimídia para reprodução do cordel em vídeo;
- Material impresso (versão escrita) do cordel apresentado⁹.

METODOLOGIA

O professor deverá iniciar informando à turma que este será o último encontro que trabalhará a temática da violência de gênero e que será apresentada a Lei Maria Penha, no formato de literatura de cordel, como instrumento de proteção às mulheres e de punição aos seus agressores.

⁹ Disponível em: < <https://www.letras.mus.br/tiao-simpatia/a-lei-maria-da-penha-em-cordel/>>. Acesso em: 19 out. de 2019.

O professor poderá fazer uma breve enquete para ter uma noção de quantos alunos a conhecem. Isso de forma breve, sem a utilização de nenhum recurso, o que forneceria uma noção da popularidade da lei entre os discentes.

Em seguida, ele disponibilizará o vídeo para a turma, através do projetor de multimídia, num tempo médio de quinze minutos (esse tempo se destina à instalação dos aparelhos e disposição do vídeo). Após a apresentação do vídeo, deverá entregar aos alunos cópias da letra do cordel que foi assistido para que estes possam ler e realizar a avaliação proposta.

AVALIAÇÃO

Com o material impresso, os alunos serão solicitados a retirar do gênero textual apresentado as principais características da Lei Maria da Penha, podendo ser auxiliados pela própria lei disponibilizada na internet. Será cobrado um mínimo de dez características da lei em análise. Ao final, esses alunos deverão opinar (descrever) sobre o que poderia ser feito para diminuir os casos de violência de gênero. Essa atividade deverá ser entregue ao final da aula.

Logo abaixo, segue a ilustração do vídeo que contém o cordel e, na sequência, sua versão escrita.

Figura 8 – Ilustração do vídeo da LMP em cordel



Fonte: Simpatia (2010).

Versão escrita:

A lei Maria da Penha
Está em pleno vigor
Não veio pra prender homem
Mas pra punir agressor
Pois em "mulher não se bate

Nem mesmo com uma flor".
A violência doméstica
Tem sido uma grande vilã
E por ser contra a violência

Desta lei me tornei fã
Pra que a mulher de hoje
Não seja uma vítima amanhã.

Toda mulher tem direito
A viver sem violência
É verdade, está na lei.
Que tem muita eficiência
Pra punir o agressor
E à vítima, dar assistência.

Tá no artigo primeiro
Que a lei visa coibir;
A violência doméstica
Como também, prevenir;
Com medidas protetivas
E ao agressor, punir.

Já o artigo segundo
Desta lei especial
Independente de classe
Nível educacional
De raça, de etnia;
E opção sexual...

De cultura e de idade
De renda e religião
Todas gozam dos direitos
Sim, todas! Sem exceção
Que estão assegurados
Pela constituição.

E que direitos são esses?
Eis aqui a relação:
À vida, à segurança.
Também à alimentação
À cultura e à justiça
À saúde e à educação.

Além da cidadania
Também à dignidade
Ainda tem moradia
E o direito à liberdade.
Só tem direitos nos "as",
E nos "os", não tem novidade?

Tem! tem direito ao esporte
Ao trabalho e ao lazer
E o acesso à política
Pro Brasil desenvolver

E tantos outros direitos
Que não dá tempo dizer.
E a lei Maria da Penha
Cobre todos esses planos?
Ah, já estão assegurados
Pelos direitos humanos.
A lei é mais um recurso
Pra corrigir outros danos.

Por exemplo: a mulher
Antes da lei existir,
Apanhava e a justiça
Não tinha como punir
Ele voltava pra casa
E tornava a agredir.

Com a lei é diferente
É crime inaceitável
Se bater, vai pra cadeia.
Agressão é intolerável.
O estado protege a vítima
Depois pune o responsável.

Segundo o artigo sétimo
Os tipos de violência
Doméstica e familiar
Têm na sua abrangência
As cinco categorias
Que descrevo na sequência.

A primeira é a física
Entendendo como tal:
Qualquer conduta ofensiva
De modo irracional
Que fira a integridade
E a saúde corporal...

Tapas, socos, empurrões;
Beliscões e pontapés
Arranhões, puxões de orelha;
Seja um, ou sejam dez
Tudo é violência física
E causam dores cruéis.

Vamos ao segundo tipo
Que é a psicológica
Esta merece atenção
Mais didática e pedagógica
Com a autoestima baixa
Toda a vida perde a lógica...

Chantagem, humilhação;
Insultos; constrangimento;
São danos que interferem
No seu desenvolvimento
Baixando a autoestima
E aumentando o sofrimento.

Violência sexual:
Dá-se pela coação
Ou uso da força física
Causando intimidação
E obrigando a mulher
Ao ato da relação...

Qualquer ação que impeça
Esta mulher de usar
Método contraceptivo
Ou para engravidar
Seu direito está na lei
Basta só reivindicar.

A quarta categoria
É a patrimonial:
Retenção, subtração,
Destruição parcial
Ou total de seus pertences
Culmina em ação penal...

Instrumentos de trabalho
Documentos pessoais
Ou recursos econômicos
Além de outras coisas mais
Tudo isso configura
Em danos materiais.

A quinta categoria
É violência moral
São os crimes contra a honra
Está no código penal
Injúria, difamação;
Calúnia, etc. e tal.

Segundo o artigo quinto
Esses tipos de violência
Dão-se em diversos âmbitos
Porém é na residência
Que a violência doméstica
Tem sua maior incidência.

E quem pode ser enquadrado
Como agente/agressor?
Marido ou companheiro
Namorado ou ex-amor
No caso de uma doméstica
Pode ser o empregador.

Se por acaso o irmão
Agredir a sua irmã
O filho, agredir a mãe;
Seja nova ou anciã
É violência doméstica
São membros do mesmo clã.

E se acaso for o homem
Que da mulher apanhar?
É violência doméstica?
Você pode me explicar?
Tudo pode acontecer
No âmbito familiar!

Nesse caso é diferente;
A lei é bastante clara:
Por ser uma questão de gênero
Somente à mulher, ampara.
Se a mulher for valente
O homem que livre a cara.

E procure seus direitos
Da forma que lhe convenha
Se o sujeito aprontou
E a mulher desceu-lhe a lenha
Recorra ao código penal
Não à lei Maria da Penha.

Agora, num caso lésbico;
Se no qual a companheira
Oferecer qualquer risco
À vida de sua parceira
A agressora é punida;
Pois a lei não dá boqueira.

Para que os seus direitos
Estejam assegurados
A lei Maria da Penha
Também cria os juizados
De violência doméstica
Para todos os estados.

Aí, cabe aos governantes

De cada federação
Destinarem os recursos
Para implementação
Da lei Maria da Penha
Em prol da população.

Espero ter sido útil
Neste cordel que criei
Para informar o povo
Sobre a importância da lei

Pois quem agride uma rainha
Não merece ser um rei.

Dizia o velho ditado
Que “ninguém mete a colher”.
Em briga de namorado
Ou de “marido e mulher”
Não metia... agora, mete!
Pois isso agora reflete
No mundo que a gente quer.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Naiara; LEÃO, Waleria; QUADROS, Rafael. **Coração pede socorro**. Warner Chappell Music. 2018. Disponível em: < <https://www.letras.mus.br/naiara-azevedo/coracao-pede-socorro/>>. Acesso em: 10 maio 2020.

BLASTING NEWS BRASIL. **Mulher é agredida brutalmente por querer terminar um relacionamento**. 2016. Disponível em: < <https://br.blastingnews.com/brasil/2016/09/mulher-e-agredida-brutalmente-por-querer-terminar-um-relacionamento-imagem-forte-001152959.html>>. Acesso em: 10 out. 2019.

CBN. **Mulher espancada por homem durante quatro horas no Rio vai passar por cirurgias no rosto**. 2019. Disponível em: < <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/246794/mulher-espancada-por-homem-durante-quatro-horas-no.htm>>. Acesso em 10 out. 2019.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. **Trabalho necessário**, Niterói, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: < <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

COFINA MÉDIA. **Vítima partilha nas redes sociais história de violência doméstica**. 2017. Disponível em: < <https://www.cmjornal.pt/insolitos/detalhe/vitima-partilha-nas-redes-sociais-historia-de-violencia-domestica>>. Acesso em: 10 out. 2019.

CORREIA, Marcos Antonio. **A função didático-pedagógica da linguagem musical: uma possibilidade na educação**. Educ. rev., Curitiba, n. 36, p. 127-145, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FALAUNIVERSIDADES. **Violência Doméstica nos Quadrinhos**. 2018. Disponível em: < <https://falauniversidades.com.br/violencia-domestica-quadrinhos-hq/>>. Acesso: 05 maio 2020.

GUIMARÃES, Maisa C.; PEDROZA, Regina L. S. Violência contra a mulher: Problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p 56-66, maio/ago, 2015. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822015000200256&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 maio 2020.

ITAMARAJU NOTÍCIAS. Itamaraju: **Mulher é agredida a socos e pedradas em via pública**, 2014. Disponível em: < <http://itamarajunoticias.com.br/noticia/itamaraju-mulher-e-agredida-a-socos-e-pedradas-em-via-publica/#.XwaBcShKjIU>>. Acesso em: 07 jul 2020.

MEDEIROS, Rosimeire Gomes. **Lei “Maria da Penha” – origem e representação.** 2016. Disponível em: <<https://rgm650.jusbrasil.com.br/artigos/356787626/lei-maria-da-penha-origem-e-representacao>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

MOURA, Dante H. **Educação Básica e Educação Profissional:** dualidade histórica e perspectiva de integração. In. 30ª Reunião Anual da ANPED. Anais do evento. Caxambu: ANPED, 2007.

_____. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

PEDROSA, Mikaella. **Documentário: Mas porque ela não denuncia?.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Jornalismo) – Curso de Jornalismo, Universidade Federal da Paraíba, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vteR8l0XoRQ>>. Acesso em: 15 out. 2019.

RAMOS, Marise. **Concepção de ensino médio integrado.** Versão ampliada de exposição no seminário sobre ensino médio (Mossoró, RN), 2007. Disponível em: <<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

SIMPATIA, Tião. **A Lei Maria da Penha em Cordel.** 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aK8-WRehLBI>>. Acesso em: 10 maio 2019.

VEJA, SÃO PAULO. **Quase 90 mulheres de SP são agredidas por dia pelos maridos em 2019.** 2019. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/quase-90-mulheres-de-sp-sao-agredidas-por-dia-pelos-seus-maridos-em-2019/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

ZABALA, Antoni. **A prática Educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZANATTA, Michelle Â.; FARIA, Josiane P. Violência contra a mulher e desigualdade de gênero na estrutura da sociedade: da superação dos signos pela ótica das relações de poder. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 99–114, Jan/Jun. 2018. Disponível em: <<https://indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/4209>>. Acesso em: 05 maio 2020.